UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINESE CENTRO DE ESTUDOS GERAIS INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FLORA DAEMON

A IMPRENSA CARCERÁRIA OU A REINVENÇÃO DA NOTÍCIA: UM OLHAR INTRAMUROS SOBRE O FAZER JORNALÍSTICO

> Niterói 2009

FLORA DAEMON

A IMPRENSA CARCERÁRIA OU A REINVENÇÃO DA NOTÍCIA: UM OLHAR INTRAMUROS SOBRE O FAZER JORNALÍSTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Comunicação e Mediação.

Orientadora: Profa. Dra. ANA LÚCIA SILVA ENNE

Niterói - RJ 2009

FLORA DAEMON

A IMPRENSA CARCERÁRIA OU A REINVENÇÃO DA NOTÍCIA: UM OLHAR INTRAMUROS SOBRE O FAZER JORNALÍSTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Comunicação e Mediação.

Aprovada em 15 de dezembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Silva Enne – Orientadora Universidade Federal Fluminense

> Prof^a. Dr^a. Maria Paula Sibília Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Icleia Thiesen

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Niterói - RJ 2009

Aos meus três amores Mario Dias Lopes (in memorian), Felipe Côrtes da Costa e Kleber Mendonça.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de vários *atravessamentos*. Alguns institucionais e outros puramente afetivos.

Nesse sentido quero iniciar esta etapa agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo financiamento desta pesquisa;

Assim como agradeço a Samuel Araujo, diretor do presídio Evaristo de Moraes, e Sônia Macedo, diretora do Colégio Estadual Anacleto de Medeiros que permitiram participar, tão intensamente, da realidade prisional durante os meses de pesquisa de campo.

Certamente um dos aspectos mais gratificantes em ser aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF é a proximidade com os professores que nos desafiam a traçar trajetórias corajosas e honestas a partir de nossas pesquisas. Assim, gostaria de agradecer nominalmente a Afonso de Albuquerque, Dênis de Moraes, Marildo Nercolini e Simone Pereira de Sá.

Gostaria de deixar público também meu agradecimento às professoras Paula Sibilia e Icleia Thiesen que tão prontamente aceitaram o convite para participar de minha banca final.

Como iniciei este agradecimento ressaltando *atravessamentos* institucionais e afetivos, creio ser este o momento em que as questões se embaralham. Queria conseguir agradecer a Ana Lucia Enne por ser uma ótima orientadora, literalmente uma companheira de viagem. Mas creio que não conseguiria fazê-lo sem registrar aqui, também, o profundo amor que desenvolvi por esta pessoa. Muito do que sou hoje devo a ela.

Agradeço, também, aos amigos queridos que o PPGCOM-UFF me deu. Sobretudo Amilcar Bezerra, Ana Beatriz Paes, Ariane Diniz, Beatriz Polivanov, Dani Brasiliense, Lia Bahia, Lucas Laender, Marco Roxo, Mariana Baltar, Marina Caminha, Michele

Vieira, Olivia Bandeira de Melo, Pedro Curi, Pedro Lapera, Priscila Rodrigues, Raquel Portilho, Selene Ferreira, Tiago Monteiro e Wilson Borges.

Aos meus alunos com os quais tive o prazer de compartilhar um ano e meio de aulas de Comunicação Institucional, Gestão Midiática e Mídia e Crime no curso Estudos de Mídia.

Aos amigos do Ministério da Educação que compreenderam minha dura decisão de investir no sonho acadêmico. Carlos Bielschowsky, Celso Costa, Lucianna Almeida, Renata Chamarelli, Wellington Maciel, Gê Fonseca e Gisele Teixeira.

Aos amigos que fiz no presídio Evaristo de Moraes, Bia Campuzano, Hellen Araujo, Mario Miranda, Thales Vieira, Terezinha Tosta, Wanda e demais companheiros.

Aos amigos "de vida" Andressa Lacerda, Ana Lucia Vaz, Ana Paula Goulart, Beth Britto, Eva Pires, Flavia Risi, Guto Correia, Gyssele Mendes, Leonardo Vianna, Letícia Carrilho, Linda de Freitas, Marcello Guimarães, Marcos Villar, Marianna Araujo, Marta Abdala, Marta Strauch, Maurício Parada, Masako Masuda, Rose Leite, Rozane Monteiro, Tadeu Capistrano e Vitor Monteiro.

À Paula Gomes, pela amizade linda e por me apoiar em absolutamente tudo. Inclusive no início desta empreitada de pesquisar unidades penais há cerca de sete anos.

À minha família, por acreditar, mais do que entender, que os dias e meses de completa imersão numa pesquisa poderiam me fazer felizes. Especialmente meus pais, Neila e Claudio, minhas avós lindas Dalva e Clotilde, meus tios Nilton, Nelma, Naila, Erik e André, meus irmãos Felipe, Luiza e Laura e meus primos Fabio, Felipe, Bruno e Bernardo.

A Kleber, meu marido e meu amor, por fazer de mim uma pessoa melhor todos os dias com seus olhinhos infantis.

E finalmente àqueles que confiaram em mim quando tudo parecia reiterar o justo oposto. Muito obrigada rapazes do jornal *Em Prol da Liberdade*.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - Espaço e Cicatriz: uma cartografia política do cárcere	22
1.1 Os grupos	24
1.1.1 Os Faxinas: entre o dever e a dívida no espaço de trabalho	25
1.1.2 Os Religiosos e o monopólio do discurso do bem	28
1.1.3 O Povo de Israel: uma facção invisível	32
1.1.4 Os Frentes de Cadeia	36
1.2 O espaço prisional: "O preço da liberdade é a eterna vigilância"	39
1.3 Os registros (físicos) memoráveis: relações espaciais como produtoras de suje	ito 46
1.4 Incorporando a vigilância: um Panóptico Midiatizado	48
CAPÍTULO II - Em Prol da Liberdade: "um jornal a serviço dos cativos"	53
2.1 Rotinas produtivas: primeiras questões	54
2.1.1 As pautas no papel	55
2.2 Metamorfoseados em jornalista: a questão do crachá	61
2.3 A produção jornalística no cárcere: um jornalismo em situação limite	64
2.3.1 "Eu posso fazer lead sobre o dia de visita? Posso fazer lead sobre	
o confere? E se tiver rebelião? Posso fazer lead de tudo na vida?"	67
2.3.2 "É importante mostrarmos que não somos completamente burros,	
que não somos jornalistas de quinta categoria."	69
2.3.3 "O jornal é mais pra dentro ou pra fora? Porque se for pra dentro	
a gente tem que voltar a pensar como preso".	71
2.4 Censura prévia ou uma prévia da censura?	72
2.4.1 "Agora isso não é mais jornal. É uma briga política"	80
CAPÍTULO III - O jornalismo fora de lugar	83
3.1 Um jornal invisível	84
3.2 Todos sem diploma: Jornalistas e Jornalistas Presos	86
3.3 A notícia na carne: a auto-referencialidade jornalística	88
3.3.1 Caso 1: A Parafilia e a identificação relativa	91
3.3.2 Caso 1: Histórias que identificam	92
3.3.3 Caso 2: "A história de uma evolução criminal"	97
3.4 A imprensa carcerária e a reinvenção da notícia	99
CONCLUSÃO	106
Bibliografia	110
Anexos	116

RESUMO

Esta dissertação investiga gestos de criação de uma experiência jornalística no cárcere.

Será cenário do estudo o presídio Evaristo de Moraes, maior unidade penal do estado do

Rio de Janeiro no que se refere à quantidade de internos. A idéia é observar a

materialização dessas vozes num ambiente no qual as relações de poder invariavelmente

transformam e reconfiguram tanto o dizer, quanto os gestos de apropriação midiática

por sujeitos encarcerados. A partir desse olhar, pretende-se discutir em que medida a

reprodução no universo intramuros do que se entende como fazer jornalístico pode

significar algo além da apropriação de técnicas de redação, para se converter em uma

espécie de revide ao "controle midiático" a partir das mesmas ferramentas. Dessa forma,

pretende-se mapear a emergência de uma subjetividade jornalística intramuros que,

nesta perspectiva, poderia se configurar estrategicamente como um índice público de

ressocialização.

Palavras-chave: 1. Jornalismo; 2. Midiatização; 3. Etnografia; 4. Prisão;

5. Imprensa Carcerária;

15

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the gestures of creation of a journalistic experience in prison. The study concentrates on Evaristo de Moraes, the biggest prison in the state of Rio de Janeiro in number of prisioners. The idea is to observe how the prisioners' voices can materialize themselves in a place where power relations change and recreate the way of saying something and the gestures of media appropriation by them. From this point of view, this study intents to discuss how in the confinement the reproduction of the way of making journalismcan signify something beyond the appropriation of writing technique, to become a response to the media control using the same tools. This way, it intends to locate the rise of a confined journalistic subjectivity which, in this perspective, could be estrategically configurated as a public index of resocialization.

"Toquinho de madeira, alpiste e água. Toquinho de madeira, alpiste e água. O menino abriu a gaiola; Ele voou por três dias... morreu de fome".

Anderson A. Machado, ex-interno do Centro de Detenção Provisória de Diadema - SP.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação parte de um lugar ignorado por boa parte da sociedade. Um local para onde são levados os inaptos ao convívio social que, rotineiramente, ocupam as páginas dos grandes jornais: os presídios e penitenciárias do Rio de Janeiro. Desta vez, porém, não se propõe a analisar o tratamento dado por esses veículos aos chamados "marginais". Nossa intenção, com essa pesquisa, é observar de perto o que esses "personagens sem voz", os ditos "pivôs da violência urbana", têm a dizer em produções jornalísticas feitas por presos para outros internos, por meio de um periódico que pretende circular nos presídios e, a partir desse olhar, tentar desvendar os significados subjacentes ao texto ofuscados pela submissão à censura e pelo lugar do poder-dizer estrategicamente ocupado por um seleto grupo de internos.

Com o propósito de investigar os processos de mediação e as relações de poder impressas em páginas trabalhadas num cenário descrito metaforicamente pelos internos como uma espécie de depósito de lixo atômico (a sociedade tem consciência de sua existência, sabe que seu armazenamento é perigoso, mas ainda assim opta por não olhar para este problema), esta dissertação pretende analisar o jornal *Em Prol da Liberdade*, desenvolvido pelos internos do presídio Evaristo de Moraes. Nesse sentido, cabe discutir a imprensa, sobretudo o entendimento destes presos que a consomem e, posteriormente, a (re)interpretam e enquadram sob o véu da censura e da verdade, eternos fantasmas do fazer jornalístico. Cabe rever os conceitos de estigma, disciplina, informação, principalmente se for possível considerar que de alguma forma todos foram reinterpretados neste ambiente no qual a comunicação se apresenta em situação limite.

Esta pesquisa pretende ainda complexificar, neste cenário, as tradicionais posições de emissor e receptor de conteúdos midiatizados sem torná-los antagônicos, mas complementares. Se é possível considerar o produtor da chamada imprensa carcerária como um agente que consegue ocupar, simultaneamente, o lugar de consumidor da grande mídia e de emissor de um fazer jornalístico recebido e reinterpretado, torna-se necessário observar também a mensagem (re)significada que completaria o que chamamos aqui de circuito comunicacional formado por atores híbridos no circuito comunicacional.

Nosso primeiro contato com o universo penitenciário aconteceu em 2003, quando realizei uma reportagem sobre o Sistema Educacional do Presídio Hélio Gomes, no extinto Complexo Penitenciário da Frei Caneca, no Centro do Rio de Janeiro. A partir dessa experiência pude tomar contato com uma série de produções jornalísticas criadas pelos próprios internos e que circulam nestes locais.

Esta dissertação, por sua vez, terá como foco de análise o periódico *Em Prol da Liberdade*, como dissemos anteriormente, um jornal desenvolvido na maior unidade penal do estado do Rio de Janeiro no que se refere à quantidade de internos. Desde a concepção do projeto deste estudo, já previ a necessidade de realizar uma pesquisa etnográfica para dar conta de uma análise mais próxima e complexa das relações dos atores envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento do jornal.

A idéia original, no entanto, se baseava numa análise comparativa entre jornais desenvolvidos em duas unidades penais: o presídio masculino Hélio Gomes, parte do Complexo Penitenciário da Frei Caneca, e a penitenciária feminina Talavera Bruce, unidade do Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Após me deparar com dificuldades para viabilizar a autorização para minha entrada nas referidas unidades, fui indicada por uma colega de mestrado a conversar com um professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro que ministrava aulas de Sociologia no presídio que, dias depois, passaria a ser o cenário de análise desta pesquisa.

O contato com esse professor foi inicialmente foi muito breve. Expliquei quais eram os objetivos de minha pesquisa, o que, para minha surpresa, pareceu concordar com o projeto apresentado por esse docente e contemplado com bolsas para os internos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. O escopo do plano já previa o desenvolvimento de um jornal pelos presos que, até minha chegada, estava suspenso por falta de uma pessoa que pudesse "orientar" os internos na confecção do trabalho. Dessa forma, já a partir do segundo mês de pesquisa, optou-se por restringir o foco de análise somente no Evaristo de Moraes que, aparentemente, já apresentava questões suficientes para uma dissertação.

¹ No caso do presídio Hélio Gomes, a autorização para entrada parecia mais remota porque esta unidade esteve sob constantes ameaças de extinção ou de transferência do Centro do Rio de Janeiro, o que inviabilizaria a presença de qualquer pesquisador.

Para realizar a pesquisa de campo², foi necessário também conseguir autorização junto à direção do Evaristo de Moraes e à direção da Escola Estadual Anacleto de Medeiros, espaço híbrido ocupado pelas Secretarias de Educação e de Administração Penitenciária do Estado. Ainda assim, outra negociação se apresentou definitiva: minha presença seria autorizada e contaria com a colaboração de todos os internos participantes do jornal desde que eles pudessem receber "aulas de jornalismo". Em outras palavras, os presos permitiriam que o processo de construção de seu jornal fosse observado de perto exigindo em troca obter noções básicas sobre as ferramentas, regras e condutas do jornalismo praticado do "lado de fora".

A idéia se materializou numa espécie de oficina³ de reportagem. A proposta inicial era, como solicitado, fornecer subsídios técnicos acerca dos métodos jornalísticos para que os internos pudessem escolher seus próprios formatos, práticas e estruturas organizacionais. Nesse sentido, meu gesto prioritário foi o de tentar descobrir o que esses homens gostariam de saber. A resposta – um tanto quanto assustadora – soou como uma sentença: "tudo!". Assim, optei por apresentar um panorama histórico do jornalismo no Brasil com o intuito de perceber quais seriam os interesses mais explícitos desses internos.

Rapidamente notei que as referências sobre os períodos em que os jornalistas pareciam ser figuras centrais na construção de uma sociedade democrática rendiam boas discussões com o grupo. E foi assim que, em maio de 2008, iniciamos um debate acerca dos limites éticos do profissional de imprensa a partir do caso em que repórteres do jornal *O Dia* se infiltraram na comunidade do Batam, no Rio de Janeiro, para produzir uma matéria a respeito das milícias cariocas. Essa história acabou norteando o interesse dos internos que quiseram entender melhor também outras estratégias dos jornalistas, para além do disfarce para se infiltrar nos cenários de suas reportagens. Dessa vez, eles quiseram saber o que compõe um texto jornalístico e por quê. Nesse sentido, pareceu importante fomentar também alguns debates acerca da objetividade jornalística, da imparcialidade, da definição e enquadramento dos personagens citados nas matérias e da própria segmentação do público-alvo.

-

² Essa pesquisa de campo teve início em abril de 2008 com periodicidade semanal, mantida com assiduidade até junho de 2009.

³ É necessário ressaltar que o projeto original do presente estudo não contava com uma oficina direcionada aos presos, mas uma pesquisa de campo que minimamente permitisse a entrevista com as figuras centrais na construção do jornal intramuros, bem como no controle desse veículo de informação.

Dessa forma, pude perceber que ainda que inicialmente não fosse meu objetivo atuar no interior do meu objeto de análise, somente a partir dessa presença, baseada no respeito e honestidade mútuos, foi possível literalmente trocar para construir. Certamente o impacto de minha atuação nessa experiência jornalística e, por isso, humana, provocou em mim diversos questionamentos e dilemas pessoais. Éticos, inclusive. E foi assim que, ainda durante as primeiras oficinas, pude perceber que o esforço em não interferir significaria, na prática, boicotar. Sobretudo diante de uma demanda explícita dessas pessoas com as quais estava me relacionando.

Naquele momento apenas duas alternativas me pareciam possíveis: abandonar essa unidade penal que somente me acolheria nas circunstâncias descritas, ou encarar o desafío de me permitir observar e ser observada por esses que, normalmente, seriam enquadrados como meus objetos, tornando-me, também, objeto de análise e disputa entre diversos atores dessa história.

Creio ter sido extremamente importante para mim, nesse momento, contar com o apoio de uma orientadora antropóloga que, entre outras muitas coisas, me encorajou a perceber que o essencialmente humano era viável, ao mesmo tempo em que me alertou sobre a necessidade de atenção constante justamente por conta dessa "viabilidade".

Dessa forma, percebi que o mais curioso nessa experiência era observar que assim como os jornalistas que produzem os grandes jornais que serviram como parâmetro para construção e desenvolvimento do que chamamos aqui de imprensa carcerária, nós, pesquisadores, a rigor também não estamos muito acostumados com a idéia de nos tornarmos tão alvos, tão objetos de análise daqueles que não são nossos pares. Durante uma das oficinas no Evaristo de Moraes, uma colocação me pareceu definitiva e pessoalmente redentora: "O bom da Flora é isso: ela poderia ser bandida se quisesse porque é sagaz. E a gente já tá até acreditando que pode fazer mestrado também".

E foram essas pessoas que materializaram o jornal *Em Prol da Liberdade* que nasceu⁵ com o formato tablóide diagramado em oito páginas para serem impressas em

⁵ Ressalta-se que a intenção dos internos era imprimir as cópias do jornal com as referidas características. Ainda assim, como será possível perceber no segundo capítulo da dissertação, essa proposta ainda não se

21

-

⁴ Deve-se ressaltar que a exposição desse relato pretende, somente, refletir sobre o impacto de um pesquisador em campo e, sobretudo, sobre a complexificação das posições ocupadas pelos atores dessa história. Não é nossa proposta, certamente, estimular ou mitificar as práticas criminosas.

duas cores na capa e uma cor no miolo. A equipe original contava com dez⁶ internos que optaram por se dividir⁷ em cargos e funções. Como veremos mais adiante, o veículo possui um editor-chefe, um chefe de reportagem, dois diagramadores, dois ilustradores⁸ e um colunista⁹. Dentre eles, oito também acumulavam a função de repórter.

Durante esse primeiro momento, foi possível notar que homens que teoricamente representavam grupos diversos do presídio tentaram participar do jornal. Certamente alguns destes, com o intuito maior de saber mais detalhes sobre aquela mobilização. Nesta fase, era possível encontrar uma diversidade¹⁰ maior entre os componentes do jornal. Aparentemente, a equipe que se consolidou à frente do veículo estava mais próxima a um dos dois grupos¹¹ identificados durante a pesquisa de campo.

Nossa atenção se focará prioritariamente nessas pessoas que desenvolvem este veículo de comunicação que pretende materializar as "vozes presas" num ambiente no qual as relações de poder invariavelmente transformam e reconfiguram este dizer. O dizer, então, passa a ocupar o lugar físico não alcançável pelos presos. Terreno fértil para articulação de idéias, o universo intramuros se apresenta como um espaço com

materializou em um periódico com distribuição efetiva para o público leitor por conta de entraves burocráticos ou políticos criados pela Secretaria de Administração Penitenciária.

⁶ Estamos nos referindo ao grupo que iniciou o movimento de criação do *Em Prol da Liberdade*. Posteriormente, alguns desses homens saíram do jornal por vontade própria, por transferência de unidade ou por terem conseguido benefícios como progressão de regime ou liberdade condicional.

⁷ Para "resolver" essa questão esses homens me perguntaram sobre como se dava a divisão de trabalho dos grandes jornais. Descrevi os principais cargos e eles iniciaram uma eleição. Em alguns momentos, como no caso da definição dos diagramadores, aqueles que tinham mais habilidades específicas se manifestaram e foram automaticamente eleitos para a função. Com relação aos cargos de chefia (editor e de reportagem), o grupo indicou os nomes, que, curiosamente, foram aceitos por unanimidade.

⁸ Com o intuito de agregar ao grupo um interno com habilidades para ilustrar o jornal, a equipe convocou uma seleção entre todos presos da unidade. Dessa forma, cerca de dez homens se inscreveram no concurso que contava com uma atividade prática: desenvolver uma charge a respeito do problema das queimadas geradas pela soltura de balões. A equipe acabou definindo pela permanência de dois desenhistas no corpo do jornal.

⁹ Trata-se de uma coluna de esportes intitulada *Chute na Canela*. Com o intuito de comentar as atividades promovidas pela Liga de Esportes do Evaristo de Moraes, esse espaço apresentava um detalhe curioso: a especialização do jornalista. Mais do que os demais internos, este parecia ocupar o lugar de autoridade por ser um ex-jogador de futebol do Botafogo. Ao contrário dos demais repórteres, este preso possuía uma espécie de "*backgraund*" para fazer seus relatos jornalísticos. Mesmo não sendo jornalista diplomado, fator que gerará alguns confrontos analisados no segundo e no terceiro capítulos, este não foi questionado justamente por entender do assunto.

¹⁰ Mesmo correndo risco de reduzir e tipificar perfis dos envolvidos, parece importante apresentar como

¹⁰ Mesmo correndo risco de reduzir e tipificar perfis dos envolvidos, parece importante apresentar como alguns deles, imediatamente associados a outros grupos, foram "desaparecendo" da equipe que desenvolve o jornal para que essa se tornasse, mais adiante, uma associação de jornalistas com interesses em comum.

¹¹ Estamos nos referindo aos grupos liderados pelos dois *frentes de cadeia*, uma espécie de representantes dos internos perante a direção da unidade, que atuam no Evaristo de Morais. Ampliaremos essa análise ainda no Capítulo 1.

grande potencial para a produção de um veículo impresso capaz de transitar entre os boatos e as regras oficiais e paralelas.

Esses veículos de comunicação são desenvolvidos pelos *faxinas*, grupo de presos reconhecidamente capazes de realizar tarefas mais elaboradas. Ao mesmo tempo em que é interessante para esses "internos trabalhadores" obter certa proximidade com o poder central da prisão, parece ser fundamental manter publicamente uma imagem confiável, pois, como se sabe, "não basta ser honesto, é necessário parecer honesto". Dessa forma, é possível pensar que fazer parte deste seleto quadro significa estar exposto à desconfiança de alguns agentes penitenciários que enxergam o faxina como mais um preso a vigiar, e à estranheza de determinados condenados que não compreendem o desempenho das suas atividades.

Ao que parece, a decisão de dedicar-se à elaboração de um jornal no presídio – desde a definição de pautas e ilustrações, confecção de textos até a diagramação – pode dar pistas sobre o reconhecimento da ferramenta enquanto um poderoso instrumento de fundação de poder, sobretudo quando se tem clareza de que a melhor solução para a interdição dos passos é o estímulo ao movimento da informação.

Essa interpretação parece apontar para um possível processo de mediação capaz de completar o circuito comunicacional, nos moldes propostos por Hall que, neste caso, é composto por atores que ora ocupam o papel de receptores da grande mídia, ora se transfiguram em "presos jornalistas" que reinterpretam um fazer capturado, transcrevendo-o para seu universo:

"é sob a forma discursiva que a circulação do produto se realiza, bem como sua distribuição para diferentes audiências. Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum 'sentido' é apreendido, não pode haver 'consumo'. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito (HALL, 2003: 388).

Neste sentido, caberia então pensar que, mais do que propor uma releitura a partir de interpretações daquilo que entendem como fazer jornalístico, esses "fazedores de mídia no cárcere" reescrevem a palavra no papel atentando-se, também, à variante que podemos chamar aqui de *leitor potencial*. Cabe ressaltar que estamos trabalhando com a categoria de fazer jornalístico de forma similar à idéia de *modus operandi* proposta por Resende em que "as lógicas que operam tais narrativas simplificam o trabalho do jornalista — caem como uma luva na problemática da falta de tempo que

esse profissional enfrenta — reconhecendo-as e legitimando-as como narrativas próprias do jornalismo." (2004: 4)

Faz-se necessário, neste momento, ressaltar que pretendemos contemplar nesta "categoria" os internos consumidores do periódico, os agentes institucionais e da disciplina, os familiares dos "presos jornalistas" e dos internos leitores, os defensores públicos e os integrantes da Vara de Execuções Penais, essas duas últimas instâncias diretamente ligadas à estipulação das penas e dos agravos. Tal distinção de "públicos" será importante para entendermos quem são os agentes e agências envolvidos nos circuitos de comunicação que pretendemos mapear.

Nesta perspectiva, os internos idealizadores dos periódicos nas unidades penais passam então a dialogar com o referido *leitor potencial* de um lugar diferente e a partir de uma consciência outra, diversa da de um preso que optasse por uma atividade que apenas lhe entretivesse durante o cumprimento da pena. Mais do que isso, podemos então tentar pensar em que medida essa compreensão pode influenciar no resultado final da produção impressa, a partir do (re)conhecimento dos demais atores envolvidos no referido circuito, e do complexo jogo da alteridade que, por vias próprias, reacende as tramas e teias das relações de poder.

Assim, a estrutura da presente dissertação se baseou fortemente numa pesquisa calcada na proposta da observação participante, implementada por meio do contato freqüente com os atores desse processo. Por mais de quatrocentas horas de campo, de entrevistas realizadas individualmente e da análise de conteúdo do material jornalístico, optamos por combinar métodos e técnicas de investigação a partir da idéia de que "não há um caminho real para aceder à verdade, todos devem ser tentados na medida do 'possível" (SANTOS, 1989: 74).

Para tanto, apresentaremos no primeiro capítulo o resultado direto da pesquisa etnográfica realizada semanalmente no presídio Evaristo de Moraes ao longo de dezoito meses. A idéia é proporcionar uma visão mais clara do que seja o cotidiano de uma unidade penal voltada para presos que correm risco dentro do Sistema Penitenciário. Dessa forma, serão estudados alguns grupos que hoje habitam e coexistem na maior unidade penal do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para os *Faxinas* que trabalham e transitam no interior da unidade, o desempenho de suas funções prioritárias e os sistemas de favorecimentos diversos; os *Religiosos* que compõem várias congregações e disputam — cotidianamente na prisão e no jornal — o monopólio do

discurso do bem; os *Frentes de Cadeia* que exercem a função de articular o coletivo e mediar conflitos; e, por último, os integrantes (voluntários ou não) da "invisível" facção *Povo de Israel*, originalmente criada para defender condenados por crimes contra os costumes. Nossa proposta é realizar com esse panorama mínimo uma análise que possa dar conta da complexidade desse cenário em que se forjam as relações de poder materializadas nas páginas de *Em Prol da Liberdade*.

Ainda na primeira parte da dissertação, trabalharemos o espaço prisional coabitado por esses grupos que se distinguem, também, a partir de agrupamentos de interesse e afinidade. Nesse sentido, pretende-se observar o espaço praticado como uma extensão dos corpos encarcerados que, a partir de construções mnemônicas, o reinventam e traduzem para a realidade prisional cotidiana.

Nessa perspectiva, observaremos também esses corpos como registros memoráveis vivos, resultado de um sistema de coerção cotidiana que, ao esquadrinhálos, instaura um processo de violências diversas. A primeira delas é resultado da reação física do corpo à experiência prisional que marca na carne humana a passagem do tempo na prisão; em seguida, observaremos essa cicatriz nos discursos a respeito da memória psicológica desses sujeitos encarcerados e, por último, trabalharemos com as ações voluntárias sobre esses homens que, finalmente, pretendem condicioná-los e ferilos no termo mais amplo desse gesto.

Para encerrar essa etapa inicial da pesquisa, nos dedicaremos à discussão a respeito da opção desses homens que decidiram desenvolver um jornal no cárcere, no que se refere à consciência do embate silencioso a partir da filiação ao que chamamos de *Panóptico Midiatizado*. A partir da análise de alguns elementos interessantes a esse cenário, como o *Manual de Sobrevivência do Preso*, escrito por um egresso do Sistema Penitenciário fluminense, pretende-se apresentar alguns argumentos sobre a opção consciente pelo gesto político de criação de um jornal no interior de uma unidade penal.

No segundo capítulo desse estudo, estudaremos especificamente o jornal *Em Prol da Liberdade*, com especial atenção ao trabalho que materializou a primeira edição do veículo. A proposta é apresentar os detalhes da rotina produtiva, como as reuniões de pauta, os problemas de periodicidade e assiduidade nas reuniões de trabalho em virtude de fatores externos ao veículo e o gesto de metamorfosear-se em jornalista com o uso do crachá de imprensa por esses homens. Além disso, observaremos o impacto da apreensão do conhecimento a respeito das técnicas e preceitos básicos do jornalismo por

esses homens. Dessa forma, pretendemos estabelecer possíveis aproximações entre a prática profissional e leiga do jornalismo a partir da apropriação desses saberes utilizados hegemonicamente nos grandes jornais. Assim, será possível analisar o impacto dessas ferramentas discursivas na disputa entre esses dois atores tipificados pela materialização de valores em jogo como verdade, legitimação, poder e informação, aparentemente necessários à prática de imprensa extra e intramuros.

Observaremos também a opção eventual por uma diagramação fortemente marcada pelas sensações, bem como pela utilização da ambigüidade no tratamento dos textos e o recurso da ironia, materializado, sobretudo, nas charges dessa primeira edição. Será possível notar ainda o impacto dos boatos na construção jornalística dos dados e o embate travado entre o dizer oficial e os rumores exercitados no interior da prisão. Dessa forma, perceberemos o valor das informações oficiais para o coletivo, a partir de um caso de vazamento de uma reportagem em que se privilegiou o acesso à informação, em detrimento da tradicional lógica jornalística do furo de reportagem.

Ainda nessa etapa, observaremos algumas discussões travadas no interior das reuniões da equipe que desenvolve o periódico. A maioria delas voltadas à atribuição de um valor identitário tanto ao projeto quanto à figura que desenvolve a experiência jornalística na prisão. Notaremos a constância do fator censura na construção da notícia e o debate a respeito do emblemático caso em que jornalistas da grande imprensa foram torturados no Rio de Janeiro. Entenderemos que o ideal de objetividade, parte fundante do discurso profissional a respeito do "jornalismo sério", é questionado por esse grupo e percebido como estratégia possível de ser compartilhada com os repórteres diplomados circunstancialmente citados por eles como "bandidos das palavras"; analisaremos ainda o impasse na definição do público-alvo prioritário da publicação quando questionam se "o jornal é mais pra dentro ou pra fora" e a necessidade de mostrar que não são "jornalistas de quinta categoria".

Finalizando o segundo capítulo, discutiremos os vetos direcionados à primeira edição do jornal *Em Prol da Liberdade* pelos profissionais diplomados da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária. Notaremos que os atores em jogo nessa disputa – jornalistas livres e repórteres encarcerados – travarão uma disputa a respeito do direito ao fazer jornalístico materializada nas páginas do periódico tingidas em vermelho pelo olhar de reprovação dos autorizados a julgar. A partir desse gesto, analisaremos o impacto da censura na reconstrução do referido material e as

novas estratégias desenvolvidas pelos autores do periódico para as análises futuras com vistas à tão almejada autorização para impressão do jornal.

No terceiro capítulo desta dissertação, nos ateremos à segunda edição do *Em Prol da Liberdade*, desenvolvido durante o período em que o material jornalístico correspondente ao número anterior do periódico ainda se encontrava em análise na Secretaria de Administração Penitenciária. A proposta é observar o impacto da autoreferencialidade na construção do texto jornalístico, sobretudo após a apreensão e a consciente preferência pelo abandono, ainda que parcialmente, de determinados preceitos jornalísticos no desenvolvimento do texto por alguns internos. Discutiremos, a partir de alguns exemplos "espontâneos" , a tendência de construção de reportagens centradas em relatos próprios baseados em histórias de vida que certamente farão com que o "leitor se identifique" ¹³ com essas narrativas. De acordo com essa interpretação, para escrever uma matéria sobre parafilia ¹⁴, "é mais indicado um repórter que sabe o que é isso, um cara que é do artigo" ¹⁵.

Em seguida analisaremos o significado de uma produção jornalística que, mesmo contando com episódios de vazamento de notícias, não teve sua circulação interna autorizada de forma definitiva pela Secretaria de Administração Penitenciária e, por isso, é hoje ainda um jornal invisível aos presos do Evaristo de Moraes. Consideraremos, ainda, o efeito da queda da obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício legal da profissão entre esses que desenvolvem o *Em Prol da Liberdade* e analisaremos a repercussão desse debate no cotidiano desses internos que, agora, também desejam possuir o registro profissional. Será proposta uma tipificação da imprensa carcerária a partir da observação dos modelos de segmentação jornalística vigentes e, também, por meio do amadurecimento de experiências desta natureza em países como Estados Unidos e Itália.

Por fim ressalta-se que ao escrever o texto do presente estudo optamos por não identificar nenhum dos interlocutores que concederam entrevistas ou permitiram ter sua rotina observada durante o desenvolvimento da pesquisa. Por questões que envolvem a

¹² Chamamos de espontâneos os eventos produzidos sem interferência da oficina de textos jornalísticos ou discussão prévia a respeito das pautas trabalhadas individualmente.

¹³ Colocação de um dos internos que desenvolve o jornal.

¹⁴ Estamos nos referindo aos transtornos da sexualidade.

¹⁵ Fala de um dos internos que desenvolve o *Em Prol da Liberdade*. A expressão "o artigo" é usada para se referir a pessoas condenadas por estupro. Observaremos com mais atenção o uso desse tratamento mais adiante.

segurança desses sujeitos, exclui-se, inclusive, a idéia de atribuição de nomes fictícios para eles. Nossa decisão em não atrelar um conjunto de relatos a fontes específicas baseou-se, justamente, na percepção de que esta dissertação é, também, parte de um sistema disciplinar.

CAPÍTULO I – Espaço e Cicatriz: uma cartografia política do cárcere

"Os lugares ditos 'dificeis' são, primeiramente, difíceis de escrever e de pensar" Pierre Bourdieu

O primeiro capítulo desse estudo pretende fazer um percurso semelhante ao dos pesquisadores que se engajam num projeto etnográfico na prisão. A idéia é apresentar as percepções e análises coletadas em um ano de pesquisa de campo da mesma forma em que estas foram reveladas após esse período de imersão. Tal como a realidade empírica, esta etapa se dedicará à apresentação do universo penitenciário tomando como cenário o presídio Evaristo de Moraes, situado no Rio de Janeiro. A proposta é que, a partir dessa leitura, seja possível compreender parte da realidade dos que habitam e trabalham na referida unidade penal com o fim de, nas próximas fases da pesquisa, analisar os embates e amarras jornalísticas que compõem essa experiência intramuros.

A escolha do presídio Evaristo de Moraes como objeto de estudo, nesse sentido, pareceu bastante oportuna. Suas características possibilitaram estabelecer um foco mais nítido a respeito de potenciais desvios de análise para essa proposta de reflexão, tais como as discussões a respeito da violência urbana extramuros e justiça social. O perfil dos internos que vivem na unidade propiciou o estabelecimento de um eixo que não se tangencia com tanta veemência com as referidas questões uma vez que tal presídio abriga exclusivamente homens que solicitaram ao Estado o Seguro. Conhecido como "'prisão dentro da prisão" em decorrência de ser um local com mais restrições do que os demais" (Dias, 2007: 230-231), o *Seguro* é uma alternativa aos presos que se encontram em risco dentro do Sistema, geralmente solicitado por pessoas que cometeram Crimes Contra os Costumes¹⁶, como Estupro e Atentado Violento ao Pudor, ou que estejam envolvidos em conflitos internos graves. Dessa forma, é possível pensar que tal recurso funciona como uma espécie de reiteração do Art. 1º da Constituição Federal a respeito da dignidade da pessoa humana¹⁷ e do Art. 5º que prevê que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante"¹⁸, quando este não pode ser

¹⁶ Título VI do Código de Processo Penal.

¹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil; Art. 1°, III.

¹⁸ Constituição da República Federativa do Brasil; Art. 5°, III

assegurado em circunstâncias específicas, como no caso dos presos que hoje vivem no Evaristo de Moraes. Nas palavras da Secretaria de Administração Penitenciária:

"Ao receber o pedido de seguro, o diretor da unidade adotará as seguintes medidas:

- I QUANTO AO INTERNO:
- a. Ouví-lo;
- b. Isolá-lo;
- c. Esgotar todos os recursos à sua disposição na Unidade Prisional.
- II QUANTO À COMUNICAÇÃO:
- 2.1 relatório circunstanciado, individual e objetivo à Vice Direção Geral que deverá conter os seguintes elementos:
- 2.1.1 identificação do interno;
- 2.1.2 tempo de permanência do interno na unidade;
- 2.1.3 total de pena a cumprir;
- 2.1.4 unidade para as quais o interno alega não poder ser transferido;
- 2.1.5 citação de três unidades que o interno diz que pode ser transferido;
- 2.1.6 número de vezes e unidades em que o interno já pediu seguro, bem como a identificação do chefe de turma de guardas de plantão;
- 2.1.7 motivo do atual pedido de seguro; [grifo meu]
- 2.1.8 providências da direção da unidade quanto aos internos que o levaram a pedir seguro;
- 2.1.9 providências da direção da unidade quanto ao interno que solicitou seguro, caso tenha sido ele próprio o causador da situação que o levou a tal pedido; [grifo meu]
- 2.1.10- tempo que a unidade poderá mantê-lo sob segurança ou situação de seguro" 19 .

Marques, em seu estudo sobre o *Proceder*²⁰ dentro das prisões a partir de uma análise da Penitenciária paulista José Parada Neto, explica que em unidades penais mistas (que abrigam presos comuns e possuem apenas galerias e celas destinadas ao *Seguro*) solicitam o recurso "indivíduos que devem droga para traficantes do "convívio", indivíduos que se envolvem em "quiaca" (briga) e não estão dispostos a matar ou morrer, enfim, indivíduos infratores de alguma regra do "proceder" que não pode ser relevada pelos demais detentos" (2006: 26).

O Estado do Rio de Janeiro, nesse sentido, foi o pioneiro no estabelecimento de unidades penais específicas para internos do *Seguro* com destaque para o presídio Hélio Gomes e, em seguida, o Evaristo de Moraes. Sendo este último, atualmente, a única prisão com esse fim para homens que cumprem pena em regime fechado no estado. Situado no bairro de São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro, o Evaristo de Moraes

http://www.seap.rj.gov.br/pdf/escola/lesgislacao.pdf, p. 692.

Trecho do Manual de Legislação Básica da SEAP disponível em http://www.seap.ri.gov.br/pdf/escola/lesgislacao.pdf, p. 692.

²⁰ De acordo com Marques, o *Proceder* se refere às regras produzidas pela própria população encarcerada.

é conhecido no Sistema Penitenciário como Galpão da Quinta e, entre os internos, como "o patinho feio" das unidades penais por conta do mau estado de conservação em que se encontra sua estrutura física. Trata-se da maior²¹ unidade penal do estado no que se refere à quantidade de presos e opera no regime de *tranca dura*: os internos que lá cumprem pena permanecem 24 horas por dia em suas celas, podendo sair somente durante a hora semanal de banho de sol ou quando recebem visitas²². Atualmente, cerca de sessenta homens habitam as vinte e cinco celas distribuídas entre quatro galerias (A, B, C, D) de um pavilhão construído originalmente para ser um galpão da Secretaria de Transportes e Obras do Estado²³.

No início da década, a unidade era lembrada pelas péssimas condições de salubridade e higiene, conforme descreveu Vasconcelos: "presos e guardas convivem em instalações precárias, com uma extensa população de roedores que passeiam livremente pelo interior da unidade" (2000: 53). Nessa época, o Evaristo de Moraes rotineiramente ocupava as páginas de jornais com reportagens que o apelidavam de "Central da Extorsão" em referência aos falsos seqüestros comunicados por telefones celulares. A nomeação do atual diretor do presídio acarretou em algumas mudanças estruturais. De acordo com ele, o grupo de internos que praticava o crime foi desmembrado e transferido para outras unidades, bem como agentes penitenciários que não se adequavam à nova gestão. A estratégia adotada pelo diretor se baseou na criação de uma rede de informações estruturada pela prática da delação com o intuito de controlar a unidade e torná-la, nas palavras dos internos, uma "cadeia rendida".

1.1 Os grupos

Prioritariamente é necessário ressaltar que o presente estudo não pretende mapear todos os perfis dos internos que hoje habitam o presídio Evaristo de Moraes. A

²¹ Cerca de 1400 homens cumprem pena atualmente no Evaristo de Moraes.

²² Em conversas com o diretor e chefe da Segurança da unidade, Samuel Araujo e Paulo Egil, respectivamente, fui informada a respeito dos processos para viabilizar a entrada de visitas para os internos. Ao contrário das outras unidades penais, no Evaristo de Moraes somente parentes podem ser cadastrados como visitantes precisando, inclusive, de passar por uma "entrevista para checar se eles estão falando a verdade". Dados são cruzados, e os solicitantes são perguntados a respeito de detalhes da vida do interno para saber se eles realmente se conhecem há muito tempo. Nas palavras do chefe da Segurança: "As pessoas ficariam surpresas em saber o que descobrimos com esses inquéritos personalizados".

personalizados". ²³ A esse respeito ver: VASCONCELOS, Ana Silvia Furtado. *A Saúde sob Custódia: um estudo sobre agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado defendida na ENSP/CESTEH – FIOCRUZ, 2000.

proposta é elencar os principais atores que participam dessa trama cotidiana e que, para essa investigação, se apresentam determinantes. Nesta análise serão apresentados os grupos compostos por Faxinas que trabalham na unidade estudada, religiosos com predominância evangélica, os "filiados" à facção Povo de Israel e os Frentes de Cadeia. Ressalta-se, no entanto, que em alguns casos os referidos sujeitos podem ocupar mais de uma organização ou função no cenário prisional, conforme veremos adiante. Ainda assim, cabe registrar a relevância de outros personagens desse cenário que não serão detalhados nessa análise para que, futuramente, seja possível estabelecer um olhar mais aprofundado a respeito das relações que se travam intramuros.

Este é o caso dos agentes penitenciários e professores do Colégio Estadual Anacleto de Medeiros. Aparentemente ocupantes de lugares antagônicos, esses profissionais se relacionam diariamente com os internos que desenvolvem a experiência jornalística no cárcere. Os limites cercados da escola, no entanto, estabelecem a restrição da atuação desses atores, salvo em casos de segurança da unidade. A natureza da relação entre profissionais da educação e da segurança carrega a questão de origem institucional. Concursados para atuar em secretarias diferentes e executar seus oficios em uma unidade penal, esses atores parecem conviver numa espécie de tranquilidade vigiada que, de um modo geral, se restringe aos comentários irônicos sobre a chamada mamãezada²⁴.

1.1.1 Os Faxinas: entre o dever e a dívida no espaço de trabalho

O referido grupo merece especial atenção nesse estudo. Mais adiante será possível compreender a importante relação desses homens com o trabalho jornalístico na prisão. Por hora, é necessário esclarecer que todos²⁵ os internos que trabalham em unidades penais recebem a alcunha de faxina, independentemente das suas funções. Lotados em áreas como Divisão de Disciplina, Cozinha, Limpeza, Enfermaria, Esportes e Escola, esses presos são reconhecidamente capazes de realizar tarefas mais elaboradas do que os demais e redimem pena por meio do cálculo que estabelece que a cada três

²⁴ Expressão bastante utilizada na prisão para designar os gestos de preocupação excessiva dos professores com os alunos presos. Seriam considerados mimos.
²⁵ Estamos nos referindo aos internos do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Em outras

regiões, esses homens recebem outros tratamentos.

dias de trabalho, um dia de reclusão será remido, proposição que se enquadraria no que Goffman chamou de *sistema de pagamentos secundários*.

Para compreender a complexidade do cenário em que estão inseridos estes homens, é necessário considerar a imbricação de atividades e funções de natureza distintas operacionalizadas em um mesmo ambiente. As esferas trabalho e moradia passam a ser administradas, nesse contexto, como parte integrante de um padrão único de conduta estabelecido por meio da avaliação de uma espécie de prontuário extraoficial que depende do cumprimento de quesitos diversos que, normalmente, não estariam relacionados. Goffman investiga em seu estudo sobre as instituições totais esses atravessamentos com vistas a fatores outros envolvidos na trama que materializariam o desmantelamento do fora: "qualquer que seja o incentivo dado ao trabalho, esse incentivo não terá significação estrutural que tem no mundo externo. Haverá diferentes motivos para o trabalho e diferentes atitudes com relação a ele" (2001: 21) O sociólogo complexifica o cenário explicando que "nas instituições totais, as esferas da vida são integradas de forma que a conduta do internado numa área de atividade é lançada contra ele, pela equipe dirigente, como comentário e verificação de sua conduta em outro contexto" (2001: 41)

Os *faxina*s são considerados "a espinha dorsal da cadeia" (VARELLA, 1999: 99), pois transitam entre os olhares dos guardas e dos outros encarcerados. Ocupantes de um lugar simbólico ambíguo, essas figuras parecem ser o elo entre a comunidade carcerária e o poder oficial da prisão. A complexidade desse papel está relacionada ao desejo de obtenção de uma certa proximidade com os agentes da disciplina ou, minimamente, com a interpretação, por parte do coletivo, do que seria uma postura adequada aos "ressocializandos": "Ao ser 'enquadrado', o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina" (GOFFMAN, 2001: 26).

É necessário ressaltar, no entanto, que essa internalização não significa adaptarse, de forma alienada, ao referido enquadramento. Analisando as posturas que os internados utilizam nas instituições totais, o sociólogo propõe um quadro esquemático que contempla quatro possibilidades de táticas. Para o caso dos *faxinas*, é interessante refletir particularmente a respeito da conversão, um modo de adaptação traçado pelo autor: "O internado parece aceitar a interpretação oficial e tenta representar o papel de internado perfeito. Se o internado 'colonizado' constitui, na medida do possível, uma comunidade livre para si mesmo, ao usar os limitados recursos disponíveis, o convertido aceita uma tática mais disciplinada, moralista e monocromática, apresentando-se como alguém cujo entusiasmo pela instituição está sempre à disposição da equipe dirigente". (GOFFMAN, 2001: 61)

Fazer parte deste seleto quadro, no entanto, significa estar exposto à desconfiança de alguns agentes penitenciários que enxergam o *faxina* como mais um preso a vigiar, com autorizações que lhe garantem certos benefícios, e à estranheza de outros detentos que, diferentemente deles, não podem circular na unidade, se dirigir aos chefes de setor e remir pena. Essa proximidade com o poder oficial, no entanto, é um dos pontos de tensão entre os *faxinas* e o coletivo. A internalização da postura do delator, conhecido como *X9*, parece ser uma das principais acusações sobre a conduta desses presos trabalhadores. Aparentemente, "em contraste com esse ambiente rígido, apresenta-se um pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência, em ação e espírito, à equipe dirigente" (GOFFMAN, 2001: 50). Dessa forma, a acusação de cumplicidade entre pessoas que, a princípio, são comprometidas com lados antagônicos versaria sobre a implementação de uma rede de informação a respeito da posse indevida de dinheiro, de celulares, entorpecentes, além de possíveis conflitos que poderiam se transformar em rebeliões.

Por conta disso, a seleção de quais internos devem atuar como *faxinas* durante o cumprimento de pena parece ser um elemento importante para a presente análise. Particularmente interessam a essa pesquisa os *faxinas* da escola que, dentre outras funções, também atuam no jornal. Aparentemente, esses homens são selecionados a partir de indicações que garantam que têm o perfil necessário para desempenhar determinadas atividades. Em consequência desse cenário, uma nova questão se apresenta: a partir de quais características se concebe a construção de um perfil ideal para o cargo de *faxina* da escola?

A hipótese que se oferece, resultado da observação de campo, pretende complexificar a importância do fator religioso nessa construção. A maior parte dos presos que participaram do movimento de retomada do periódico era evangélica e, não

de forma coincidente, também trabalhava na escola²⁶. Quando questionados a esse respeito, alguns deles justificaram a presença massiva dos religiosos a partir de discursos que pregavam o destino e a responsabilidade moral com a comunidade carcerária.

1.1.2 Os Religiosos e o monopólio do discurso do bem

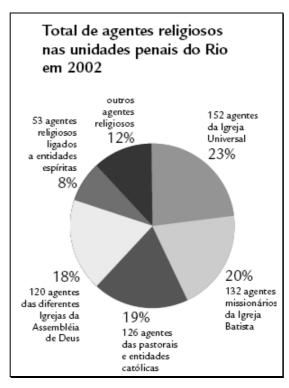
É bastante comum na cadeia, sobretudo quando a unidade abriga internos que cometeram crimes violentos com grande repercussão midiática, a conversão religiosa dos novos cativos. Além da garantia de proteção, se transformar em um "novo homem", como se costuma dizer no cárcere, significa optar por um caminho estrategicamente deslocado da lógica das facções. Velho irá ressaltar que essa "a adesão vigorosa e militante a uma ordem de valores, religiosa ou não, é uma alternativa possível, dentro de uma trajetória de vida, podendo ser provisória ou definitiva". (1999: 98).

O crescimento das experiências religiosas no cárcere é objeto de estudo de Quiroga que observa especialmente a ocupação desses espaços e a conseqüente autorização para desempenho de funções, *a priori*, do Estado. A antropóloga parte da premissa de que essa atuação passa a ser legitimada pela sociedade na medida em que os trabalhos religiosos são estruturados em valores como a confiabilidade. De acordo com a autora, "o que se observa é uma certa aprovação (e freqüentemente, incentivo) à presença dos agentes *[religiosos]*, por suas contribuições no apoio social aos presos e pela colaboração no próprio processo de disciplinarização, uma vez que 'preso convertido é preso mais calmo'" (QUIROGA, 2005: 16).

Aparentemente todas as unidades²⁷ contam com a presença de igrejas e congregações variadas. No Evaristo de Moraes destaca-se a abrangência do trabalho da Pastoral Carcerária (Igreja Católica), da Igreja Universal do Reino de Deus, da Igreja Batista e do grupo Kardecista.

²⁷ Em 2004, já se contava 98 instituições religiosas credenciadas para trabalho no Sistema Penitenciário carioca. (FONTE: ISER)

²⁶ Dos treze internos que iniciaram o trabalho do jornal, sete estavam lotados como Faxinas. Dentre esses, dois atuavam especificamente na Liga de Esportes do Evaristo de Moraes.



FONTE: ISER

Ao contrário do que geralmente se supõe a respeito do discurso dos condenados sobre a culpa, a pesquisa de campo que gerou o presente estudo permitiu observar que a maior parte dos relatos dos internos não pretende negar a acusação e a responsabilidade por seus atos criminosos. Em outras palavras, são raros os que se declaram inocentes. Nesse sentido, um dos elementos fundantes da conversão religiosa se torna parte de um processo maior que pretende, por vias próprias, a expiação do dolo. O testemunho da conversão religiosa passa a ser, nesse cenário, um importante gesto de redenção pela fé a um Deus que perdoaria aqueles que se arrependem e desviam seus caminhos em direção do bem. Ao contrário de todos processos que respaldam a permanência desses homens no sistema penitenciário, o ritual de conversão é o único que, por meio da individualização, permite uma experiência de um julgamento teoricamente superior que, ao final, a todos redime e absolve. O testemunho, necessário à conversão, pressupõe o registro oral das experiências passadas (da vida e do desvio) a partir de uma fala autoreferencial que também estará presente na construção do discurso jornalístico no cárcere, como veremos no terceiro capítulo deste estudo.

Nesse sentido, propõe-se um paralelo com a percepção desenvolvida por Michel Foucault a respeito das práticas punitivas no contexto europeu do Antigo Regime na qual o gesto confessional era parte fundamental das cerimônias de suplício, tanto por

meio da ratificação da culpa, quanto por meio da alegação da inocência que, nesse cenário, surtia o efeito de blasfêmia interpretada como dupla responsabilidade. As últimas palavras do condenado que compunham o discurso de cadafalso eram extremamente importantes à cerimônia pública que o filósofo chama de dupla ambigüidade da confissão a respeito da extorsão da verdade:

"O juramento que se pede ao acusado antes do interrogatório (ameaça por conseguinte de ser perjuro diante da justiça dos homens e diante da de Deus; e ao mesmo tempo, ato ritual de compromisso); a tortura (violência física para arrancar uma verdade que, de qualquer maneira, para valer como prova, tem que ser em seguida repetida, diante dos juízes, a título de confissão 'espontânea').(FOUCAULT, 1987: 35)

Ainda assim, fazer parte do grupo dos internos religiosos nas unidades penais não parece ser simplesmente uma adesão cômoda e estratégica. Mais do que isso, esses homens necessitam seguir um código de conduta rígido monitorado constantemente por seus irmãos de crença. Os evangélicos, foco dessa etapa da pesquisa, estão proibidos de assistir televisão, principal passa-tempo entre os presos, ou ouvir músicas "mundanas". A eles são indicadas as composições evangélicas e consumo de publicações impressas da congregação. O não cumprimento desses imperativos implica, como ressalta Quiroga (2005: 20), em penalidades rigorosas.

No presídio Evaristo de Moraes, somente presos evangélicos possuem celas próprias que, entre outras coisas, garantem um convívio distanciado com internos de outras crenças ou ateus. Atualmente estes homens ocupam uma galeria inteira da unidade. Mesmo assim, é possível identificar outra distinção: entre estas celas evangélicas há, ainda, uma destinada especificamente aos *faxinas* adeptos da religião. Nela convive a maior parte dos internos que produzem o jornal.

A vigilância entre os evangélicos conta também com outro elemento raro na unidade: luz. Ao contrário das demais celas, essas possuem iluminação²⁸ artificial durante todo dia facilitando a leitura dos textos religiosos e, também, a observação entre os internos. Marques analisa esse controle constante e explica que "entre os habitantes da 'cela dos evangélicos' há aqueles que 'se escondem atrás da bíblia' – que são

²⁸ De acordo com relatos dos presos evangélicos, as lâmpadas utilizadas para iluminar essas celas são compradas pelos próprios internos que habitam esses espaços.

punidos quando descobertos praticando atos proibidos segundo o 'proceder' para os evangélicos – e aqueles que se mantêm na condição de 'ter proceder'. (2006: 28)

Ao estudar a cultura prisional, Carvalho desenvolve uma proposta de tipologia social com foco em determinados sujeitos desse espaço. A pesquisadora os divide e denomina como *Intocáveis funcionais* e *Intocáveis disfuncionais*. A última classificação parece ser adequada ao perfil dos internos evangélicos que vivem e, principalmente, atuam no jornal desenvolvido no presídio Evaristo de Moraes. Mais adiante, será possível propor uma aplicação da primeira categoria na apresentação de outra peçachave desse cenário: os *Frentes de Cadeia* que, observados a partir desse olhar, se encontram integrados à "orgânica sistêmica da prisão". De acordo com a autora, o histórico criminal de sujeitos enquadrados como intocáveis funcionais "perdura durante sua estadia na prisão, assumindo novas formas criminógenas, reformuladas e adaptadas ao caráter do espaço-tempo do sistema social de ação informal" (2003: 12).

A socióloga explica que esses indivíduos tipificados como *Intocáveis disfuncionais* operam na lógica da auto-guetização marginalizadora e assumem "uma postura de auto-diferenciação, dentro da sociedade informal, em relação à comunidade prisional. Além disso, auto-destacam-se pela sua diferenciação relacional radical em relação aos sujeitos reclusos com quem estabelecem as suas relações" (2003: 10).

A partir da aparente exclusão estratégica do convívio com o coletivo, esses internos parecem compor um cenário que abarca o fenômeno descrito por Segato como superioridade moral estruturada pelo monopólio do bem. Convertendo o espaço prisional em um espaço do discurso a respeito do "novo homem", a igreja media os conflitos por meio da dogmatização do evento da morte metafórica do criminoso que, agora cristão, realiza o efeito que a pesquisadora chama de "mimese regressiva":

"é exatamente a imitação que o preso faz do discurso do 'bem', copiando um discurso cristão, com seus valores familiares e suas fórmulas de boas maneiras e repetindo o mesmo, *ad infinitum*. O que impressiona é a forma mecânica em que são aplicadas as fórmulas discursivas, sem introduzir-lhes comentários alusivos à situação específica vivida pelo preso ou suas famílias" (SEGATO, 2005: 44).

Ainda a respeito da referida análise, é preciso ainda ressaltar a complexidade dos sujeitos envolvidos nesse cenário sem torná-los irremediavelmente vitimas ou vilões dos discursos identitários. Esses homens, convertidos pela religião e herdeiros do jornal, são elementos fundamentais para a compreensão do espaço prisional do Evaristo de

Moraes. Sua influência será analisada, mais à frente, no desenvolvimento das reportagens, disputas e embates que compõem o cotidiano da equipe de redação do periódico *Em Prol da Liberdade*, bem como nas redes de informação que movimentam o coletivo de internos, produtores e consumidores do "Jornal a serviço dos cativos"²⁹.

1.1.3 O Povo de Israel: uma facção invisível

Ao contrário da maior parte das unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro, o presídio Evaristo de Moraes não pertence a nenhuma facção oriunda do universo extramuros. Atualmente ele é classificado pela Secretaria de Administração Penitenciária como uma instituição neutra por não abrigar internos pertencentes a nenhum grupo criminoso. A rigor, o fato do Galpão ser destinado a internos que solicitaram o *Seguro* ao Estado já explicaria, de antemão, a ausência desse tipo de organização entre os presos que, numa situação como essa, pretenderiam simplesmente cumprir suas penas sem transtornos ou comprometimentos significativos. Ainda assim, como se costuma dizer no espaço intra-muros, não é possível passar pelo Sistema impunemente. Sobretudo quando essa "passagem" for resultado de uma prática criminosa contra os costumes, como no caso da maior parte dos presos da unidade estudada.

Os relatos³⁰ sobre a prisão de pessoas que cometeram os crimes de estupro e pedofilia geralmente são sucedidos por uma fala a respeito de outra punição comumente apoiada pela sociedade. Durante o Antigo Regime os condenados eram oficialmente submetidos ao sofrimento físico condizente com os crimes a que eram acusados: "Furase a língua dos blasfemadores, queimam-se os impuros, corta-se o punho de quem matou" (FOUCAULT, 1987: 39). Nos dias atuais, a prática punitiva justificada por meio de uma sentença paralela³¹ agrega ainda maior sofrimento à pena restritiva de liberdade. De acordo com alguns relatos, em algumas circunstâncias, homens

²⁹ A referida frase funciona como uma espécie de lema do jornal Em Prol da Liberdade é apresentada no cabeçalho do periódico.

Também os jornalísticos. Como no caso da reportagem "Estupradores sofrem ameaças nos presídios", de Roberta Soares, publicada em 06/09/1998 no Jornal do Commercio de Recife, Pernambuco.

³¹ Para informações sobre tatuagens que condenados pelo crime de estupro são obrigados a fazer ver: Rodrigo Toffolli: *Corpos tatuados: preliminares a uma abordagem semiótica*, disponível da Revista Estudos Semióticos – No 1: 2005.

condenados pelo crime de estupro foram forçados a manter relações sexuais com companheiros de prisão e, eventualmente, com agentes penitenciários.

Esses relatos³² remontam uma história que tem início em 2005, no presídio Arv Franco, no bairro de Água Santa, zona norte da cidade. Desde essa época, internos recém condenados são transferidos para a referida unidade que cumpre a função de triagem dentro do Sistema. A Secretaria de Administração Penitenciária adota a política de separar presos a partir das organizações criminosas a que eram vinculados do lado de fora da prisão ou, como no caso do presídio pesquisado, por meio da tipificação do crime com o intuito de mantê-los sob um risco menor de conflito³³, conforme aponta Quiroga:

> "O possível pertencimento a uma facção (que muitas vezes é definido pelo local de origem ou moradia do interno) é hoje um critério seletivo e classificatório básico para o envio dos apenados às diferentes unidades prisionais. Estes passam a ser considerados, e controlados, membros das facções que, não apenas comportamentos individuais, como os disciplinam no sentido da manutenção de compromissos normativos coletivos" (QUIROGA, 2005: 14).

Mesmo assim, é praticamente inevitável o convívio entre presos condenados por crimes contra os costumes com aqueles que cumprem pena por terem praticados os chamados crimes sociais³⁴. Ainda que esse contato seja muitas vezes breve, não são raros os relatos sobre os abusos sexuais promovidos por outros cativos. Por conta disso, um grupo de presos do artigo³⁵ resolveu se unir com o objetivo oficial de proteger aqueles que, assim como eles, sofriam toda sorte de violências físicas. De acordo com depoimentos de internos de algumas unidades penais, a idéia essencial desses homens era proteção:

³² As informações apresentadas nesse breve histórico são resultado de conversas com internos de várias unidades penais do Sistema Penitenciário fluminense.

33 Experiências anteriores atestaram que abrigar homens de facções rivais na mesma unidade pode ser

uma política inadequada, como no caso da penitenciária Dr. Serrano Neves, conhecida como Bangu 3, que em dezembro de 2003 teve grande parte destruída em uma rebelião praticada por membros das facções Comando Vermelho e Terceiro Comando. Após o motim, a Seap dividiu a unidade em duas com o propósito de separar os integrantes dessas organizações. Com uma enorme chapa de de aço entre elas, surgiam, em abril de 2004, as novas Bangu 3A e Bangu 3B.

34 Estamos nos referindo às práticas criminosas voltadas à obtenção de bens materiais.

³⁵ A política dentro do Sistema é não explicitar o artigo 213 referente ao estupro quando se quer destacálo. Basta usar a expressão "o artigo" para informar que está se falando sobre o crime de estupro. Os demais crimes são nomeados como números: "Fulano é 157", por exemplo, para explicar que uma pessoa cometeu o crime de roubo.

"Eles estavam acuados. Essa é a verdade. Viram que iam morrer. Eles não tinham outra escolha: ou matavam ou morriam. Por isso se uniram. E essa união dura até hoje, mesmo com os conflitos e as brigas. Hoje ninguém fala mais em PVI. Hoje dividiu em PVI e 001³⁶...³⁷

O surgimento dessa organização que pretendia agir estritamente dentro das unidades penais desencadeou uma rebelião no interior do presídio Ary Franco que foi retratada pela grande imprensa como mais um motim pela melhoria das condições do espaço prisional para os internos. Aparentemente não houve, por parte da Seap ou dos meios de comunicação, associação do evento com a criação de uma facção formada por eminentemente por estupradores.

O curioso nome da facção não possui histórico confirmado. De acordo com alguns internos, a denominação é resultado de alusão à problemática do reconhecimento do país na comunidade internacional. A justificativa é baseada nos constantes conflitos geográficos que pretendiam fixar um território judaico à sua comunidade. A proposta de nomeação do grupo de internos que tomou como referência uma crença religiosa sem relatos de praticantes no Sistema aparentemente associava a situação das disputas do espaço e de seus praticantes.

Existem, ainda, outras versões para o surgimento da alcunha da facção. Uma delas remonta uma cena em que leitura da bíblia pelo recém formado grupo se une para encontrar palavras de força antes do início da rebelião. E foi assim que o capítulo 11 do livro de Salmos se tornou o lema de fé para esses homens:

"O reinado da duplicidade

2. Salvai-nos, Senhor, pois desapareceram os homens piedosos,

E a lealdade se extingue entre os homens.

- 3. Uns não têm para com os outros senão palavras mentirosas; Adulação na boca, duplicidade no coração.
- 4. Que o Senhor extirpe os lábios hipócritas

E a língua insolente.

- 5. Aqueles que dizem: 'Dominaremos pela nossa língua, nossos lábios trabalham para nós, que nos será senhor?'
- 6. Responde, porém, o Senhor:

'Por causa da aflição dos humildes e dos gemidos dos pobres, levantar-me-ei para lhes dar a salvação que desejam'.

⁷ Relato de um egresso do Sistema Penitenciário.

³⁶ Durante a pesquisa a respeito do surgimento do *Povo de Israel*, descobriu-se que o grupo originalmente formado havia se divido em outra facção auto-intitulada 001, em alusão ao número do recurso solicitado por aqueles que estão no Seguro. Por hora, não pretendemos nos ater a essa organização.

7. As palavras do Senhor são palavras sinceras;

Puras como a prata acrisolada, isenta de ganga, sete vezes depurada.

8. Vós, Senhor, haveis de nos guardar.

Defender-nos-ei sempre dessa raça maléfica.

9. Porque os ímpios andam de todos os lados.

Enquanto a vileza se ergue entre os homens".

Outro aspecto parece importante para compreender o surgimento da organização. Ao contrário dos delitos que normalmente unem os integrantes de facções como o Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigo dos Amigos, esse movimento é fruto de uma mobilização que tem início dentro do Sistema Penitenciário e permanece somente durante o cumprimento da pena. Além disso, salvo em casos pouco comuns em que homens praticam o estupro com parceiros, a natureza desse tipo de delito parte de uma conduta criminosa individual. O fenômeno de fundação do *Povo de Israel*, nesse sentido, parece ser um gesto oposto ao isolamento natural que os condenados por esses crimes optam dentro da prisão para sua própria segurança.

Normalmente, as práticas de arregimentação promovidas pelas outras organizações criminosas conseguem aumentar sua força dentro da prisão com a cooptação de internos originalmente distantes do crime organizado que, em troca de segurança e bens materiais, aceitariam participar da facção. O caso do *Povo de Israel* possui mais uma questão que merece especial observação: ainda que nem todos os presos que cumprem pena no presídio Evaristo de Moraes tenham sido condenados por crimes contra os costumes, estes, ao solicitarem o *Seguro* e a transferência para a referida unidade, automaticamente são enquadrados como "filiados" à facção *Povo de Israel*, mesmo que não obtenham ganhos³⁸ diretos com isso: "Todos aqui são Seguro. Todos são *Povão de Israel*. Gostando ou não disso aqui estamos protegidos"³⁹.

Dessa forma é possível pensar que os 1400 homens que hoje vivem no Galpão da Quinta e, por isso, compõem a facção *Povo de Israel*, mesmo involuntariamente, disputam uma legitimidade, por meio de um discurso autorizado, também em oposição às demais unidades penais estruturadas por meio de facções criminosas que atuam no universo extramuros e que, de certa forma, legitimam as práticas violentas contra aqueles que cometeram o estupro. Mesmo que silenciosos dentro do próprio sistema,

³⁹ Relato de um interno do presídio Evaristo de Moraes.

³⁸ Estamos nos referindo às práticas de extorsão citadas no início do presente capítulo.

esses embates se encerram também nos limites murados: "É uma organização de proteção para quem está no *Seguro*, principalmente para estupradores. Ela não existe do lado de fora. É uma organização interna e que luta pela vida desses internos. Quando ele sai e volta à vida ele deixa de existir pra gente e a gente pra ele".⁴⁰

1.1.4 Os Frentes de Cadeia

Outra organização interna do coletivo, também estruturada a partir das idéias de autoridade e representação, surge por meio de uma figura conhecida na prisão como *frente de cadeia*. No Evaristo de Moraes, dois homens desempenhavam esse papel durante o desenvolvimento do presente estudo, fato incomum em unidades penais. Um deles, estrategicamente, ocupa um cargo importante no expediente do jornal *Em Prol da Liberdade*, assunto que será aprofundado mais adiante.

Alguns internos descrevem os *frentes* como administradores de conflito ou como uma espécie de "juiz que tem que ser imparcial, tem que ser uma constante no desenrolo da cadeia"⁴². Para tanto, é necessário que essa mediação seja pautada por uma regra publicizada internamente que possa legislar sobre questões cotidianas tal como descreve Becker: "O mais típico é que as regras sejam impostas somente quando algo provoca sua imposição. A imposição, portanto, requer explicação" (2008: 129)

O autor do manuscrito *Glossário de Expressões e Palavras usadas por internos do Sistema e das DPs* é um preso que cumpre pena no Evaristo de Moraes. Com o intuito de facilitar a compreensão⁴³ de algumas palavras que eram citadas durante a oficina de jornalismo, ele resolveu escrever esse documento que destaca questões que podem ilustrar a presente análise. Esse é o caso do uso da palavra *etapa*. Além de defini-la como "a porção que cabe a cada um do que tiver para todos", esse interno acrescentou imediatamente ao lado uma observação que ultrapassa o simples entendimento da expressão idiomática. Aparentemente, essa ressalva parece querer comunicar que não basta compreender o significado das palavras dentro da prisão, é

⁴⁰ Relato de um dos internos que compõe o jornal.

⁴¹ Relatos sobre "frentes de cadeia" são dificilmente obtidos no presídio. Raros são os internos que mencionam essa expressão e, quando perguntados, dedicam poucas palavras para descrever a atuação dessa figura.

⁴² Relato de um interno que compõe a equipe do jornal.

Ressalto que esse documento foi entregue a mim e a proposta era facilitar o meu entendimento.

necessário entender, sobretudo, as regras dessas palavras praticadas cotidianamente no espaço prisional pois "(é falta grave comer a *etapa* do outro)".

É o que Becker chama de cultura desviante determinada a partir de "um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele" (2008: 48). A partir da idéia de rotina compartilhada e destino comum, esses homens constituem a trajetória que o sociólogo chama de profecia auto-realizadora (*idem*: 44) a partir do seu enquadramento prioritário como ator social desviante. Dessa forma, vale mais uma vez recorrer à sua definição de desvio:

"é antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não no outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra. (...) Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele" (2008: 26)

Assim, é possível estabelecer um questionamento a respeito desses homens que podem, a princípio, também se deslocar de sua condição de desviante. É Becker quem propõe uma reflexão: "As pessoas pertencem a muitos grupos ao mesmo tempo. Uma pessoa pode infringir as regras de um grupo pelo próprio fato de ater-se às regras de outro. Nesse caso, ela é desviante?" (2008: 21)

A deontologia do coletivo é estudada por Dias que destaca a importância da observação do processo de julgamento nesse cenário. "O regulamento interno da prisão, que desconhece, em certa medida, as leis oficiais e cria todo um sistema normativo e um mini-tribunal próprio, a fim de que as regras sejam cumpridas – tanto as regras da administração quanto àquelas da massa carcerária –, prevê uma série de punições para os infratores" (DIAS, 2007: 222).

Dessa forma, é possível propor um enquadramento dos *frentes de cadeia* na categoria proposta por Segato de forma complementar à classificação sugerida a respeito dos *faxinas*. De acordo com a socióloga, o papel dos *Intocáveis funcionais* "tem por base uma forma de organização, suportada por uma 'liderança informal', operada no cerne da sociedade reclusa" (2005: 13). Ela salienta que "o estatuto social destes indivíduos é construído com base no seu poder relacional. São conhecidos pelo temor

⁴⁴ Trecho do Glossário de Expressões e Palavras usadas por internos do Sistema e das DPs.

respeitoso através do qual são encarados, não só pelos outros internos, mas também pela autoridade institucional" (*Idem*: 12).

Ainda observando o Glossário desenvolvido por um interno do Galpão, é possível encontrar outra alusão emblemática. Ao definir a expressão "Vou na direção", o autor do texto explica tratar-se de um "modo de dizer que uma situação vai ser resolvida ou conversada com alguém que fala (geralmente comentários ou fofocas a respeito de outrem)" Nota-se que em nenhum momento o dono do manuscrito determina quem é a direção citada. Ainda assim, por reconhecer as práticas internas de resolução de conflitos conhecidas como desenrolo 46, parece pertinente pensar que essa é mais uma referência ao *frente de cadeia* que, aparentemente, tem a função de estabelecer a *Última forma* como "determinação do coletivo para encerrar um conflito".

Além de mediar conflitos ocorridos no interior do coletivo, esses homens justificam seus papéis por meio da idéia de representatividade dos presos junto à direção do presídio. Essa proximidade com o poder oficial da prisão, por sua vez, acaba por gerar tensões diversas por conta do duplo lugar ocupado pelos *frentes*: se de um lado eles são a voz instituída de uma massa anônima que reivindica, por outro eles não conseguem abdicar de sua condição de encarcerados em negociações com a direção, chefias de segurança ou de disciplina, ficando, por isso, suscetíveis a tratos silenciosos e à eventual incorporação do papel do delator.

Nesse sentido, é possível propor uma reflexão a respeito da autorização para o desempenho das atividades como *frentes de cadeia*, mesmo que de forma extra-oficial. A rigor eles têm o dever de representar o maior contingente de cativos do estado, mas parecem estimular, mesmo que involuntariamente, o fator incerteza que, de certa forma, alimenta as práticas cotidianas do coletivo e amplia a rede de vigilantes anônimos⁴⁸ no cárcere. Em outras palavras, o fato de dois homens atuarem nesse cenário e estarem publicamente ligados tanto à parcelas diferentes da massa carcerária, quanto à direção da unidade que enfatiza sua gestão baseada nas práticas de delação, parece ser um

⁴⁵ Trecho do Glossário de Expressões e Palavras usadas por internos do Sistema e das DPs.

⁴⁶ A esse respeito, podemos indicar a pesquisa que vem sendo desenvolvida por Mário Miranda Neto, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense.

⁴⁷ Trecho do Glossário de Expressões e Palavras usadas por internos do Sistema e das DPs.

⁴⁸ Estamos nos referindo aos informantes não identificados que prestam serviços ao poder oficial da prisão.

aspecto importante quando se pretende obter e, sobretudo, confirmar as informações que circulam no presídio Evaristo de Moraes. A descrição desenvolvida por Becker, nesse sentido, parece oportuna:

"Quando uma organização que contém dois grupos que competem pelo poder (...) o conflito pode ser crônico. No entanto, precisamente por ser um traço persistente da organização, talvez o conflito nunca se torne declarado. Em vez disso, os dois grupos, enredados numa situação que aprisiona a ambos, vêem vantagem em permitir que o outro cometa certas infrações e não as denunciam". (BECKER, 2008: 132)

É o que Ludemir pretende complexificar a respeito da função política da figura do *frente* no cenário prisional. Mais do que representar a massa e mediar conflitos, esses atores desempenham o papel de um controle que prescinde agentes penitenciários e câmeras de vigilância. Esse poder definitivamente atravessa os corpos condenados: "ter uma liderança nas cadeias no fundo é mais vantajoso para a direção do que para o coletivo. Conceder privilégios às castas que se autodenominam frentes de cadeia é a melhor estratégia para que não haja fugas e rebeliões, o tendão de Aquiles das direções de unidade"⁴⁹.

1.2 O espaço prisional: "O preço da liberdade é a eterna vigilância"

"Espaço do corpo é isto: você está imersa numa grande banheira tomando banho, cai uma aranha sobre a superfície da água perto de seus pés e você se arrepia! Aquela aranha não lhe tocou, mas tocou. Ora, a cada instante, nesse instante, você tem um espaço do corpo: o seu corpo vai para além do corpo próprio, para além dos limites do seu corpo".

José Gil

O título desta etapa da pesquisa é, também, é um registro memorável visível a todos que têm acesso à parte interna do presídio Evaristo de Moraes. Estampada na fachada do pavilhão das celas, a máxima tem efeito de lema da unidade e reitera a proposição de Perrot: "cada camarada torna-se um vigia" (PERROT *apud* FOUCAULT,

⁴⁹ LUDEMIR, Julio. *O choque de gestão nos presidios*. Disponível em: http://odia.terra.com.br/blog/blogdaseguranca/200806archive001.asp . Acessado em fevereiro de 2009.

1986: 215). Somente aqueles que foram inspecionados podem alcançar esse espaço. Os exames são realizados com o auxílio do detector de metais e análise dos pertences pessoais, no caso da entrada de funcionários⁵⁰ da unidade, com exceção dos agentes penitenciários, ou por meio da revista dos pertences e dos corpos⁵¹ dos visitantes dos internos.

Após ultrapassar a primeira revista, é necessário submeter novamente os pertences à avaliação de outra equipe que monitora a entrada do Pavilhão. Posteriormente a essa etapa, é possível caminhar mais um pouco e visualizar a entrada da galeria A, destinada aos *faxinas*. Logo em frente está o Colégio Estadual Anacleto de Medeiros, cenário importante dessa pesquisa. Rodeada com cercas de arame, a escola conta hoje com mais de 400 estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio, além dos "alunos dos projetos", como são conhecidos os internos que participam do Cineclube, curso de Teatro e Oficina de Jornalismo.

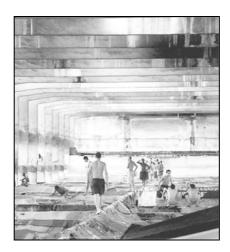
A imagem⁵² abaixo apresenta alguns detalhes da estrutura física do presídio. Por não ser projetado para abrigar pessoas, o Galpão não possuía paredes da parte superior à inferior das celas (do teto ao chão) nas quais ficavam os internos. Por conta disso, centenas de pombos habitavam o lugar e usavam o limite da parede como uma espécie de poleiro. O resultado era ainda mais problemático: acima dos homens, aves que defecavam sujando comarcas, celas e galerias; abaixo dessas pessoas, ratos que se alimentavam desses dejetos. Uma opção encontrada pelos internos era caminhar pelas paredes que separavam as celas para evitar ao máximo o convívio com as fezes dos animais e poder circular. De acordo com alguns presos a realidade era assustadora:

⁵⁰ É necessário ressaltar que eu não precisei me submeter às revistas íntimas durante o desenvolvimento da pesquisa de campo. Nesse período eu apresentava todo material que possuía para análise em dois momentos e espaços (na primeira portaria e na segunda, já no interior do presídio). Ainda assim, eu também passava pelo detector de metais.

⁵¹ Os visitantes dos internos precisam se submeter a uma rigorosa revista física. Homens e mulheres são indicados a se despir totalmente e, no caso feminino, a agachar algumas vezes com as pernas abertas. De acordo com os agentes penitenciários, trata-se de uma técnica para verificar se as visitas estão escondendo algo dentro da vagina. Tal regra é imposta para qualquer visitante maior de 18 anos. No caso do uso de absorventes íntimos e fraldas para crianças, esses devem ser descartados, diante da agente, e trocados por outro previamente vistoriado.

A imagem apresentada ilustra a realidade das celas e galerias do presídio até 2007. O atual diretor da unidade estendeu as paredes fazendo com que boa parte dos pombos deixasse o local. A fotografia foi retirada do site http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Penitenciarias-e-Estado-criminoso.html, acessado em 22 de novembro de 2008.

homens caminhavam pelo teto do presídio "e de repente desabavam de lá, quebrando braços, pernas e até o pescoço" ⁵³.



De acordo com o Relatório da Associação pela Reforma Prisional, de novembro de 2002, o galpão que abriga o presídio Evaristo de Moraes

"toda uma população de pombos habita essas instalações, e, longe de ser uma metáfora de paz e liberdade, esses incômodos vizinhos despejam continuadamente suas fezes sobre quem lá em baixo se encontre (...). Enormes ratazanas, comumente encontradas em unidades prisionais, também ali proliferamem, em quantidade ainda maior, obrigando os presos a manobras criativas para mantê-las distantes, como deixar punhados de restos de comida do lado de fora das grades, tentando com isso evitar-lhes a perigosa invasão, sem falar nas cotidianas baratas e nos chatos percevejos". 54

As celas auxiliam, ainda, no sistema que estipula o convívio: são cubículos divididos por homens de origens distintas ou, nas palavras de Bourdieu, ambientes que "abrigam pessoas que tudo separa, obringando-as a coabitarem, seja na ignorância ou incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem" (1997: 11). O rol dos culpados, expressão utilizada pelos magistrados para condenar o réu, é a primeira a confirmar a idéia de que a restrição local já sentencia: "cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo" (FOUCAULT, 1987: 123). Nesse contexto distinguem-se (e reúnem-se) também os

⁵³ Relato de um interno do presídio.

⁵⁴ Disponível em: http://www.arp.org.br/relatorios.php?i=12

homossexuais, os travestis, os membros de facções, os esportistas, dependentes químicos, religiosos, entre outros.

O pavilhão das celas no Evaristo de Moraes tem formato de uma letra "u" invertida. Ao entrar no galpão a primeira a ser avistada é a galeria A destinada aos faxinas da unidade. Em paralelo a essa está a C onde vivem somente presos evangélicos. As galerias B e D estão situadas atrás das anteriores e são voltadas para presos comuns⁵⁵. Além dessas, há, ainda, a E usada para aplicação de castigo aos internos que comentem irregularidades dentro da prisão. Entre elas, há ainda a cela conhecida como Porquinho por conta das condições sanitárias.

Por meio destas celas, é determinada a convivência a partir da definição dos dias de banho de sol e de visita. Douglas ressalta que os registros temporais "têm seu próprio significado e se existem hábitos que marcam a identidade de um dia particular, essas observâncias regulares têm efeito de ritual" (DOUGLAS *apud* WOODWARD, 2000: 47). Um dos internos exemplifica essa imbricação da relação espaço temporal: "de manhã, quando você está dormindo, às seis da manhã, por mais sono que você tenha, a gente não consegue mais dormir porque sabe que às sete é o confere. É a hora da contagem dos diamantes deles" Tal perspectiva reitera a proposição de Bourdieu a respeito da violência simbólica travestida como violência despercebida na experimentação do espaço social que, de acordo com o filósofo, "encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto na incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce" (BOURDIEU, 1997: 163).

O relato de um dos internos sobre a cena que pôde observar em uma das celas superlotadas da Polinter ilustra a complexidade que Certeau apresenta a respeito das reflexões sobre a delimitação de fronteiras. A imagem dos corpos de homens deitados no chão da cela, a partir da posição física desse sujeito deslocada da massa adormecida por estar suspenso em uma rede feita de lençóis, se apresenta de forma contundente: "pode parecer inacreditável, mas dá para acompanhar o sofrimento do *miolo* deitando

⁵⁵ Interessante o fato de que, nessa unidade, preso comum é aquele que não é frente de cadeia, não é faxina e não é evangélico.

⁵⁶Entrevista realizada em 05 de novembro de 2008.

sobre a rede. A visão que se tem olhando para baixo é que todos aqueles indivíduos tornaram-se um só corpo" ⁵⁷.

Nesse sentido cabe pensar se assim como a perda da liberdade que, na perspectiva foucaultiana, é o castigo igualitário que atua sobre os puníveis com a mesma intensidade a partir da política de economia dos corpos, é possível entender que esses homens, além de serem atravessados pelo poder disciplinar que os individualiza em seu sofrimento, são homogeneizados e desprovidos de delimitações fronteiriças em sua posição corpórea, como nos propõe Certeau:

"Os corpos só se distinguem onde os 'toques' de sua luta amorosa ou guerreira se inscrevem sobre eles. Paradoxo da fronteira: criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. A junção e a disjunção são aí indissociáveis. Dos corpos em contato, qual deles possui a fronteira que os distingue? Nem um nem o outro. Então ninguém?" (CERTEAU: 1994: 213)

O conceito de coabitação proposto por Bourdieu (1997) amplia o olhar a respeito do convívio forçoso imposto aos internos. Na prisão, a relação com o espaço é reconfigurada também a partir do paradigma do universo extramuros. O coletivo, como é chamado o ambiente de convivência dos internos, abarca todas as instâncias espaciais, com exceção de estruturas de concreto armado fixadas paralelamente por toda extensão das celas: são as chamadas comarcas. Definida por um interno como "espaço individual dentro do coletivo comumente respeitado por todos" este ambiente cumpre funções que extravasam o imaginário da serventia da cama. Mais do que se destinar ao descanso dos indivíduos, ela encerra, num espaço de um metro de largura por dois de cumprimento, a única possibilidade de individuação física e psicológica destes homens durante todo cumprimento da pena, conforme registro feito pela Associação pela Reforma Prisional:

"Há dois corredores de camas duplas (uma embaixo, outra acima) de concreto e um espaço de circulação entre elas. Dentro da cela, cada preso possui um espaço próprio de cerca de três a quatro metros cúbicos onde dorme e guarda seus objetos pessoais. Os presos buscam

⁵⁸ Trata-se de um manuscrito intitulado "*Glossário de expressões e palavras usadas por internos do Sistema e das DPs*" desenvolvido por um interno do presídio Evaristo de Moraes.

50

⁵⁷ Esta reflexão é resultado de um material escrito desenvolvido por um interno intitulado "Desigualdade". Trata-se de um texto a respeito da realidade prisional que me foi entregue após a entrevista que realizamos. Em seu texto, ele esclarece o significado da expressão *miolo* como sendo o chão do centro da cela.

proteger o espaço da cela construindo "toldos" improvisados de plástico". ⁵⁹

É o que Goffman chama de profanação do eu: "Nas instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida" (1987: 31). Além do aspecto privativo individual, essas estruturas podem ser interpretadas a partir de um olhar sobre a origem de sua denominação. Aparentemente é possível pensar que a escolha dessa palavra para designar o espaço destinado ao próprio, àquilo que é privado, é resultado de uma apropriação de um termo que registra circunscrições judiciárias e, também, "ponto confinante de povos limítrofes confins" Não parece ser coincidência essa alcunha escolhida pelos internos para aquilo que estabelece o início do coletivo e o fim do indivíduo particularizado. Sobretudo se for possível considerar as proposições já citadas de Certeau a respeito da delimitação das fronteiras.

Assim, propõe-se um paralelo da comarca com o que há de mais particular numa casa: o quarto. Ainda que não seja razoável comparar o imaginário de uma residência com o de um coletivo, o relato de um interno a esse respeito pode ajudar a pensar na relação necessária do corpo individual com o espaço próprio adaptado dentro da prisão:

"eu só penso no meu quarto da última casa em que morei. Lembro do meu guarda-roupa enorme, da cama de casal grandona, eu usava aquele bom cheiro de floresta... Eu até tento imaginar que tô na minha cama grande. Eu sonho aqui dentro, mas depois de um tempo aqui eu já sei, até no sonho, que tô preso e vejo que é mentira, que <u>eu não tô lá</u>". 61 [grifo meu]

O que poderia ser interpretado com um uso inadequado da conjugação verbal com o advérbio de tempo em "eu não tô lá", para este estudo possui um significado que compreende um deslocamento espacial baseado numa projeção de um tempo passado, a partir da consciência de sua posição por parte desse indivíduo. Santos irá atentar para a relação necessária entre *tempo* e *espaço* pensada a partir da experiência social que, neste cenário, implica obrigatoriamente a referência ao gesto passado que materializa espacialmente o presente e a projeção de um futuro encarcerado:

⁵⁹ Disponível em: http://www.arp.org.br/relatorios.php?i=13

⁶⁰ Definição da expressão "comarca" pelo Dicionário online Michaelis, acessado em 06/12/2008: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=comarca Relato de um interno do presídio Evaristo de Moraes.

"O momento passado está morto como o tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social" (SANTOS: 2007:14).

Essa relação com o espaço da comarca é tão intensa que se torna um dos principais motivos de tensão e disputa entre os internos. Também neste caso é possível propor, mais uma vez, uma analogia com o que é considerado um bom ambiente para viver no universo extramuros. Da mesma forma que espaços arejados, com vista livre e privacidade são atributos almejados na busca de uma residência, comarcas com características semelhantes são pleiteadas por todos os habitantes de uma cela: "quem dorme em cima cobre com lençol para ter mais privacidade. Quando um novato entra fica na comarca de baixo. Nas celas evangélicas eles anotam pra controlar, daí quando alguém sai, ele vai pra de cima. Mas às vezes isso dá confusão".62.



Tal descrição concorda com Bourdieu a respeito da constituição dos agentes sociais a partir da relação que estes mantêm com o espaço e das apropriações que realiza: "como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais". (BOURDIEU, *op. cit.*: 160). Nesse sentido, observar o *próprio* como "uma vitória do lugar sobre o tempo", como

 $^{\rm 62}$ Relato de um interno do presídio Evaristo de Moraes.

propõe Certeau (1994: 99), significa materializar conquistas com vistas à dominação do ambiente que distingue o atual limite. O alcance do olhar sobre o espaço parece ser, nesse cenário, tão importante quanto a ampliação de suas fronteiras por meio da prática panóptica benthamiana. Nas palavras de Certeau "Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura do espaço" (CERTEAU, *op. cit.*: 100).

1.3 Os registros (físicos) memoráveis: relações espaciais como produtoras de sujeito

A observação desses registros, entendendo as relações espaciais como produtoras de subjetividade, é definitiva para essa análise. O corpo, sujeitado e moldado pela experimentação prisional, é resultado dos atravessamentos disciplinares que o sentencia para além do período de cumprimento da pena e da vivência do espaço prisão. A lei, que escreve sobre a pele como em pergaminhos (Certeau, 1994), materializa a experiência moralizante numa perspectiva mnemônica a partir de tatuagens e cicatrizes cunhadas nos condenados citadas por Clastres (1988) e Foucault (1987).

Empiricamente, é possível citar o caso dos registros físicos causados pela reação do corpo à imposição do espaço-tempo: "todos nós tínhamos que dormir de valete, ou seja, de lado. Mesmo assim alguns passam a noite acordados". Dormir de valete significa posicionar o corpo de lado, contrário à do sujeito mais próximo para evitar contato entre rostos. A idéia é ocupar o menor espaço possível dentro da cela e, assim, aumentar a probabilidade de outra pessoa descansar. Repetidas vezes, esse gesto econômico do espaço acaba por inscrever na pele uma aspereza própria de quem não pôde se mover por muito tempo. É o contato do osso da bacia com o chão da cela que grava no preso o sinal conhecido como "calo de cadeia": que acaba por se transformar num "obstáculo ao esquecimento, [pois] o próprio corpo traz impressos em si os sulcos da lembrança - o corpo é uma memória" (Clastres, 1988: 128).

A esse respeito, Goffman adota a expressão "desfiguração do pessoal" para refletir, a partir de um olhar interacionista simbólico, a relação do corpo em perspectiva: "Além da deformação pessoal que decorre do fato de a pessoa perder seu conjunto de

⁶³ Trata-se da reflexão "Desigualdade", desenvolvida por um interno, mencionada anteriormente.

identidade, existe a desfiguração pessoal que decorre de mutilações diretas e permanentes do corpo – por exemplo, marcas ou perda de membros". (1987: 29).

Essas cicatrizes, por sua vez, não são limitadas à exterioridade corporal desses homens. A "rubrica da lei" se inscreve física e psicologicamente nos personagens dessa história: "Fica tudo registrado na gente, mesmo quando a gente não quer. Toda vez que eu via uma viatura levando um cara algemado na rua chegava a sentir a prisão tudo de novo. Isso não sai da gente nunca"⁶⁴.

"Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. (...) Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo". (FOUCAULT, 1987:119)

Elementos mnemônicos parecem compor, nesse contexto, o quadro punitivo a partir de uma espécie de jogo de representações e assimilações. Este é o caso da experiência relatada⁶⁵ a respeito das sessões de agressão física aos presos. O castigo físico contava, nessa experiência, com um artefato especialmente preparado para a ofensiva: um cassetete com a inscrição "direitos humanos" gravada na madeira. A força dessa representação como registro memorável para aqueles que, de certa forma, estão acostumados com narrativas sobre violência no cárcere, é resultado da combinação de dois fatores: a apropriação e reinvenção do uso do discurso a respeito dos direitos humanos para fazer doer; e o registro, também a partir da idéia de cicatriz, no artefato que causa dor.

"Ontem, o punhal de sílex ou a agulha. Hoje, a aparelhagem que vai desde o cassetete do policial até às algemas e ao box do acusado. Esses instrumentos compõem uma série de objetos destinados a gravar a força da lei sobre o seu súdito, tatuá-lo para fazer dele uma demonstração da regra, produzir uma 'cópia' que torne a norma legível". (CERTEAU: 1994: 232)

O condicionamento passa a ser também um elemento importante na compreensão deste cenário. Os corpos dóceis e exercitados pela disciplina descrita por Foucault (1987: 119) são reestruturados a partir do que é considerado como postura

⁶⁴ Relato de um interno do presídio.

⁶⁵ Tal acontecimento foi relatado por um egresso do Sistema Penitenciário que nunca cumpriu pena no Evaristo de Moraes.

adequada aos condenados diante do diretor, dos agentes penitenciários, chefes de segurança e de disciplina: "Tem que ficar com os braços pra trás, cabeça baixa e sim senhor, não senhor. Quem passou por um presídio mais duro só consegue ficar assim. Não tem jeito". É o que Goffman denominou como *mortificações do eu*. Esses indivíduos interiorizam a prisão para além do cumprimento de suas penas. Parecem carregar o peso da instituição nas costas que, rotineiramente, se encontram curvadas.

Uma regra estipulada pelos agentes da disciplina carcerária parece ilustrar de forma significativa o desejo de interdição dos sentidos físicos dos internos. A eles é vetado o uso de óculos escuros, mesmo durante o banho de sol. O direito de possuir o adorno é anulado em nome da necessidade de controle do olhar.

1.4 Incorporando a vigilância: um Panóptico Midiatizado

Correndo o risco de redundar com a descrição das etapas anteriores dessa pesquisa, é necessário afirmar que o presente estudo se baseia em teses que pressupõem o sujeito como ator ativo no interior dos processos. Assim, optou-se por utilizar como referencia autores que, de um modo geral, estão situados em correntes teóricas distintas como no caso de Michel Foucault, Michel de Certeau, Erving Goffman e Howard Becker por considerá-los imprescindíveis na construção de uma reflexão a respeito do Sistema Penitenciário. Neste momento interessa discutir, sobretudo, o estatuto dos sujeitos que viabilizam o funcionamento da instituição prisão com vistas às práticas disciplinares que compõem esse cenário. Dessa forma, pretende-se apresentar alguns indícios de experimentações conscientes das práticas de controle, considerando que os gestos voluntários são resultado da impossibilidade de exterioridade ao poder, como propõe Foucault (1998: 81).

Nesse sentido, é possível pensar criticamente as resistências ou, ao menos, as oportunidades de contraposição como fatores que possibilitam o movimento ou, minimamente, o desejo pela mobilização. Aparentemente, as brechas que viabilizam o articular, nomeada como *Arte do Fraco* por Certeau, baseadas na consciência do envolvimento, movem-se de forma calculada, mirando o outro e agindo entre as lacunas a partir da tática: "Golpe por golpe, lance por lance. (...) Tem que utilizar, vigilante, as

⁶⁶ Relato de um interno do presídio Evaristo de Moraes.

falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É a astúcia" (CERTEAU, 1994: 100).

Foucault observa esses gestos de embate e oposição como múltiplos pontos de resistência a partir de experiências relacionais presentes em toda rede de poder. Dessa forma, o filósofo propõe que não há um lugar de grande recusa

"mas sim resistências, no plural (...); [que] por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota". (FOUCAULT, 1998: 91)

O guia comportamental para os encarcerados,⁶⁷ elaborado por um egresso do Sistema Penitenciário, retrata bem essa consciência. Em tom sarcástico, o autor expõe a necessidade da alteridade como opção experimentada para o convívio com guardas e os demais presos.

"MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA DO PRESO

ATITUDES ENSAIADAS PARA ENFRENTAR PERSONALIDADES LIMITADAS

COMÉDIA DA VIDA PRISIONAL

- Não olhe nos olhos de um guarda. Ele não gosta de ser encarado, alegando que está sendo afrontado. Talvez, na verdade, tenha medo de que seu olhar conquiste-o.
- Os braços devem estar para trás do corpo quando passar perto de um guarda. Você deve ter respeito e demonstrar sua humildade assim. Também assim ele poderá se sentir ressarcido das humilhações que a sociedade lhe impõe.
- Não tenha expressão facial quando se defrontar ou passar por um guarda. Não sorria nem, tampouco, fique mal-encarado, para que não haja interpretação passional. A hebetude é o melhor visual quando houver aproximação.
- Não use óculos escuros. Neste caso, tanto seus companheiros quanto seus guardas desejam (e exigem) saber para onde (e

⁶⁷ O referido material foi desenvolvido por um egresso do Sistema Penitenciário, em 2003. O texto foi entregue por esse rapaz durante minhas pesquisas no Complexo Penitenciário da Frei Caneca, no Centro do Rio de Janeiro.

quem) você está olhando. Tarados com óculos nos dias de visita não são aceitos em hipótese alguma. No caso dos guardas, sua psicologia apuradíssima e sua alta capacidade de vigilância detectam intenções obscuras através do olhar.

- O uso de camisa azul é proibido para que você não seja confundido com um guarda. A cor vermelha também não é permitida, mas esta em qualquer peça de vestuário, de cama, mesa ou de banho; não tanto pelos presos em cadeia de Terceiro Comando [grupo rival ao Comando Vermelho], mas pelos guardas que desejam zelar pela organização uniforme através da separação por facções entre presos. O separar para governar desta norma está prevista em resolução da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Obs.: Mulher com calcinha vermelha também não pode. [o autor se está se referindo às visitantes dos presos que não podem usar qualquer peça na referida cor]
- Da mesma forma que nos estabelecimentos comerciais, aqui o freguês tem sempre razão. Em uma possível conversa, nunca demonstre ser mais inteligente, isso é motivo de ofensa. Além de retaliações, seu conceito de periculosidade pode aumentar muito. Por isso, procure não pronunciar as palavras corretamente e, sempre que possível, use gírias correntes.
- Não use boné ou chapéu, ou qualquer tipo de cobertura na cabeça quando passar perto de um guarda. É necessidade dele saber para onde você está olhando e/ou saber quem é você (pois o boné não permite isso), além de ser atitude de vultoso respeito tirar o chapéu quando se passa por ele, já que isso faz parte das convenções sociais desde há muitos séculos".

A regra⁶⁸ estipulada pelos agentes da disciplina carcerária a respeito da suspensão do uso de óculos escuros dentro das unidades, citada no *Manual*, é baseada na necessidade de controle do olhar. Em outras palavras, não podendo extrair os olhos, o Estado inviabiliza o próprio ato de enxergar, já que quando se observa e ao mesmo tempo em que o é (ou, minimamente, ao mesmo tempo em que pode estar sendo observado, como no modelo panóptico de Bentham), esta visão se torna um exame deturpado.

⁶⁸ Algumas regras citadas pelo interno autor do *Manual de Sobrevivência do Preso* são baseadas em resoluções da Secretaria de Administração Penitenciária publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, como no caso da Resolução 022 de 02 de junho de 2003 em que se lê: "(...) Considerando a necessidade de disciplinar e padronizar a entrada de alimentos, objetos e aparelhos custodiados e internados (...) fica vedada a entrada de qualquer tecido, tanto vestuário quanto roupa de cama, mesa e banho, nas cores vermelha ou preta".

Antes de prosseguir, porém, faz-se necessário retomar a idéia de alteridade com o intuito de introduzir e justificar a própria existência do projeto Panóptico desenvolvido por Jeremy Bentham nas unidades penais ainda nos dias atuais. A idéia original trata da observação do exercício aliado à técnica e ao objetivo de calcular as ações dos vigiados e assim antever como estes deverão conduzir seus movimentos. A experiência se desenvolveria com a figura do guarda que se distanciaria mentalmente da sua posição de atento vigilante se transferindo para a mente ardilosa dos transgressores e assim tentaria descobrir brechas e se antecipar às atitudes dos "perigosos". Contudo, é necessário para a manutenção deste sistema que o processo de sentir-se momentaneamente como um preso e dessa forma "capturar" seus pensamentos seja, ao mesmo tempo, eficiente para a instituição e com duração efêmera para que o exercício não comprometa a aplicação das punições e, conseqüentemente, o poder oficial. Foucault descreve a máquina de produzir uma imitação de Deus:

"na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafíar um louco, um doente, um condenado". (FOUCAULT, 1986: 210).

De acordo com essa abordagem, o projeto de "prisão ideal", na qual o efeito de contraluz que incide pelas janelas faz perceber pelo vigia onisciente as silhuetas dos prisioneiros recortados na luminosidade, inverte, com fins apurados, o princípio da masmorra que esconderia tanto os presos quanto as suas intenções. Pois os movimentos do poder precisam permear os caminhos das casas de detenção de transgressores "até os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos. [Para] que o poder, mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele se enxergasse sobre um só" (FOUCAULT, 1986: 214).

E a possibilidade de estar sob observação já é suficiente para inibir e articular conscientemente os gestos. Do alto da torre – na idealização do sistema ótico do modelo de Bentham – está a figura do ser onisciente comunicando a captura das mais profundas intenções: "um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por

interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo" (*idem*: 218).

O próprio projeto original considera outros elementos complementares à política de observação dos vigiados: "trata-se essencialmente do olhar; e também da palavra, pois existem os famosos tubos de aços – extraordinária invenção – que ligam o inspetor principal a cada cela onde se encontram (...) pequenos grupos de prisioneiros" (*idem*: 217). Ao articular visibilidade e comunicação, o modelo propõe um sistema de vigilância completo, pois, dessa forma, "não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há riscos de violências" (*idem*: 166).

Ainda que não existam referências a respeito do emprego do protótipo benthamiano no Rio de Janeiro, bem como da aplicação fiel ao modelo de Sociedade Disciplinar de Foucault no Brasil⁶⁹, é possível propor uma interpretação a respeito do engajamento em um projeto jornalístico no cárcere como um gesto de filiação consciente a uma *experiência panóptica midiatizada*. Ao desenvolver um veículo de comunicação em uma unidade penal, estes homens automaticamente invocam para si, com intenções diversas, o direcionamento dos holofotes de vigilância que pretendem capturar, sob o argumento da garantia da segurança, informações que parecem transbordar os limites dos conteúdos veiculáveis, para se converter num palco de controle e verificações de intenções distintas, conforme analisaremos no próximo capítulo.

 $^{^{69}}$ A esse respeito consultar Máximo Sozzo e Geraldo Ribeiro de Sá.

CAPÍTULO II – Em Prol da Liberdade: "um jornal a serviço dos cativos"

O presente capítulo apresentará uma reflexão sobre o jornal *Em Prol da Liberdade*, desenvolvido por um grupo de internos do presídio Evaristo de Moraes que, ao passar pela fase de reformulação materializada na oficina de jornalismo citada na introdução desse estudo, precisou ser rebatizado para que fosse percebido, também, publicamente como uma nova produção jornalística. No decorrer desse capítulo, iremos abordar o processo de desenvolvimento da primeira edição do referido periódico com especial atenção ao gesto de metamorfosear-se em jornalista, à rotina produtiva, aos debates a respeito da função de um "jornal de cadeia", à utilização dos conhecimentos apreendidos durante as oficinas de jornalismo, bem como aos vetos feitos pela Assessoria de Imprensa da Secretaria de Administração Penitenciária ao jornal dos presos.

Antes, porém, será necessário relembrar uma história que tem início há alguns anos e é baseada em relatos dos atores nela envolvidos. Para situar o cenário de criação de *Em Prol da Liberdade* é fundamental explicar a influência de outro veículo desenvolvido no cárcere, dessa vez uma casa de correção de mulheres. Trata-se do jornal *Só Isso!*, concebido por quatro internas na penitenciária Talavera Bruce, parte do Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Criado em 2004 por um grupo de presas, a maioria delas estrangeiras, o periódico iniciou sua circulação com patrocínio de um empresário que, de acordo com as internas, não queria ser identificado. Esse apoio financeiro proporcionou à publicação uma visibilidade e distribuição pouco comuns às produções jornalísticas desenvolvidas em outras unidades e circunstâncias. Com uma diagramação profissional feita externamente e impressão em duas cores em papel de alta gramatura, o jornal passou a ser referência tanto pela qualidade gráfica quanto pela distribuição.

Ainda de acordo com internos, experimentações dessa natureza passaram a ser incentivadas no Sistema Penitenciário já que, publicamente, estas seriam observadas como ações ressocializadoras implementadas e autorizadas por diretores das unidades penais em concordância com a Secretaria de Administração Penitenciária. No Evaristo de Moraes, o preso encarregado pela missão de criar um jornal era conhecido como Mestre, uma figura querida entre a massa carcerária. O resultado, de acordo com um interno, foi o jornal *O Povão* que, apesar de ser aparentemente um veículo "mais

elogioso do que qualquer outra coisa"⁷⁰, contava, já em seu nome, como uma forte alusão à facção *Povo de Israel*, mencionada no capítulo anterior. Porém, alguns meses depois, Mestre recebeu o benefício da liberdade condicional e deixou o Evaristo de Moraes e, também, o jornal.

Tempos depois, um grupo⁷¹ de internos resolveu retomar a idéia de desenvolver um jornal na unidade e, antes mesmo de finalizar a produção de reportagens, estava em busca de um novo nome para a publicação que lhe garantisse uma imagem nova, distinta da proposta de *O Povão*. A dificuldade em definir um nome para o veículo fez com que a equipe elaborasse várias sugestões que, mais tarde, seriam votadas pelos presos da unidade. A dinâmica aconteceu de forma simples: todos os participantes do jornal deveriam indicar alguns nomes de sua preferência para apresentação ao coletivo. Os dezoito⁷² títulos criados foram listados e submetidos à eleição em cada cela. Ao final desse processo, o nome escolhido pelo coletivo batizou o jornal como *Em Prol da Liberdade*⁷³ e ganhou também um cabeçalho feito pela equipe do periódico: "Um jornal a serviço dos cativos".

2.1 Rotinas produtivas: primeiras questões

Com exceção de atividades inerentes à natureza de uma unidade penal e de uma escola, as demais, geralmente resultado de iniciativas de professores ou presos, não costumam ser cumpridas com rigor. É comum que o espaço destinado ao desenvolvimento do trabalho precise ser compartilhado ou priorizado por tarefas mais urgentes. Nesse sentido, o fato da equipe do *Em Prol da Liberdade* ter como ponto de apoio a sala de informática parece ser uma questão de disputa, ainda que muitas vezes silenciosa, pelo único ambiente com ar condicionado e com computador liberado para o uso de alunos durante o horário letivo, fator que gera constantes insinuações por parte de internos que se encontram muitas vezes impedidos de utilizar os equipamentos por

⁷⁰ Frase de um dos internos do presídio Evaristo de Moraes.

⁷¹ A maioria evangélica, fato bastante significativo, conforme vimos no capítulo anterior.

⁷² São eles: O Mestre (em homenagem ao fundador do primeiro jornal do Evaristo de Moraes), Papo Reto, Direto e Reto, Expressando, A Voz da Razão, Expressão do Cárcere, Noticiário dos Cativos, Dialetos dos Detentos, Comunicando, Informe dos Cativos, Galpão da Voz, Aqui Estou, O Foco, Visão Local, Hora da Verdade, Em Prol da Liberdade, Dialetos e Expressões e Hoje é a Hora.

⁷³ O nome escolhido pelo coletivo não agradou a maior parte dos integrantes do jornal que preferia o título *Papo Reto* para nomear a publicação.

conta da permanência da equipe do jornal nesse local. Essas acusações discretas, na maioria das vezes, tratam de denúncias sobre o uso inadequado dos computadores pelos repórteres que, de acordo com essas informações, utilizariam as máquinas para jogar, ouvir música ou escrever sobre assuntos particulares. Outras divergências, porém, puderam também ser percebidas com relação ao arquivo das produções jornalísticas. Por algumas vezes, matérias ainda em fase de desenvolvimento foram apagadas dos computadores.

A questão temporal também merece ser observada. O horário das reuniões do jornal é rotineiramente atravessado por problemas com a liberação da saída dos internos pelos guardas. Além disso, os próprios presos se encontram comumente envolvidos em outras atividades consideradas prioritárias no presídio, sobretudo aqueles que cumprem a função de *faxina* na unidade. Há, ainda, casos esporádicos em que os repórteres se encontram impossibilitados de freqüentar qualquer atividade por estarem em situação de interdição cumprindo castigo na cela de isolamento.

Outro fator a ser considerado é a presença de elementos externos ao grupo que desenvolve o jornal que, eventualmente, "penetram" nesses encontros. Não atentando ao mérito de avaliação desse gesto, a permanência desses sujeitos durante as reuniões do jornal rotineiramente intimidavam o desenvolvimento do trabalho e, sobretudo, das discussões entre os repórteres. Nesse sentido, o olhar sobre as atividades da equipe, com freqüência justificado por um discurso a respeito de eventuais correções e melhorias, surtia um efeito muitas vezes observado como controle ou paternalismo.

2.1.1 As pautas no papel

Desde o primeiro dia de oficina, as atividades são abertas com uma espécie de ritual de oração realizado com a participação de todos os presentes, cristãos ou não que, de mãos dadas, cabeça baixa e olhos cerrados, proclamam ou minimamente autorizam uma prece em seu nome. Vale ressaltar que a definição sobre quem será o responsável pelo discurso religioso que precede as oficinas é sempre feita pelo mesmo interno evangélico e *faxina* da escola. Assim, mesmo que nem todos participantes do periódico

concordem⁷⁴ com tal prática⁷⁵, o referido grupo se estrutura como uma espécie de microcosmo do Evaristo de Moraes.

Durante a reunião para determinar quais seriam as pautas que mereciam ser desenvolvidas na primeira edição do jornal definiu-se que todos os integrantes do periódico deveriam sugerir assuntos para, ao final, serem votados pela equipe. Os eleitos seriam trabalhados pelos repórteres responsáveis⁷⁶ pelas editorias⁷⁷. Para o primeiro número de *Em Prol da Liberdade* foram desenvolvidas dez reportagens⁷⁸, duas charges, um artigo⁷⁹ e uma coluna. Além disso, criaram-se também os espaços *Alma Gêmea* e *Pensamentos e Poesias* voltados especificamente para publicação de textos de internos leitores.

Ainda que o propósito do presente estudo não seja o de realizar uma análise de conteúdo dos jornais produzidos pelos internos, mas pesquisar o fenômeno de interpretação e apropriação do *ethos* jornalístico para além da simples aplicação dos preceitos técnicos, optou-se por dedicar atenção a determinados aspectos da substância desses textos interessantes à compreensão da prática de imprensa no cárcere. De antemão é possível perceber certo flerte com o que se costuma enquadrar como aquele jornalismo em que as sensações "mesclam os dramas cotidianos – os melodramas – em estruturas narrativas que apelam ao imaginário que navega entre o sonho e a realidade". (BARBOSA, 2007: 123)

Ao apurar o olhar sobre os títulos da primeira edição do *Em Prol da Liberdade* é possível notar, por exemplo, o caso da reportagem sobre a história de um ex-interno do

⁷⁴ Um dos internos participantes da oficina comentou, após a reunião, que não concorda com as orações, pois "obriga a todo mundo a fazer algo que às vezes não sentido para todos".

⁷⁵ O enfrentamento, porém, não é explícito. Um deles ocorreu durante uma discussão a respeito de pautas polêmicas. A proposta era debater um assunto que gerasse controvérsia e sua possível cobertura no jornal. Imediatamente um dos internos que se declarou sem religião sugeriu o tema *aborto* que, segundo ele, "colocaria fogo na discussão entre os evangélicos e católicos". Aparentemente, mesmo que os kardecistas sejam oficialmente contra a prática do aborto, o embate, naquele momento, era direcionado àquelas religiões mais fortes dentro do grupo.

A definição sobre quem seria responsável por qual editoria se deu a partir da manifestação do interesse pessoal pelos temas escolhidos. Em alguns casos, os internos indicaram outros companheiros que, de acordo com eles, possuíam perfil para trabalhar com determinados assuntos.
 As editorias foram sugeridas e votadas pelos internos. A princípio todas as propostas foram aceitas.

⁷⁷ As editorias foram sugeridas e votadas pelos internos. A princípio todas as propostas foram aceitas. Ressalta-se que em dois casos os componentes da equipe editorial optaram por reunir em uma mesma editoria dois assuntos distintos. São elas: *Cultura e Educação* e *Legislação e Política*.

⁷⁸ São elas: "Chega de Boatos: Defensor Público do Nuspen esclarece todas as suas dúvidas"; "Presidiários estão triplamente abandonados"; "Grade a Grade com Perfeito Fortuna"; "Aluno de escola prisional sai da cadeia e 'invade' faculdade"; "Restrição de algemas põe Polícia Federal e Supremo Tribunal Federal em divergência com a opinião pública" e "Pulseira eletrônica traz controvérsias".

⁷⁹ Intitulado *Auto-estima ou Punição?*

Evaristo de Moraes, bolsista de um projeto financiado pela agência de fomento à pesquisa do estado do Rio de Janeiro, que deixou o cárcere e hoje freqüenta grupos de pesquisa em uma universidade pública. Ao construir um texto a respeito de uma trajetória atípica para egressos do Sistema Penitenciário, o repórter optou por um título que flerta com as matrizes sensacionais do chamado jornalismo popular, direcionando o sentido interpretativo para uma ação transgressora teoricamente familiar para aqueles que cumprem pena restritiva de liberdade: a invasão.

IMAGEM 2



A utilização do recurso da ironia, neste caso, parece querer surtir efeito de piscadela ao leitor prioritário que, deslocado ao lugar do sujeito habituado às práticas infratoras, certamente não se sentiria ofendido com a utilização de uma expressão como recurso textual: "os títulos chamam atenção do consumidor pela diagramação, pela forma verbal literária, *pela malícia dos dados em jogo, pela intimidade com que falam ao leitor [grifo meu]*" (MEDINA, 1988: 120). No referido exemplo, porém, é necessário mencionar que o uso das aspas foi uma indicação da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária como forma de enfraquecer o apelo às sensações originalmente proposto pelo título.

Noutro caso, na manchete do jornal, é possível notar a presença do imperativo esclarecedor ocupando o espaço de uma margem à outra do papel:

-

⁸⁰ Ainda no presente capítulo trataremos das indicações de mudança e censuras da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária.

IMAGEM 3⁸¹



Integralmente Produzido pelos internos do Evaristo de Moraes

Chega de Boatos

Defensor público do Nuspen, (Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), esclarece todas as suas dúvidas

LAPSO TEMPORAL

PROGRESSÃO DE REGIME

CÁLCULOS FRACIONÁRIOS

EMBARGOS INFRINGENTES

CRIAÇÃO DA NOVA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS

Analisando este que seria o primeiro contato do público leitor com o periódico identificam-se alguns elementos interessantes. O primeiro deles se refere especificamente à opção pelo contraste entre as fontes brancas, em negrito, com o *box* negro que ocupa 50% da página: "os sinais de pontuação, os números, os artigos, os contornos das letras – tudo entra em jogo na diagramação, onde menos importam os critérios de feio/belo e mais os critérios de valorização visual do que se deve saltar aos olhos" (MEDINA, 1988: 120).

Cabe, então, observar novamente a referida manchete atentando, também, ao conteúdo do texto principal e seus subtítulos inseridos nessa imagem. A primeira frase

65

⁸¹ A referida imagem é apresentada aqui de forma reduzida. Originalmente esta ocupa metade da página do jornal.

já sentencia: "Chega de Boatos". De antemão, é necessário considerar o boato como justa oposição à proposta de criação de um veículo informativo que se pretende oficial. No contexto prisional os rumores fazem parte de uma forte rede de informações que se materializa, também, a partir da atuação de dois elementos-chave. O primeiro deles nos é apresentado por um interno que desenvolve uma pesquisa⁸² sobre a realidade da prisão: "Logo na porta das comarcas ficavam dois indivíduos que são chamados de Ligação [grifo meu], responsáveis por passar tudo o que acontecia do lado de fora para o coletivo". Esse sujeito, peça importante na difusão de informações, sobretudo em unidades penais como o Evaristo de Moraes em que os presos não podem deixar as celas, conta também com o auxílio de um instrumento chamado Tereza. Fabricado com tecidos, esse artefato serve como meio de comunicação⁸³, quando transmitido entre celas, e como ferramenta de fuga, quando lançado sobre os muros da unidade penal.

Darnton desenvolveu uma hipótese sobre as primeiras experiências com meios de comunicação de massa que, de acordo com sua perspectiva, teriam surgido na França do século XVIII por meio de um elemento normalmente considerado "menor", no que se refere à confiabilidade, na construção da informação: a fofoca. A forma de disseminação de notícias, ainda sem o advento da imprensa, era particularmente interessante. No primeiro momento, o cenário conhecido como "a paróquia", de propriedade de uma senhora parisiense, contava com freqüentadores que se relacionavam com a corte e o parlamento de Paris. "Quando entravam no salão, encontravam dois livros de registro numa mesa próxima à porta. Um deles continha notícias dadas como dignas de crédito, e o outro, fofocas. Juntos, os dois compunham o cardápio da discussão do dia" (DARNTON, 2000: 4). Assim, de acordo com o historiador, surgiu o primeiro repórter, criado da proprietária do salão, que perambulava pelas casas em busca de novidades.

As ruas, a corte, os mercados, tabernas e jardins públicos eram, segundo Darnton, o cenário ideal para disseminação de informações através de uma densa rede de comunicação formada por meios que "se entrelaçavam e sobrepunham tão intensamente, que temos dificuldade em imaginar seu funcionamento" (2003: 50).

⁸² Trata-se de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvida no âmbito do projeto Cerrando Saberes, Serrando as Grades do Saber.

⁸³ O mesmo interno desenvolve ainda uma reflexão sobre outro uso dessa corda que liga as celas: o *Shopping Tereza*: "tido como uma feira de negócios, com produtos diversos e presos convidativos".

Nesta França do Antigo Regime a polarização entre o desejo da informação e a "necessidade" de controlar esses dados estabeleceu um cenário em que de um lado se encontrava "o público com sua fome de notícias, e do outro, o estado com suas formas absolutistas de poder" (2003: 49). Mais tarde, o anseio pelo consumo dessas notícias impulsionou o surgimento de uma pequena de indústria fornecedora de gazetas manuscritas a assinantes.

Ao pensar o impacto dos rumores no cotidiano da referida unidade penal, é possível crer que quando a equipe do jornal anuncia, em sua primeira edição, o fim dos boatos como narrativas orais e perecíveis (IASBECK, 2000: 12) por meio de uma reportagem que irá esclarecer assuntos de interesse de grande parte do coletivo, este grupo está dialogando diretamente com interlocutores idealizados inseridos num contexto em que a informação é extremamente relevante. Avançando, propõe-se a hipótese de que ao proclamar oposição às notícias pouco confiáveis, muitas vezes sem autoria explícita, esses homens negociam sua legitimidade como repórteres da prisão ao garantir acesso a informações consideradas seguras em um cenário em que, até então, somente existiam rumores.

A rede de informações do Evaristo de Moraes pareceu bastante eficiente na divulgação de que a equipe do Em Prol da Liberdade estava desenvolvendo uma reportagem a respeito de beneficios legais a que grande parte dos internos teria direito. Idealizada a partir da idéia de jornalismo de serviço, esta matéria contou com uma entrevista exclusiva com o coordenador do Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública que respondeu a todos os questionamentos do periódico. Ainda durante a finalização⁸⁴ da referida edição, essa matéria "vazou" entre os presos que seriam o público-alvo de uma publicação que ainda não havia sido autorizada pela Secretaria de Administração Penitenciária para impressão e circulação. Ao justificar o gesto de vazamentismo, o interno responsável pela liberação do conteúdo explicou que era impossível negar acesso àqueles assuntos de interesse público. "Antes de ser jornalista eu sou preso também. Sei o que aquelas informações significam pros meus companheiros"85.

⁸⁴ Trataremos, mais adiante, especificamente desse período em que a equipe do jornal *Em Prol da Liberdade* aguardou a liberação da Secretaria de Administração Penitenciária. ⁸⁵ Fala de um dos internos que compõe a equipe do jornal.

2.2 Metamorfoseados em jornalista: a questão do crachá

No primeiro dia de oficina, um interno que havia conhecido de perto o trabalho do Mestre à frente do jornal *O Povão* apresenta, orgulhoso, um elemento-chave no projeto de construção da identidade jornalística no cárcere: "o crachá de jornalista deixa a gente andar pelo presídio, caminhar pelas galerias, entrevistar as pessoas e saber das coisas que acontecem na cadeia. Sem ele a gente tem que passar o dia na cela com mais cinqüenta cabeças"⁸⁶.



IMAGEM 487

Mais do que permitir circular pela unidade, esse documento parece agregar determinados valores como distinção (pensada aqui em perspectiva com os demais presos da unidade) e autoridade, estruturados pelo gesto de auto atribuição identitária. Dessa forma, os estudos de Goffman fornecem pistas necessárias à compreensão do jogo de negociação da imagem. Propõe-se pensar, assim, que "o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora" (GOFFMAN, 2008: 117).

Nesse sentido, optou-se por trabalhar com os conceitos de *identidade social* e *identidade pessoal* a partir dos estudos de Goffman. Estas categorias permitem considerar, respectivamente, a estigmatização como uma realidade no universo prisional e a necessidade de controle da informação para manipulação desse estigma. A partir desta perspectiva é possível pensar que cientes da impossibilidade de dissociação da

⁸⁶ Frase de um dos internos do presídio Evaristo de Moraes.

⁸⁷ Modelo de crachá desenvolvido pelos diagramadores do jornal e utilizado por todos os internos que compõem a equipe de *Em Prol da Liberdade*.

imagem pública da sua qualidade de apenado, esses internos apóiam seu projeto numa interpretação do *ethos* jornalístico estruturado a partir de um certo *modus operandi* (Resende, 2004) que vincula a prática profissional ao perfil de quem a exerce como aquele que pode, mesmo dentro do Sistema Penitenciário, viabilizar a atribuição de valores normalmente conferidos à categoria profissional extramuros. Dentre todas as possibilidades, a figura do repórter parece ser aquela que permitirá, da forma mais adequada aos propósitos desses homens, o controle da informação e, em consequência disso, de suas vidas.

Quando um interno argumenta que o documento que exibe no peito o ajudará a deixar o único ambiente de socialização ao seu alcance, é pertinente pensar a respeito da necessidade de circulação, tanto dos indivíduos quanto das informações. Conforme explicação anterior, o regime adotado pelo presídio Evaristo de Moares estabelece que os presos só deixem a cela coletiva em ocasiões específicas, durante todo cumprimento de sua pena. Ainda assim, para tanto é necessário a autorização do requisitante por meio de um documento conhecido como *senha*. Desse modo é possível pensar que o gesto de criação de um jornal por um grupo de internos em um presídio pode ser interpretado como a reinvenção da *senha de saída*, justificada através do argumento de inserção em atividades laborais, ressocializadoras e da democratização do acesso à informação.

A respeito das vantagens que a utilização do crachá lhes confere, outro preso que compõe a equipe do jornal acrescenta que com este é possível *até* olhar para o guarda ou para o chefe da segurança e dizer: "Boa tarde, senhor. Eu gostaria de te fazer umas perguntas...". O comentário é seguido de uma risada coletiva, justificada pela descrição irônica da conduta padrão para início do inquérito policial. Esse *crachá-senha* que define um lugar simbólico diferenciado reitera, por sua vez, a posição do condenado que exerce o jornalismo no cárcere como uma figura a quem se deve dispensar ainda mais atenção e vigília.

Os internos jornalistas, porém, acabam por verificar que a postura mais segura diante de tal armadilha será a de adaptar-se a partir do princípio da conversão, como observou Goffman e como, de certa forma, tal gesto foi percebido pelo autor do *Manual de Sobrevivência do Preso*, citado no capítulo anterior do presente estudo. Dentre quatro possibilidades de auto-enquadramento estabelecidas pelo sociólogo, uma delas parece ser a mais adequada diante de um projeto audacioso como o de elaboração de um jornal em uma unidade penal. Aquela em que o preso parece oficialmente aceitar e colaborar

com as regras institucionalizantes com fins outros: tentar "representar o papel de internado perfeito. O convertido aceita uma tática mais disciplinada, moralista e monocromática, apresentando-se como alguém cujo entusiasmo pela instituição está sempre à disposição da equipe dirigente" (1987: 61) ou, com descreveria Certeau (1994), é a arte do fraco que "opera golpe por golpe, lance por lance. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. (...) É a astúcia" (1994: 100).

Nesse sentido, pode-se pensar que ao mesmo tempo em que escolher o jornal como instrumento de materialização de poder significa aproximar-se de características conferidas aos profissionais de imprensa, tais como a verdade, confiança e credibilidade, *estar* jornalista pode querer demonstrar também um gesto de aproximação da liberdade e, portanto, de distanciamento dos demais presos que são enquadrados automaticamente à condição de público leitor. Assim, propõe-se a idéia de que fundar um jornal, criar um espaço dialógico entre os presos, significa remontar um projeto de visibilidade de pessoas fisicamente distantes de conexões com o humano, com o passional e o recuperável.

Dessa forma, parece ser razoável pensar que o projeto de construção identitária a partir de uma interpretação sobre o que significa ser jornalista se estrutura em um objetivo maior que extravasa o argumento oficial de promover a ressocialização. Ao contrário, aparentemente esse gesto pretende o deslocamento hierárquico dos demais presos por meio da promoção da visibilidade. Nossa idéia é que ao associarem-se conscientemente ao projeto, os internos não jornalistas que, a rigor, não colheriam frutos com tal publicação, *negociam*, como nos lembra Velho (1994), com os fazedores de mídia no cárcere com o intuito de manter uma representatividade pública sobre o que é ou, pelo menos, poderia ser um preso do Evaristo de Moraes.

Por entender essas negociações, é que o preso jornalista investirá na reconstrução de sua imagem através de um novo processo que incluirá a reinterpretação dos acontecimentos passados. A este respeito, Pollak estabelece uma estreita relação entre a memória e o sentimento de identidade: "a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros" (1992: 204). É o que Maia, ao estudar a identidade a partir do que chama de campo relacional que atua nas fronteiras, explica a respeito de sua construção simbólica:

"O modo pelo qual as pessoas se atribuem identificações e autodesignações está ligado a um tipo particular de consciência de si que se constitui diante de representação e dos interesses de outros na cena social. E é isso, inclusive, que legitima, a partir do uso simbólico de bens culturais, num dado ambiente de oportunidades e constrangimentos, a formulação de reivindicações de direitos coletivos". (MAIA, 2000: 51-52).

Esse *crachá-senha* que define um lugar simbólico diferenciado reitera, por sua vez, que mesmo próximos de um projeto de visibilidade, sobretudo da humanização de seres inaptos ao convívio, "nas instituições totais, as esferas da vida são integradas de forma que a conduta do internado numa área de atividade é lançada contra ele, pela equipe dirigente, como verificação de sua conduta em outro contexto" (Goffman: 41). Em outras palavras, querer visibilidade, alcançando ou não este propósito, significa estar ainda mais exposto ao "poder central" da prisão que, por princípio, pretende justificar sua existência por meio da (re)afirmação da necessidade da punição e, por isso, do encarceramento dos castigáveis.

2.3 A produção jornalística no cárcere: um jornalismo em situação limite

"Eu já vi comerciante, professor, padre e bandido ser torturado. Jornalista não pode. Quando é, todo mundo grita e acha absurdo! Jornalista não se censura ou tortura e aqui no presídio eu quero ser um" 88. A referida frase é resultado da leitura de um texto jornalístico por um interno que compõe a equipe do *Em Prol da Liberdade*. Tal produção tratava da tortura de uma equipe de reportagem do jornal *O Dia* que havia se infiltrado na comunidade do Batan, em Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro, para fazer apurações a respeito da vida em regiões dominadas pelas Milícias. A indignação desses repórteres do cárcere parece apontar para alguns elementos interessantes à compreensão de um *ethos* jornalístico que, a rigor, poderia ser reproduzido intramuros. Entre várias construções possíveis, é razoável pensar na liberdade do dizer como valor atribuído à prática jornalística e que, automaticamente, remete à censura, materializada, no caso do jornal *O Dia* e na projeção dos periodistas leigos, na punição física de quem ousa. A tortura, tal como citado no capítulo anterior, faz parte do universo penitenciário tanto quanto o interdito da palavra.

⁸⁸ Tal evento aconteceu em maio de 2008.

Mais do que isso, a exclamação desses presos aponta também para eternos fantasmas da prática jornalística que remontam um passado em que a censura prévia dos meios de comunicação era uma realidade, inclusive com a colaboração de jornalistas censores (KUSHNIR, 2004). A discussão a respeito da liberdade de expressão é rotineiramente pautada pela própria imprensa, sobretudo em ocasiões em que se propôs a regulamentação da prática profissional, como no caso do debate a respeito da Lei de Imprensa e da criação de um Conselho Federal de Jornalismo.

Neste momento, porém, pretende-se focar a atenção na interpretação de que ser jornalista significa deslocar-se hierarquicamente do seu público seja no universo extra ou intramuros. A partir da apresentação de alguns breves exemplos empíricos, pretende-se lançar algumas hipóteses acerca dessa experiência jornalística desenvolvida no cárcere e avaliar os gestos de apropriação do dizer da grande imprensa e seus múltiplos efeitos nesse contexto. Foi assim que durante as discussões sobre a pretensa necessidade de conduta imparcial deste profissional, um dos internos apresentou um relato bastante emblemático: "Não sei por que tanta preocupação com essa coisa de ser imparcial. Eu entendo que o jornalista julgue, que ele tenha opinião. Talvez a gente até se pareça mais do que eles gostariam: somos espertos, sagazes e manipulamos a verdade. A diferença é que nós estamos presos".89.

O ideal de objetividade jornalística está calcado em uma idealização do receptor que completará, a partir de seu lugar interpretativo, a leitura possibilitada pelo repórter isento que forneceu dados suficientemente concretos para a compreensão dos fatos. A partir dessa etapa, o conteúdo seria apropriado pelo público que, agora esclarecido, já seria capaz de formar suas próprias opiniões.

Ao relatar uma pesquisa realizada na Alemanha Ocidental na década de 70, Kunczik revela que jornalistas que trabalham *in loco* acreditam com maior frequência na impossibilidade de produzir uma reportagem objetiva, enquanto seus superiores, os chefes de redação, crêem com veemência na objetividade aliada e necessária à prática profissional. O autor conclui que "quanto maior for a distância entre uma pessoa e seu trabalho jornalístico diário, maior será sua tendência a se iludir quanto à possibilidade de uma reportagem objetiva" (2002: 228).

⁸⁹ Frase de um dos internos que compõe a equipe do jornal *Em Prol da Liberdade*.

Ainda em 1931, Dovifat já alertava para a impossibilidade de controle total do conteúdo por parte do repórter passível de erros que, neste caso, são entendidos como a contaminação do relato por seu relator:

"Um jornal não pode ser 'objetivamente verdadeiro', mas apenas 'subjetivamente verdadeiro'. Imagine-se o que seria um jornal puramente 'objetivo'. Ele se assemelharia a uma construção de fórmulas matemáticas e aluiria com o primeiro erro de cálculo; mais ainda, ninguém o leria". (DOVIFAT *apud* KUNCZIK: 2002: 226).

A simplicidade com a qual o interno "solucionou" um dos mais emblemáticos dilemas éticos da profissão enquadrando jornalistas como "criminosos do texto", à primeira vista, pode parecer uma redução tendenciosa de leigos metamorfoseados em jornalistas. Nossa hipótese, no entanto, aponta para outra direção: será que "não profissionais" e "consumidores" de jornalismo são capazes de identificar que o desvio é parte basilar da atividade jornalística e, de certa forma, promover a redenção do jornalismo pelo que tem de humano e real? Virgínia Fontes nos lembra que o mundo objetivo e neutro ainda é uma crença presente na formação dos jornalistas brasileiros e reitera que "esse pressuposto é limitado – pois sabemos que não há possibilidade de explicação neutra numa sociedade de classes – mas lastreia a própria dominação da grande imprensa". (2007: 3)

A simultaneidade de posições ocupadas por esse grupo de internos acaba por revelar interpretações outras, pouco prováveis a um grupo que, em tese, seria classificado somente como receptor de veículos midiáticos. Além dessa posição, estes foram involuntariamente deslocados para o lugar de "personagens- vítima", como no caso do relato de um interno que teve sua imagem bastante exposta pela mídia e tratado como um verdadeiro monstro adjetivado pelos jornais⁹⁰: "Eu já sabia, mas agora tenho certeza de que o que os jornalistas fizeram comigo quando fui preso é errado. Eles não dizem que são imparciais?" Ainda assim, e esse gesto os diferencia dos demais presos da unidade penal, há o terceiro deslocamento: a transformação de preso comum em

⁻

⁹⁰ Não é objetivo desta pesquisa julgar o grau de perversidade dos crimes cometidos. Nosso propósito é perceber em que medida esse sentimento a respeito do criminoso pode "contaminar" o discurso sobre a prática jornalística, desconsiderando os tão aclamados pressupostos de isenção e neutralidade da atividade.

⁹¹ Frase de um dos internos que compõe a equipe do jornal *Em Prol da Liberdade*.

preso jornalista. Esta última, voluntária, complexifica as posições anteriores e reinterpreta fazer jornalístico aproximando-o cada vez mais do falho, do sensível, do normal, proposição contrária à idéia de que os jornalistas são capazes de se transformar em "máquinas de escrever que registram, mais do que avaliam o mundo". (PHILLIPS apud SOLOSKI, 1993: 96).

É possível pensar então que a imparcialidade e equilíbrio, necessários ao exercício da reportagem são, na prática, um questionável dilema ético da profissão. Mais do que isso, o ritual da objetividade passa a ser um instrumento político desse jogo político de enquadramentos. Tuchman trabalha com a perspectiva de que a objetividade é como uma espécie de baluarte que reduziria o impacto dos críticos: "atacados devido a uma controversa apresentação de 'factos', os jornalistas invocam a sua objetividade quase no mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos" (1993: 75)

Nessa perspectiva, somente textos produzidos com o rigor jornalístico poderiam garantir uma leitura "não contaminada" ao público-alvo. De acordo com Chalaby (1996), esse projeto de construção de uma classe distinta de textos fez com que os jornalistas desenvolvessem normas e valores discursivos próprios, calcados em regras que se transformaram em pressupostos da prática jornalística. A estratégia de utilizar fontes e responsabilizá-las pela veracidade dos fatos passa a ser, neste contexto, um importante instrumento jornalístico, pois "ajuda a isolar tanto os jornalistas como sua organização das acusações de parcialidade e reportagens imprecisas". (TUCHMAN apud SOLOSKY, 1993: 96). O simples gesto de colocação de aspas, a rigor, isentaria o jornalista de qualquer participação que comprometesse o desenrolar dos fatos. Mais do que isso, o uso desse recurso gráfico acrescentaria ao relato jornalístico aquilo que Tuchman (1993) chama de prova suplementar.

2.3.1 "Eu posso fazer lead sobre o dia de visita? Posso fazer lead sobre o confere? E se tiver rebelião? Posso fazer lead de tudo na vida?"

Aos poucos, o que era anônimo, misterioso começa a tomar ares de corriqueiro rapidamente entre os internos a partir das discussões travadas no âmbito da Oficina. Tarde (1992), ao falar sobre o público genérico que se aproxima por meio daquilo que o faz consumir e se apaixonar, descreve exatamente o primeiro imaginário sobre o

repórter, esse que, ao ter sua prática esquadrinhada, é deslocado pelos internos para um lugar outro. Num primeiro momento: o "jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante." (1992: 31); no seguinte, nas palavras de um dos presos, a desmistificação pela observação da técnica: "com esses macetes todos de *lead*⁹², *sublead*, técnica disso e daquilo fica muito fácil ser repórter. Queria ver escrever de cabeça, ser criativo e ter coragem de dizer na cara"⁹³.

Soloski (1993) lembra da importância de garantir o controle sobre a base cognitiva de uma determinada profissão quando se pretende assegurar o monopólio sobre o mercado e minimizar a concorrência. De acordo com autor, as escolas profissionais são fundamentais para certificar que os futuros trabalhadores da área introjetem tais regras a ponto de legitimar a estandardização dos produtos jornalísticos:

"Para fazer isto uma profissão exige: 1) que um conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais, e 2) que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais". (SOLOSKI, 1993: 94).

Mas será Zelizer quem apontará que essa orientação de conduta profissional "baseada na habilidade, autonomia, treinamento e educação, verificação de competência, organização, licença [confere] aos jornalistas um sentido de comunidade" (1992: 7). A esse respeito, a autora faz referência a Carey que entende o referido ritual como uma "cerimônia sagrada que atrai e congrega as pessoas em associação e comunalidade... através da divisão, participação, associação, camaradagem e a posse de uma fé comum". (CAREY apud ZELIZER, idem: 2).

Esse sentimento de partilha descrito pelos autores na opinião de alguns internos revela um *quê* de um gesto bastante comum para quem vive atrás das grades: a cumplicidade. Eles explicam: "se devemos colocar no início do texto o que é mais importante, é fácil manipular: é só colocar aquilo que a gente não concorda depois do que a gente acredita. Se não for cortado por ser menos importante, tem menos chance de

⁹³ Frase de um dos internos que compõe a equipe do jornal *Em Prol da Liberdade*.

-

⁹² Trata-se do primeiro parágrafo da reportagem jornalística desenvolvida a partir do modelo americano. Nesta parte, o leitor deve encontrar uma espécie de resumo das informações principais da notícia a partir da observação de seis perguntas básicas: "o quê?", "quem?", "quando?", "onde?", "como?" e "por quê?".

ser lido de qualquer forma". ⁹⁴ Trata-se de uma interpretação do modelo da Pirâmide Invertida, de origem norte americana, em que

"A informação mais importante relativa a um acontecimento é suposta ser apresentada no primeiro parágrafo, e cada parágrafo subsequente deve conter informação de menor importância. A estrutura da notícia assemelha-se, do ponto de vista teórico, a uma pirâmide invertida". (TUCHMAN: 1993: 83)

A respeito da estruturação e disposição das reportagens veiculadas, Fishman explica que os temas são organizados para que possam ser "vistos como interrelacionados, na medida em que podem ser vistos como instâncias de algum tema abrangente". (1980: 3). Mendonça, a partir da cobertura jornalística do massacre de trabalhadores rurais sem-terra no município mineiro de Felizburgo, aponta para um exemplo de direcionamento de sentidos a partir do que ele chama de "deslize de diagramação" (2007: 119). Ao relacionar títulos e retrancas distintos que faziam referências a assuntos diversos e propor associações, o jornal parece compor um cenário em que os atores que figuram como personagens são automaticamente reenquadrados a partir do jogo de imagens.

Talvez não tão intuitivamente, na confecção da primeira edição do jornal *Em Prol da Liberdade*, os internos do Evaristo de Moraes organizam, na mesma página no espaço destinado à editoria *Legislação e Política*, as duas únicas pautas eleitas pela equipe de redação do periódico para a referida seção: a discussão sobre a proibição do uso de algemas no transporte de condenados (reportagem que, segundo os presos jornalistas, seria enquadrada como política) e o debate sobre a obrigatoriedade do uso de tornozeleiras eletrônicas por presos em liberdade condicional (considerada como matéria de legislação), formando assim uma espécie de "pacote dos adornos punitivos".

2.3.2 "É importante mostrarmos que não somos completamente burros, que não somos jornalistas de quinta categoria."

Mesmo preservando o inevitável estigma da monstruosidade, questão que será aprofundada no terceiro capítulo deste estudo, esses homens presos buscam o direito de

⁹⁴ Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.

controlar sua representação por meio da formação de um discurso autorizado. Dessa forma, os internos jornalistas negociam com o chamado poder oficial da prisão, materializado na figura da direção da unidade, por meio de estratégias próprias que, respaldadas pelo o que há de mais próximo do profissionalismo, "fornece aos jornalistas uma base de poder independente que pode ser utilizada contra a direção". (SOLOSKI, 1993:100).

E se a autoridade for "importante não apenas devido ao seu efeito sobre o público mas também por causa do seu efeito sobre os comunicadores" (ZELIZER, 1992: 3), o desejo de construir uma comunidade constituída nesses moldes – gesto possível somente por meio da legitimação por parte dos demais internos – pode oferecer pistas sobre o estabelecimento de três potências envolvidas na disputa pela autoridade: a força do Estado representada pela equipe dirigente e pelos carcereiros que fariam a manutenção do controle que lhes é "de direito"; os presos jornalistas que em busca da meta final de visibilidade de boa conduta e distinção dos demais internos procurariam ocupar o lugar simbólico de representação do efetivo carcerário; e a maioria, disputada pelas forças anteriores, que ora se aproxima do ideal de corpo dócil interessante ao Estado, ora se deixa representar por aqueles que conseguiram fazer parte da voz dos presos extravasar os muros, e que também é capaz de se rebelar contra esses controles reafirmando que mais forte do que as duas primeiras potências é o poder da massa anônima que dita regras, instiga rebeliões e, quando quer, também se cala, gerenciando conscientemente o que Zelizer (1992: 13) classifica como comunidade interpretativa que "se auto-credencia através de suas narrativas e suas memórias coletivas".

Nesse sentido, não podendo desvincular-se totalmente de sua condição de preso em circunstâncias como estas, cabe ao "interno jornalista" o ofício de produzir um veículo que, assim como os outros do universo extramuros, e assim como ele os percebe, deve possuir uma linha editorial que estabeleça alguns critérios de valoração e identidade: "O Meia Hora é o mais lido na cadeia porque é o único que vende aqui. Queria ver se tivesse jornais melhores, se viesse pra cá *O Globo* e a *Folha de São Paulo* se não iam comprar. Não tem esse negócio de popular. Eles compram porque é a única opção e nós seremos a outra".

-

⁹⁵ Estamos nos referindo ao desejo de aprender as técnicas jornalísticas por meio da oficina.

⁹⁶ Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.

2.3.3 "O jornal é mais pra dentro ou pra fora? Porque se for pra dentro a gente tem que voltar a pensar como preso".

O referido questionamento surgiu após a leitura de uma reportagem produzida por um dos internos que, na rua, trabalhava como enfermeiro. Encarregado de desenvolver uma coluna sobre dicas nutricionais para quem cumpre pena em regime fechado, esse repórter elencou uma série de alimentos que deveriam ser consumidos para evitar problemas de saúde e melhorar o desempenho físico e intelectual dos leitores. A polêmica teve início quando esse jornalista indicou o salmão para prevenir doenças cardíacas. Imediatamente após a sugestão questionou-se o acesso ao peixe dentro de uma unidade penal que, certamente, não contava com alimentos caros em seu menu. Nesse momento, o autor defendeu-se explicando que o texto deveria servir, também, para os leitores externos que a publicação poderia possuir eventualmente e que, por essa razão, teriam acesso mais fácil ao produto. Foi então que outros se posicionaram perguntando: "Mesmo que outras pessoas leiam o nosso jornal, você não acha que elas confiariam mais nos jornais lá de fora para dar dica de alimentação? Por que iriam acreditar em nós que somos presos?"97

A partir dessa discussão é possível notar que ainda que a função social do jornalista do universo extramuros seja percebida e (re)significada no cárcere como aquele que tem a missão de fazer valer o direito, de ouvir e ecoar a voz de seu público, existe um nítido deslocamento, que momentaneamente parece ser solucionado por gestos de alteridade, entre o dever de representar e o desejo de consolidar uma imagem de distinção. Zelizer (1992: 11) destaca que a autoridade jornalística, neste caso autoconferida pelos internos repórteres, exerce também função de autoridade cultural que possibilita e ratifica o direito de apresentar versões baseadas em interpretações autênticas a respeito dos acontecimentos, domínio bastante precioso seja do lado de fora ou de dentro das grades e portões.

Durante a oficina de jornalismo, o referido tema se tornou recorrente entre os presos do Evaristo de Moraes. Enquanto alguns acreditavam em tal premissa: "a gente precisa usar uma linguagem que o preso entenda, se não ele vai achar que não é pra ele"98, outros questionavam essa popularização do discurso alegando que uma das

⁹⁷ Relato de um repórter do jornal *Em Prol da Liberdade*.
⁹⁸ Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.

funções sociais do jornalismo era melhorar o conhecimento do seu público: "não vamos usar linguagem de cadeia. A gente tem que evoluir. Tem que ensinar pro cara palavras novas. A gente podia até colocar um dicionário explicando as palavras mais difíceis". ⁹⁹

2.4 Censura prévia ou uma prévia da censura?

Para viabilizar a impressão e distribuição do jornal, este precisa ser submetido à análise do diretor do Evaristo de Moraes que, depois de conferi-lo, deve enviá-lo à Secretaria de Administração Penitenciária. Após deixar o espaço prisional, os textos e imagens são observados por aqueles que seriam as pessoas mais indicadas para identificar intenções e problemas no material: os jornalistas da Assessoria de Comunicação da Seap. No caso da primeira edição do jornal, objeto de análise do presente capítulo, o chefe do setor foi pessoalmente designado pelo Secretário para essa função. Mais adiante, no Capítulo 3, será possível perceber que estes jornalistas, mesmo diplomados, serão questionados por outros profissionais que julgam saber mais de prisão do que aqueles que lidam somente com imprensa.

O fluxograma abaixo pretende ilustrar o caminho que a informação percorre até sua transformação em notícia autorizada. Ressalta-se ainda um momento de escape desse percurso ("atalho da notícia) em que o dever afetivo de informar pareceu ser mais importante do que o fortalecimento da notícia enquanto "furo", conforme caso descrito na página 53 deste estudo.

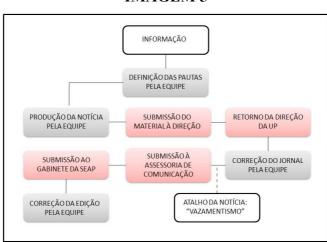


IMAGEM 5

79

⁹⁹ Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo, no Presídio Evaristo de Moraes, rebatendo a colocação anterior.

É necessário ressaltar que o próprio momento em que os internos jornalistas receberam o tão aguardado material com o retorno da Seap foi mediado por minha presença. Embora já estivesse há alguns dias no interior do Evaristo de Moraes, o documento somente chegou às mãos dos presos que desenvolvem o periódico quando fui comunicada que deveria buscá-lo com a direção da escola. Todos aguardavam ansiosamente pela apreciação dos assessores de imprensa e a expectativa era de pouca mudança já que, de acordo com eles, "o jornal não seria muito censurado porque não ficou pesado não".

Para possibilitar o dimensionamento do significado dessa leitura da Secretaria entre os internos, serão apresentados alguns exemplos a partir dos quais será possível notar que os gestos de censura dos jornalistas diplomados podem ser percebidos de formas diferentes. A mais direta delas se refere à ordem de supressão de palavras, linhas e até parágrafos de reportagens e entrevistas. Além desta, existem os vetos mascarados em indicações para "melhoria das reportagens". Este é o caso de uma "sugestão" feita já na capa da primeira edição do jornal sobre a seguinte chamada: "90% dos detentos não recebem visitas de seus familiares e têm ressocialização dificultada pela <u>ociosidade</u> *[original grifado pela censura]*". A esse respeito, o assessor de imprensa da Secretaria "propôs": "A Seap possui várias atividades! Ver com o Tratamento Penitenciário". Nota-se, neste caso, uma preocupação com o fato dos presos *parecerem* ociosos. A questão do abandono dos internos pelos familiares, em termos noticiosos, não parecia ser nenhum problema para os gestores das prisões do estado.

Além desses gestos censores, é possível notar ainda um terceiro, mais discreto do que os anteriores e que, por esse motivo, passa a ser mais facilmente interpretado como uma "ajuda" aos internos que produzem o jornal. Este é o caso da coluna *Chute na Canela*. No original: "Na minha próxima coluna, venho aí com os 10 mais feios da unidade!!!". Com o intuito de "melhorar" a qualidade desse texto, a Assessoria de Imprensa sugere a seguinte alteração: "A próxima coluna trará os 10 mais feios da unidade!!!". Neste caso, é possível perceber a supressão das palavras que denotam a autoria do referido espaço no jornal. Aparentemente, de acordo com a Secretaria, as expressões "minha" e "venho aí" devem ser retiradas do texto para que seja possível publicar um jornal com qualidade e distante da idéia de personificação das produções noticiosas.

Não se pode deixar de considerar que, homogeneizados, esses presos que reproduzem e reinventam o fazer jornalístico estão inseridos no contexto prisional que pretende fazer crer que há um poder oficial que extingue as demais possibilidades de potência. Além do ambiente físico, as disputas são travadas também no plano da idéias calcadas em discursos a respeito do fazer profissional que automaticamente apontam para a explicitação da condição carcerária desses homens e, por tanto, para sua audácia e incompetência: "quem vocês acham que são para pensar que estão fazendo jornalismo?". 100

Esse entendimento, por sua vez, pode dar pistas sobre os sentidos que estão em jogo nesse embate silencioso. Todos parecem discorrer a respeito da disputa por um elemento chave nos processos e dispositivos: a autoridade. O primeiro deles aponta para a legitimação do coletivo carcerário por meio da constituição de um instrumento de visibilidade que extravasa os limites murados. Parece ser um sintoma do impacto da midiatização em contextos sócio-políticos diversos para além do simples papel do consumo dessas produções. Fausto Neto, a esse respeito, ressalta que

"os processos de referenciação da realidade, estruturados em torno da lógica da midiatização, não se acantonam apenas nas fronteiras das próprias práticas midiáticas. Migram para outras práticas sociais, atravessando-as e afastando-as por operações significantes, cujo emprego é condição para que as mesmas passem a ser reconhecidas". (FAUSTO NETO, 2008: 95)

O episódio da censura do periódico por parte da assessoria de comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária é um exemplo de incômodo gerado pelo desenvolvimento de atividades jornalísticas por atores leigos normalmente encarados como público leitor. Tal discussão merece ser ampliada para que seja debatida a questão do direito ao exercício jornalístico. A polêmica que extravasa os limites murados e que dificilmente remete a experiências leigas que causem impacto na grande imprensa, nesse caso parece ter tomado proporções pouco usuais. A leitura prévia que se justificava com o argumento da segurança dos presos, dos funcionários da prisão e da sociedade parece ter resvalado para uma defesa do exercício legal¹⁰¹ da profissão ao reafirmar em todas as reportagens, artigos e charges que algo estava errado, incompleto ou jornalisticamente equivocado.

¹⁰¹ É necessário ressaltar que nessa ocasião ainda não havia sido revista a questão da obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo.

¹⁰⁰ Tal questionamento foi realizado por um interno a respeito dos vetos feitos pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária.

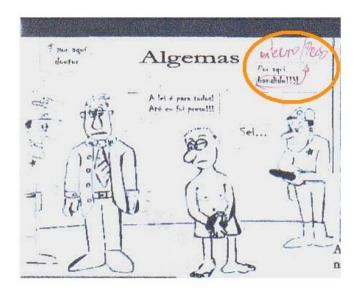
Uma pauta a respeito da indicação do uso de métodos anticoncepcionais para evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, sob a perspectiva das igrejas católica e evangélica, foi aprovada pela equipe e desenvolvida por um dos integrantes do jornal. Durante a pesquisa, o repórter responsável resolveu fazer contato com as congregações com um questionário em mãos. Ao longo oito semanas ele aguardou retorno dos religiosos sem receber nenhum retorno. Insatisfeito com o fato de sua pauta ter "caído", o jornalista do *Em Prol da Liberdade* adaptou sua matéria para a dificuldade de fazer jornalismo dentro da prisão e a necessidade de usar somente fontes próximas como professores da escola prisional e outros presos. A reportagem seguiu para aprovação da Secretaria, juntamente com as demais, sob o título "*Dificuldade de comunicação gera obstáculos para matéria de presos*". Três meses após o envio para apreciação, além dos comentários sobre erros gramaticais e de concordância, a assessoria de comunicação questionou, com tinta vermelha, a proposta jornalística do interno: "A matéria é sobre a dificuldade de se escrever (resposta), ou sobre DST? Ouando se inicia ou se termina a vida?"

Seguindo essa perspectiva, é possível pensar que a não interferência do repórter no desenvolvimento da matéria seria um gesto fundamental para garantia da imparcialidade e equilíbrio, elementos teoricamente indispensáveis ao exercício do "bom" jornalismo. Fantasma clássico da prática de imprensa, o distanciamento necessário do humano para que não prejudique a "verdade dos fatos" passa a ser elemento fundante no ritual da objetividade como um instrumento político do jogo de enquadramentos.

Outro caso emblemático ocorreu com uma charge publicada na capa do jornal. Intitulada *Algemas*, ela pretendia discutir a restrição do uso da ferramenta antes da condenação pelos suspeitos. A ilustração apresentava quatro figuras em uma mesma cena: primeiro um policial sorridente que aponta a direção para um homem claramente bem vestido, trajando terno e gravata e diz: "É por aqui, doutor" ao passo que o chamado "bandido de colarinho branco" comenta: "A lei é para todos! Até eu fui preso!!!". Ao seu lado, outro homem usando somente uma bermuda e sem sapatos que observa algemado o relógio do primeiro suspeito ouve de um segundo policial com o cassetete em mãos: "Por aqui bandido!!!". A sátira que pretende revelar o tratamento diferenciado dado a suspeitos com origens sociais distintas também contou com a censura da assessoria de comunicação. Incomodados com a reflexão, os jornalistas

diplomados indicaram que a equipe do *Em Prol da Liberdade* substituísse a frase "por aqui bandido" por outra, mais branda, porém juridicamente equivocada¹⁰² e, por isso, comprometedora da proposta irônica original: "*Por aqui interno/preso*".





Assim, é possível pensar que a alteração indicada pelos jornalistas da assessoria de comunicação excede os limites do argumento inicial que pretendia zelar pela segurança de todos. Mais do que isso, esse gesto inviabiliza que o sentido original da charge seja completado na interpretação dos interlocutores imaginados do jornal. Distorcida, a linguagem deixa de ser amálgama na decodificação da sátira para se converter em rastro de censura ou veto anterior:

"A conformação do imaginário, portanto, depende da linguagem praticada nos atos sociais e derivadas das formas de apropriação dos símbolos. O modo de articulá-los determinará as direções interpretativas que o discurso irá tomar, pois alcançamos o sentido das idéias com base nas "marcas ideológicas" deixadas pelo enunciador". (Moraes, 2009: 32).

Outras "indicações" foram feitos pelos jornalistas institucionalizados na referida edição. Expressões como "ociosidade", "caos", "abandono" e "faculdade do crime" passaram a fazer parte do glossário de termos proibidos para o periódico. A reportagem intitulada "*Presidiários estão triplamente abandonados*", por exemplo, teve dois

83

-

¹⁰² Essa ressalva foi feita por um dos internos do jornal que atentou para o fato do suspeito por sua condição indefinida, sem julgamento, não pode ser considerado interno ou preso.

parágrafos inteiros suprimidos pelos censores. Estes *lead* e *sublead* são transcritos, no original, abaixo:

"O caos em que o sistema penitenciário brasileiro se encontra é reflexo do abandono em que vivem os presidiários. Diante desta situação, nós criamos este espaço 'Realidades do dia-a-dia' que visa trazer para a reflexão, dentro ou fora do cárcere, assuntos considerados relevantes para a melhoria das unidades prisionais.

Iniciaremos com a mais cruel e traumática realidade: o abandono no cárcere. Tal situação tem sido completamente contrária ao que determinam os mecanismos de ressocialização previstos em Lei e tem levado o interno a um estado depressivo e desesperançoso".

É necessário ressaltar, porém, que o abandono exposto por este repórter refere-se aos familiares que deixam de visitar seus entes após a condenação. Na mesma matéria, ele apresenta uma série de atividades laborativas desenvolvidas na unidade penal que auxiliam o preso no "processo de ressocialização", bem como ouve o chefe de segurança do presídio para verificar os procedimentos indicados para solicitação de visita excepcional.

Essa edição do jornal contou também com uma seção de entrevista com pessoas do meio artístico. Nesse número o escolhido para o "*Grade a grade*" foi o ator e produtor cultural Perfeito Fortuna. Após interpretar um ladrão bonachão numa telenovela, o personagem de Perfeito despertou bastante simpatia do coletivo carcerário. Ainda assim, sua entrevista também contou com censuras. Questionado pelo repórter se acreditava que projetos culturais voltados para presos são iniciativas importantes, o produtor explicou que gostaria que internos contassem com uma estrutura de centros de lazer e formação. Ele complementa dizendo que "atualmente um preso custa a maior grana (câmeras, armas, alta segurança) e, na real, não tem quase nada, vive em condições péssimas. Sai pior do que entrou". Essas últimas reflexões, mesmo não tendo sido desenvolvidas pelos presos "censuráveis" também sofreram vetos.

Ironicamente apenas uma reportagem não contou com nenhuma alteração ou comentário. Intitulada "Diretor dá entrevista exclusiva: 'todos saem vitoriosos nessa relação coerente e necessária'", o texto escrito pelo responsável direto pela unidade parece querer cumprir a função de editorial e não se assemelha, em nada, a uma entrevista: não há perguntas. Outra interessante questão é o tratamento diferenciado dado pelos jornalistas da assessoria a esse texto. Mesmo possuindo alguns dos erros registrados pelos censores nas reportagens dos presos, como repetição de palavras, uso

inadequado de pontuação e equívocos gramaticais, este material não contou com nenhum comentário ou correção por parte da Assessoria de Comunicação da Seap.

No entanto, ainda na mesma página, desta vez numa seção escrita por internos conhecida como *Alma Gêmea*, estes censores aprimoraram o olhar e questionaram este que é uma espécie de correio sentimental, com a seguinte indagação: "quem controla isto?". A indagação feita pela Assessoria de Imprensa se refere à vigilância sobre as cartas enviadas ao jornal pelos presos que gostariam de se corresponder com mulheres. Trata-se de uma prática bastante comum em unidades penais.

Do total de quatorze textos e duas charges, apenas um não contou com nenhum tipo de censura. Nossa interpretação, porém, pretende seguir para além dos vetos explícitos e facilmente identificáveis. É perceptível o desejo de registrar que o texto não é "território" de presos, sobretudo o jornalístico. Além deste, poesias são corrigidas e "melhoradas" pelos diplomados. Os alertas em tinta vermelha para a repetição de palavras, erros de diagramação, gramaticais e de concordância podem ser entendidas, nesse cenário, como uma resposta à ousadia de um certo grupo de presos que acreditam fazer jornalismo.

Tais conflitos e observações vividos pelos presos que compõem a equipe do *Em Prol da Liberdade* a respeito do que é o fazer jornalístico, quais são seus limites e possibilidades, apresentam diversas pistas sobre a prática hegemônica dos profissionais de imprensa. Reinterpretados, esses gestos, mais do que simplesmente compor o cenário de uma situação limite, acabam por revelar muito sobre o exercício da profissão no universo extramuros.

Moraes nos lembra que essas experiências de resistência "repõem mesmo que com raio de abrangência muito inferior à dos meios massivos, a circulação social de conteúdos críticos e contra-hegemônicos". (2009: 48). Tal proposição é explicada por Fausto Neto como um fenômeno estruturado por meio da lógica da midiatização que extravasa seus limites originais e "migram para outras práticas sociais, atravessando-as e afastando-as por operações significantes, cujo emprego é condição para que as mesmas passem a ser reconhecidas". (2008: 94)

O mais interessante na experiência carcerária, no entanto, parece ser a utilização do modelo da grande imprensa como norte, ao mesmo tempo em que os objetivos parecem mais próximos aos usos do jornalismo engajado, aliado à oposição do domínio do dizer. Assim, é possível então questionar se os presos que desenvolvem o jornal

estão incorporando uma visão que respalda o lugar simbólico do jornalista como aquele que tem o poder da representação e de proferir e garantir a verdade: o lugar (do) especial. Essas propriedades, por sua vez, pretendem garantir a exclusividade da difusão da informação, pois "é no domínio da comunicação que se esculpem os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo espaço de circulação de idéias alternativas e contestadoras – por mais que estas continuem se manifestando e existindo". (MORAES, 2009: 46)

A possibilidade de atuação em diversas etapas da produção e consumo do jornalismo é apontada por Fausto Neto como um fenômeno que reconfiguraria a posição dos atores envolvidos nesse processo uma vez que "colocaria todos – produtores e consumidores – em uma mesma realidade, aquela de fluxos e que permitiria conhecer e reconhecer, ao mesmo tempo". (2008: 93) O dispositivo, nessa perspectiva, passa a ocupar o lugar de convergência de práticas não necessariamente antagônicas.

Tal cenário é resultado de uma política que pretende gerenciar as estratégias discursivas voltadas para os leitores e que, de acordo com Fausto Neto, alteram a topografía jornalística, reinserem o leitor em situação de protagonista e promovem a auto-referencialidade do processo produtivo. Ainda assim, "há na estratégia um sintoma que sinaliza preocupações da produção em evitar que os seus receptores possam vagar para "pontos de fugas"" (2008: 101): com a finalidade de capturar o leitor para atuar de forma controlada no âmbito do dispositivo, essas ferramentas impossibilitam sua captura ou o uso divergente, garantindo a manutenção do controle do discurso na lógica do protocolo firmado entre aqueles originalmente considerados consumidores e produtores de mídia.

O intuito de expor jornalistas como "vitrine do próprio processo produtivo" (FAUSTO NETO: 2008: 97), por exemplo, parece contrariar a proposição 103 da assessoria de imprensa da Secretaria de Administração Penitenciária por ocasião da análise da reportagem sobre a dificuldade de fazer jornalismo na prisão. A vida 104, o humano, neste contexto, parecem se encerrar com o limite estratégico da interferência dos consumidores, quando eles mudam de lado e querem fazer jornal: "edifica-se um

No próximo capítulo apresentaremos um cenário distinto. A auto-referencialidade parece ser necessária à segunda edição do jornal.

¹⁰³ "A matéria é sobre a dificuldade de se escrever (resposta), ou sobre DST? Quando se inicia ou se termina a vida?".

novo contrato de leitura através do qual as mídias acabam sendo seu próprio objeto" (*Idem*, 98).

A intenção de estreitamento da vinculação leitor-produtor oculta o fenômeno que Fausto Neto chama de interação simetrizante "baseada na ilusão de que 'todos podemos nos apresentar na televisão' [de que não haveria sujeitos mais interessantes do que outros], produzindo-se uma espécie de redução da alteridade: tudo vale, todos somos iguais ante as mídias". (2008: 102). Tal redução parece ser observada pelos internos que produzem o *Em Prol da Liberdade*. Sobretudo após refletirem sobre a motivação e o impacto dos vetos da assessoria de comunicação: "Agora entendi tudo. Nos censurar quer dizer que somos importantes, que estamos incomodando". ¹⁰⁵

A consciência do efeito de ilusão (*idem*), descrito por Fausto Neto, acaba por reposicionar a lógica da produção da notícia por parte dos internos que desenvolvem o jornal. Esta conjuntura saltou aos olhos dos integrantes do periódico que compreenderam que, após a censura, a única forma de evitar o fim do jornal, antes mesmo da circulação de sua primeira edição reformulada, seria ter entender que definitivamente "era preciso pensar tudo de novo"¹⁰⁶.

2.4.1 "Agora isso não é mais jornal. É uma briga política"

A consciência do embate que haviam travado com o envio da edição do periódico à Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária norteou os novos gestos dos internos. A primeira decisão era relativamente simples: continuar com o jornal ou desistir de produzi-lo. A equipe definiu que não iria abrir mão do veículo precisando, assim, estabelecer quais seriam então as novas estratégias que iriam utilizar daquele momento em diante.

A primeira resposta era quase unânime entre a equipe: eles deveriam enfrentar a censura de forma corajosa "como os jornalistas do tempo da ditadura! Temos que reagir, protestar!"¹⁰⁷. A idéia era materializar no texto do jornal o próprio gesto de censura com o uso de tarjas pretas e fontes diferentes no caso de alteração. Com os

87

¹⁰⁵ Frase de um interno que desenvolve jornal após a leitura das observações da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária.

Relato de um interno que compõe o *Em Prol da Liberdade*.

¹⁰⁷ Relato de um interno que compõe o *Em Prol da Liberdade*.

ânimos mais calmos, eles chegaram à conclusão que ainda assim precisariam submeter a nova versão à avaliação da SEAP e que, por isso, deveriam tentar outra estratégia.

Outra proposta pretendia fazer todas as alterações sugeridas pelos jornalistas diplomados e criar na internet um espaço para publicação de versões sem corte dos periódicos: "aqui dentro não poderemos divulgar a censura, mas lá fora o mundo vai saber!". A idéia foi bastante debatida e criticada sob o argumento de que em pouco tempo a assessoria tomaria ciência do gesto e todos poderiam sofrer punições rigorosas como o "carrinho". 108

Após longa discussão a maior parte da equipe parecia desistir da idéia combativa frente à censura do jornal. Eles estavam convencidos de que a melhor alternativa seria seguir todas as instruções de alteração e proibição temática para, no futuro, tentar negociar mais espaço no periódico. Ainda assim, havia quem pensasse que se submeter indiscriminadamente às regras censoras seria fatal para a equipe: "Vamos perder nossa essência, nossa legitimidade. Depois de um tempo vamos estar tão enquadrados que não vamos conseguir fazer diferente" 109. Aparentemente, o relato desse interno apontava para um conhecido fantasma dos presos: a autocensura. Acostumados ao cotidiano exercício da alteridade para evitar confrontos desnecessários, o dilema agora parecia determinar se também no jornal eles deveriam adotar uma postura que lhes garantisse mais tranquilidade, porém menos legitimidade, inclusive perante o coletivo.

"A gente tem que fazer o legal, pela lei. A gente não está preso pela lei?" 110. A colocação do editor do jornal resultou numa outra proposta, derradeira, que pareceu, para aqueles homens, ser suficientemente combativa para ser encampada e suficientemente segura se todos concordassem em manter sigilo. A idéia era enviar normalmente todas as edições para avaliação da assessoria de comunicação sem comprometer o conteúdo e se preocupar com a censura. Após os vetos, eles produziriam outra versão incorporando as indicações dos jornalistas do governo para, posteriormente, ser publicada. A primeira, porém, não seria descartada. A proposta seria arquivar edições censuradas para, no futuro, pensarem em uma coletânea das

¹⁰⁸ Trata-se de um expressão utilizada por internos dos presídios cariocas para designar a transferência para outra unidade penal de forma imposta pela direção da casa de correção ou por instâncias superiores. ¹⁰⁹ Relato de um repórter do jornal *Em Prol da Liberdade*.

¹¹⁰ Relato de um repórter do jornal Em Prol da Liberdade.

reportagens sem cortes: "alguém deve se interessar por isso! Vamos mostrar pro mundo o que é fazer um jornal de verdade na prisão!"

Mesmo diante de todas essas questões e ainda sem a autorização para impressão pela Secretaria, estes internos não pararam de escrever. No próximo capítulo será analisado esse processo de produção da segunda edição de *Em Prol da Liberdade* em que os preceitos jornalísticos já não parecem tão hegemônicos.

CAPÍTULO III - O jornalismo fora de lugar

"A aversão ao nosso trabalho ficou clara desde o inicio, pelos comentários maldosos do tipo: isso aí nunca vai dar certo, é uma panelinha, etc. A falta de cooperação também é um fator complicador. Estas dificuldades todas só aumentam já que a primeira edição do jornal ainda não saiu".

Repórter do jornal Em Prol da Liberdade

Neste capítulo nos dedicaremos a propor uma tipificação do jornalismo praticado no cárcere, com foco na experiência desenvolvida no presídio Evaristo de Moraes. Para tanto, nos dedicaremos a analisar o impacto da existência de um jornal que, após meses de apreciação pelos assessores de imprensa da referida Secretaria de Estado, não teve sua impressão e circulação liberadas. Em seguida, consideraremos o efeito da queda da obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício legal da profissão entre esses que desenvolvem o *Em Prol da Liberdade* e analisaremos a repercussão desse debate no cotidiano desses internos que, agora, também desejam possuir o registro profissional.

Partiremos de um olhar sobre a segunda edição de *Em Prol da Liberdade*, escrita de forma concomitante à avaliação do número anterior pela Secretaria de Administração Penitenciária, e sem a influência direta da pesquisa¹¹¹ que gerou a presente dissertação. Ao deixar de participar diretamente do cotidiano da redação do periódico dos internos, nosso propósito, a princípio, era o de investigar se a rotina produtiva se manteria sem a presença da pesquisadora que, de certa forma, poderia ser interpretada como uma espécie de cobrança sobre a produção ou sobre o *deadline*. O intuito era descobrir se os repórteres teriam acesso¹¹² à sala destinada à elaboração do jornal, se haveria reunião de pauta e, sobretudo, qual seria o resultado dessa discussão.

¹¹¹ Durante o desenvolvimento da segunda edição do Jornal, decidimos suspender, temporariamente, minhas idas ao presídio com o intuito de perceber eventuais mudanças nas rotinas produtivas e nos textos jornalísticos.

jornalísticos.

112 Por várias vezes, uma reunião marcada previamente precisou ser postergada para aguardar alguns presos que ainda estavam "trancados". Mesmo com autorização anterior da direção da unidade e com a inscrição no crachá endossada pelo chefe de segurança, não eram raros os momentos em que os internos que desenvolviam o jornal não conseguiam deixar suas celas. Foi possível perceber, inclusive, que em determinados plantões de agentes penitenciários era mais difícil de reunir o grupo e começar a trabalhar.

3.1 Um jornal invisível



Integralmente Produzido pelos internos do Evaristo de Moraes

Você é nosso convidado especial

do jornal Em Prol da comunidade carcerária. Liberdade, convidamos

ós integrantes do projeto de comunicação para informar a

sua ilustre presença, para a por homens que se encontram em

O jornal foi desenvolvido

inauguração e lançamento da primeira edição do tablóide que conta com o apoio do Colégio Estadual Anacleto de Medeiros e com o seu, para

regime fechado no presídio Evaristo de Moraes. A concepção jornalística desse projeto começou há pouco mais de um ano e contou com a colaboração e provocação de vários personagens

prestigiar este jornal que visa dessa história que pretendemos utilizar uns dos meios mais antigos contar para os senhores hoje.

E como não poderia deixar de ser, as informações sobre o evento, em formato jornalístico:

O que: Lançamento do Jornal Em Prol da Liberdade Quem: Pelos internos que compõem o periódico;

Quando: 26 de junho de 2009, sexta-feira; Onde: Espaço Cultural do Colégio Estadual Anacleto de Medeiros (Presídio Evaristo de Moraes) Como: O evento contará com a participação de internos, professores e

interessados na discussão a respeito do Sistema Penitenciário.

Por que: A todo cidadão é permitido o direito de informar e ser informado.

A imagem que ilustra esta etapa da dissertação nunca circulou entre internos leitores ou convidados "interessados na discussão a respeito do Penitenciário" ¹¹³. O referido convite foi desenvolvido após o retorno da Secretaria de Administração Penitenciária com o que seriam as "correções" para posterior autorização

¹¹³ Trecho do texto do convite para lançamento do jornal.

de impressão do jornal. Após revisar todo conteúdo questionado pela Assessoria de Comunicação, os presos iniciaram o planejamento do que seria o evento de apresentação do jornal à comunidade carcerária e convidados externos.

"Engajados nesta luta abissal pelo direito de expressão formalmente garantido pela constituição, notamos que nossa labuta é imprescindível na medida que tomamos consciência do quanto é importante termos acesso à informação. Pois é através dela que adquirimos esta janela de comunicação que se transformou num portal com o mundo e não pode ser fechada. (...) Então, quando um manual de redação confeccionado por internos consegue se notabilizar por sua legitimidade, fica denotado que nós conseguimos mostrar nossa verdadeira realidade, informar sobre nossos anseios, esclarecer sobre nossos hábitos e costumes e extravasar".

O trecho apresentado acima é parte de um texto elaborado especificamente para o discurso de lançamento do jornal. A idéia era que cada integrante da equipe apresentasse uma reflexão sobre sua experiência jornalística. Os repórteres chegaram a ensaiar no auditório da unidade as palavras que, após a *primeira censura*¹¹⁵, pareciam ter um significado ainda mais especial.

"O projeto do qual faço parte, não resolve os problemas sociológicos das massas carcerárias, mas me permite ter voz ativa, no qual, em vez de elevar o pensamento criminoso alheio a uma revolta e a um motim, faço das minhas reportagens e charges a melhor e mais forte arma contra todas essas pessoas que acreditam que bandido bom é bandido morto. (...) Por tanto, é nos primeiros passos desse tablóide, do qual participo, que encontro espaço para lutar com inteligência, sem derramamento de sangue, e travar verdadeiramente uma guerra em que a melhoria não será só para mim e para os outros internos, mas também para quem sabe aquelas pessoas que acreditam erroneamente que nunca possam vir errar" 116.

Nesse ínterim, a direção informou à equipe que a Secretaria havia suspendido, mais uma vez, a autorização para promover o lançamento e iniciar a circulação do jornal. O motivo oficial se baseava na necessidade de reler o material aprovado

Estamos nos referindo aos vetos feitos pela Secretaria de Administração Penitenciária à primeira edição do jornal comentado por um dos integrantes do jornal: "Percebemos que tal ataque não foi exclusivamente pelo teor das matérias, e sim pela perplexidade em ver a qualidade geral do trabalho, levando-os a rabiscarem tudo como forma de expressar: quem vocês pensam que são!"

Trecho do texto "A importância do jornalismo engajado", desenvolvido para leitura durante o lançamento do jornal *Em Prol da Liberdade*.

Trecho do texto "O sorriso como remédio no cárcere" desenvolvido para leitura durante o lançamento do jornal *Em Prol da Liberdade*.

anteriormente. Nossa hipótese, no entanto, aponta para outra preocupação: a escolha de convidados externos para o evento pelos autores da publicação.

Após definir uma data na agenda do diretor da unidade e dos professores do Colégio Anacleto de Medeiros, a equipe iniciou a discussão para deliberar sobre quem seriam os convidados externos que prestigiariam o lançamento do jornal. Normalmente os eventos que contaram com a presença de autoridades na unidade mantinham o ritual que pretendia referendar o projeto apresentado por meio de um discurso legitimador proferido por esses atores autorizados. Desta vez, no entanto, a preocupação era escolher as pessoas mais indicadas para outra composição, já que o que se pretendia era deslocar os convidados célebres da condição de protagonistas no evento para torná-los interlocutores numa discussão mais ampla. A idéia era convidar pesquisadores que estudam o Sistema Penitenciário, políticos atuantes na área dos direitos humanos, representantes de organizações não governamentais, artistas e, sobretudo, a imprensa. Mais do que pautar, a equipe de Em *Prol da Liberdade* queria agora ser pauta.

Após o envio¹¹⁷ da lista de convidados para a Secretaria de Administração Penitenciária, os integrantes da equipe do jornal receberam a notícia de suspensão do referido evento sob o argumento de que o material deveria passar por mais uma apreciação. Eles estavam diante da *segunda censura*, tão significativa quanto a anterior: o questionamento sobre a possível legitimação pública por meio de interlocutores externos não censuráveis.

3.2 Todos sem diploma: Jornalistas e Jornalistas Presos

"Com o fim do diploma pra ser jornalista e sem a prisão especial pra quem tem faculdade a gente volta a ser tudo farinha do mesmo saco".

Repórter do jornal Em Prol da Liberdade

Em de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal aboliu a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício legal da profissão. De 1969 até então, somente profissionais que tivessem cursado graduação em Comunicação Social poderiam atuar na área. Ainda que o decreto-lei¹¹⁸ que regulamentou a atividade jornalística não

¹¹⁷ Ressalto que essa lista foi entregue por mim à Coordenação de Tratamento Penitenciário.

Trata-se do decreto 972, de 17 de outubro de 2009.

apresentasse uma definição integrada a respeito do que consistiria a atividade jornalística (ALBUQUERQUE, 2006), experiências leigas enquadradas na categoria de jornalismo comunitário (alternativo) passavam a operar, oficialmente, na ilegalidade.

De acordo com Albuquerque, a política proposta pelo governo vigente almejava um redirecionamento da prática profissional a partir do trabalho da universidade que, nesta perspectiva, "ajudaria a formar jornalistas mais concentrados em questões "técnicas" do que políticas" (2006:83). O pesquisador ressalta, ainda, o fato da outorga do referido decreto ter sido realizada no período mais sombrio da ditadura militar¹¹⁹:

"De fato, não é muito sensato imaginar que um regime que perseguiu, torturou e matou sindicalistas e jornalistas demonstrasse algum tipo de sensibilidade frente às demandas históricas de uma organização sindical8. Por outro lado, seria muito mais provável supor que ele quisesse manipular essa demanda em proveito de seus próprios interesses" (ALBUQUERQUE, 2006:82).

Nesse sentido, interessa-nos pensar a atividade jornalística na prisão sob uma ótima possível que a situaria como uma experiência "parajornalística". O termo, cunhado por Alberto Dines, foi originalmente utilizado para delimitar as fronteiras da prática de um certo jornalismo legítimo. Essa demarcação de territórios, relembrada por Albuquerque (2006), é particularmente significante na medida em que possibilita o deslocamento de experiências noticiosas para o lugar onde se exercita uma prática ruim de imprensa.

A expressão citada por um dos mais críticos jornalistas da atualidade não seria, no entanto, necessária para apresentar aos presos autores de *Em Prol da Liberdade* a interpretação de sua condição de jornalismo de segunda categoria. Conforme observado anteriormente, os próprios vetos realizados pelos jornalistas da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Administração Penitenciária se encarregaram de fazê-lo. Ainda assim, a alteração na lei que assegurava a obrigatoriedade do diploma para o desenvolvimento do ofício pareceu criar, entre a equipe do periódico, um outro sentimento em relação àqueles que agora, assim como os eles, possuíam o direito legal para o exercício da atividade: a paridade.

¹¹⁹ Inclusive com a implementação do Ato Institucional n°5 (AI-5).

3.3 – A notícia na carne: a auto-referencialidade jornalística

Conforme mencionado anteriormente, a negociação que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa etnográfica no presídio Evaristo de Moraes se materializou numa oficina de textos jornalísticos, centrada na questão dos dilemas éticos profissionais e no saber técnico. Ao aceitar essa demanda, nosso propósito, desde o início, era apresentar os métodos jornalísticos para que os próprios autores de *Em Prol da Liberdade* decidissem como fariam uso e, principalmente, se faria uso de tais informações em seu jornal.

Após retomar o contato com os repórteres foi possível perceber algumas mudanças na rotina produtiva. A primeira delas se refere diretamente ao abandono das reuniões de pauta. No desenvolvimento da primeira edição do jornal, ao contrário, esses encontros foram decisivos para determinar não somente o que seria abordado, mas também quais posturas seriam tomadas diante de entraves cotidianos. A partir da segunda edição do periódico, observávamos, então, uma equipe que optou por escolher e produzir individualmente suas reportagens e renegar a prática do debate a respeito das pautas, comum nas redações extramuros: "A discussão em equipe é a garantia para estabelecer um regime de criatividade e de transparência nas informações entre os jornalistas". (Manual de Redação, 2001: 20)

Tal gesto poderia estar ligado, conforme observação anterior, a práticas pouco colaborativas de alguns agentes penitenciários que, por não concordarem com o desenvolvimento de um periódico pelos presos, dificultariam a autorização de saída das celas para a escola. Essa perspectiva daria conta de uma política de desarticulação dos internos que, fisicamente distanciados, ficariam mais suscetíveis ao abandono do projeto jornal.

Nossa interpretação, no entanto, está mais centrada na percepção do que optamos chamar de "deslocamento das fontes". De forma inversa à prática corriqueira da grande imprensa e, também, da experiência anterior com a primeira edição de *Em Prol da Liberdade* em que a definição sobre quem seria "ouvido" era parte fundamental do processo de construção da notícia, neste caso, de acordo com um interno que desenvolve o jornal, "somente quem passou pelo assunto da reportagem poderia falar

sobre ele". Mais do que *autores* dos textos jornalísticos, esses sujeitos ocupariam, também, simultaneamente, as posições de *pauta* e *fonte* para as reportagens.

É possível pensar então que a referida postura diante dos assuntos abordados nas matérias é resultado da percepção de dois fatores diretamente relacionados. O primeiro deles baseia-se numa espécie de preocupação com o tratamento da notícia, sobretudo em casos em que os crimes contra os costumes são o gancho para o desenvolvimento da reportagem. Rotineiramente estruturadas em narrativas jornalísticas sensacionais em que o crime passa a ser *também o sujeito*, certas produções noticiosas do universo extramuros parecem propor a vinculação do desvio, da maldade, menos ao sujeito social legalmente punível e, por isso, "corrigível", para aproximá-lo do autor "biológico" do delito. Essa interpretação daria conta de um enquadramento que sentenciaria o ser criminoso à sua "essência cruel" capaz de transitar pelo campo "jurídico-biológico" (FOUCAULT, 2002).

O segundo fator é calcado na percepção dos internos que produzem o periódico da necessidade de identificação com o leitor que, assim como os jornalistas do *Em Prol da Liberdade*, também foram, em sua maioria, condenados por crimes contra os costumes. Habitual consumidor de mídia, esse público não aprovaria a cobertura jornalística dos referidos delitos e seus autores, já que, a princípio, estes não figurariam como leitores idealizados dessas produções, suposição reiterada pela declaração, já mencionada, de um integrante do jornal: "Eu já sabia, mas agora tenho certeza de que o que os jornalistas fizeram comigo quando fui preso é errado. Eles não dizem que são imparciais?"

A partir do entendimento de que a não legitimação do trabalho jornalístico desenvolvido pela grande imprensa a respeito de determinados temas geraria, entre a massa carcerária, uma demanda reprimida de coberturas noticiosas que complexificassem o "objeto" da pauta, esses sujeitos, autores de *Em Prol da Liberdade*, travam um embate discursivo com o fazer jornalístico hegemonicamente autorizado sobre o direito de representar um certo perfil humano. Brasiliense, em seu estudo sobre a representação de parricidas na imprensa, ressalta que instituições normativas, como a mídia, promovem a "condenação pública, fazendo surgir, nos discursos públicos, a

¹²⁰ Estamos nos referindo às coberturas mais ou menos sensacionais que utilizam termos como "monstro da rua X" para nomear os autores de crimes.

referência à condição de 'monstruosidade' dos sujeitos que infringem e quebram a normalidade social" (2007: 3).

Dessa forma, propõe-se que esse embate é fortemente atravessado por dois "discursos". O primeiro, baseado no princípio de inteligibilidade tautológico proposto por Foucault: "é precisamente uma propriedade do monstro afirmar-se como monstro, [e] explicar em si mesmo ininteligível" (2002: 71); e o segundo, direcionado a interlocutores "normais", provavelmente não encarcerados, almeja aproximar-se de "características humanas" a partir da justificação do erro e da promessa de uma busca incessante da "cura".

Ao apresentar trechos de algumas reportagens em que a auto-referencialidade é parte fundante do texto jornalístico, prática hegemonicamente desacreditada pelos repórteres que desenvolvem a chamada grande imprensa, acredita-se que será possível realizar uma análise mínima dessas produções jornalísticas em que esses sujeitos seriam *autores*, *pauta* e *fontes* tanto de suas trajetórias criminosas, quanto dos relatos jornalísticos que produzem.

A proposta é observar o impacto da auto-referencialidade na construção do texto jornalístico, sobretudo após a apreensão e a consciente preferência pelo abandono, ainda que parcialmente, de determinados preceitos jornalísticos no desenvolvimento do texto. A partir de dois exemplos "espontâneos"¹²¹, será possível observar a tendência de construção de reportagens centradas em relatos baseados em histórias de vida que certamente pretendem gerar identificação com leitor.

O primeiro exemplo de análise se baseou em uma matéria desenvolvida por um repórter condenado pelo crime de estupro. Ao que tudo indica, os autores de *Em Prol da Liberdade* acreditam que para escrever uma reportagem sobre parafilia¹²², assunto polêmico inclusive entre a comunidade carcerária, "é mais indicado alguém que sabe o que é isso, um cara que é do artigo"¹²³. No segundo caso tratado nesta pesquisa, serão analisados trechos da reportagem intitulada "A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento", escrita por um homem condenado por assaltos. Ainda

¹²¹ Chamamos de espontâneos os eventos produzidos sem interferência da oficina de textos jornalísticos ou discussão prévia a respeito das pautas trabalhadas individualmente.

¹²² Estamos nos referindo aos transtornos da sexualidade.

¹²³ Fala de um dos internos que desenvolve o *Em Prol da Liberdade*. A expressão "o artigo" é usada para se referir a pessoas condenadas por estupro.

que *atravessadas* pelo desejo e pela prática da auto-referencialidade, tais produções possuem características distintas. Dessa forma, optou-se por observá-las separadamente.

3.3.1 Caso 1: A Parafilia e a identificação relativa

A justificativa da escolha do repórter para tratar de uma pauta diretamente relacionada à sua condição de encarcerado baseou-se num certo conhecimento da "natureza" dos criminosos sexuais e, por consequência disso, das histórias de vida que se desenvolvem a partir de tais desvios. Ainda assim, ao observar a referida produção é possível perceber, no entanto, que os personagens dessa reportagem figuram como "terceira pessoa" do discurso, como "eles, os criminosos sexuais":

"As estatísticas apontam, inclusive, o grande número de reincidência na ficha criminal de tais ofensores. O que estaria acontecendo então? As pessoas, mesmo humilhadas retornam, estariam elas gostando de tais tratamentos? Por que mesmo com a grande divulgação na mídia e a grande repulsa das autoridades e da população as ofensas continuam acontecendo?" [grifo meu]

Uma hipótese para tal gesto surge a partir da idéia de legitimação da prática jornalística extramuros, reiterando-a como seu paradigma. Nessas circunstâncias um repórter dificilmente participaria de forma explícita da história narrada como sugere o Manual de Redação da *Folha de São Paulo*: "a objetividade e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos" (2001: 22)

Outra hipótese daria conta de um projeto, nos moldes propostos por Velho (1994), em que o gesto de não se posicionar como personagem "objetificado" pela cobertura noticiosa seria capaz de provocar um jogo duplo que promoveria, simultaneamente, identificação e distanciamento em públicos distintos. Em outras palavras, a partir de seu caráter clandestino, o referido projeto pressuporia, de antemão, a interlocução com *outros* receptores essenciais: os internos que se reconheceriam nas páginas dos periódicos; e o leitor, não encarcerado, que poderia interpretar essa distinção discursiva como sendo, de fato, uma distinção pessoal do autor da reportagem dos demais presos "comuns".

O trecho da matéria citado acima pode relevar ainda outro elemento que reiteraria a interpretação da centralidade (e autoridade) dos meios de comunicação diante de seu público. A partir do questionamento do autor da reportagem - "por que

mesmo com a grande divulgação na mídia e a grande repulsa das autoridades e da população as ofensas continuam acontecendo?" - é possível notar uma percepção a respeito do fazer jornalístico como instância pedagógica moralizante.

3.3.2 Caso 1: Histórias que identificam

Geralmente rechaçados por atores diversos que integram o Sistema Penitenciário, os sujeitos condenados por crimes contra os costumes têm, usualmente, suas penas restritivas de liberdade estendidas por meio da aplicação, extra-oficial, da pena de tortura física e psicológica pela violação. Estudioso da questão da violência sexual entre internos e agentes penitenciários norte-americanos, Eli Lehrer aponta para a existência de um código de silêncio a respeito desses abusos firmado entre quase todos os presos. De acordo com o Lehrer, desde 1970, quando a população carcerária daquele país quadriplicou, o perfil das vitimas de abusos sexuais extra e intramuros mudou: "male-on-male rape has become more common than male-on-female rape" (2001). O autor revela ainda o resultado de uma pesquisa realizada na prisão de Nebraska em que 22% dos internos entrevistados afirmaram ter realizado sexo de forma não consentida.



"Sex offenders should be sent to prison in a prom dress", por J. D. Crowe (2005)¹²⁴

A omissão diante de tais crimes foi retratada por Victor Hassine, interno norteamericano do estado da Pensilvânia e autor do livro *Life without Parole: Living in*

¹²⁴ Disponível em BOURKE, Joanna. *Los violadores: História Del estupro de 1860 a nuestros dias.* Madrid: Crítica, 2007.

Prison Today: "This silence spares cost-conscious prison officials the expense and burden of investigating and prosecuting incidents of prison rape (...). Rapists are thus virtually handed licenses for their attacks." (*apud* LEHRER, 2001).

No Rio de Janeiro, com o intuito de diminuir a violência contra (e entre) os presos, sobretudo aqueles que foram condenados por crimes contra os costumes, um grupo de internos se uniu e fundou uma organização conhecida como *Povo de Israel*, já mencionada no primeiro capítulo desta pesquisa. O presídio Evaristo de Moraes, foco da presente dissertação, foi a primeira experiência no estabelecimento de prisões específicas para esses homens:

"Esta é uma UP *[unidade penal]* exclusiva para pessoas que cometeram crimes sexuais, e este espaço foi conquistado com derramamento de sangue de pessoas que abusavam, exploravam e humilhavam estes internos, visando acabar com as atrocidades cometidas contra elas, por esta razão é proibido comentar sobre quem cometeu, por que cometeu etc., sob pena de ser duramente cobrado" 125.

A referência à proibição dos comentários sobre os atos praticados contra os presos ou em defesa deles também se reflete na produção das matérias de *Em Prol da Liberdade*. Ao contrário desse histórico apontado no depoimento anterior, o autor da referida reportagem sobre *parafilia* se posicionou em seu texto jornalístico a respeito da prática criminosa e das diversas formas de punição voltadas para esses sujeitos:

"Os crimes sexuais, são de fato repugnantes, mas não podemos pensar em aplicação de pena apenas em caráter vingativo / retribuitivo. A vontade da população é querer linchar o ofensor; a dos policiais é humilhar, espancar e chutar varias vezes de coturno os órgãos genitais; a dos agentes penitenciários é vestir os internos de mulher e obrigá-los a praticar sexo com outra pessoa - de preferência soro positivo para infectá-lo, impondo-lhe desta forma a pena capital. Todas essas atitudes refletem a aversão ao crime cometido pelos ofensores sexuais, acarretando formas de punição inadequadas".

A identificação do leitor prioritário¹²⁶ com a reportagem é estimulada, também, pelos depoimentos dos personagens citados. Ainda que não sejam nominalmente identificados, esses sujeitos compartilham suas histórias de vida que se assemelham às

¹²⁶ Estamos nos referindo aos homens que compõem a comunidade carcerária.

¹²⁵ Trecho de um relato de um dos internos do presídio Evaristo de Moraes.

trajetórias de boa parte dos leitores de *Em Prol da Liberdade*, conforme é possível perceber a partir dos trechos abaixo:

"R. S. A., 40 anos de idade, reincidente, declara: — Esta é a segunda vez que cometo o mesmo mal, saí da cadeia a primeira vez disposto a não cometer mais este mal, fui abusado no cárcere, apanhei muito, minha família me abandonou, sofri muito, mas na rua não me contive e fiz de novo".

"A. V. S., 31 anos, declara: – Sou pedófilo, estou preso pela primeira vez. O meu sofrimento maior é de eu não aceitar este comportamento em mim. No cárcere, agentes penitenciários me obrigaram a fazer sexo oral com outro interno do mesmo artigo que eu, além de introduzirem em mim cassetete e me vestir de mulher para desfilar para os outros presos".

O jornal *Folha de São Paulo* dispõe em seu manual de redação - que pretende nortear o trabalho de seus jornalistas - uma proposta de tipificação das fontes utilizadas no desenvolvimento da reportagem. A partir de distinções que almejam definir o grau de confiabilidade das informações obtidas por essas vias, o periódico propõe que sejam enquadradas como fontes de *tipo um* aquelas de maior credibilidade, não necessitando, inclusive, de verificação obrigatória dos dados obtidos. Em seguida, sugere o manual, existem as de *tipo dois* que têm todos os atributos da fonte anterior, "menos o histórico de confiabilidade" (2001: 38) e, por último, a fonte de *tipo três* que possui "menor confiabilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis (2001: 38)".

A partir dessa proposta de segmentação de informações e seus "fornecedores" é possível pensar que os depoimentos citados acima seriam enquadrados automaticamente na última categoria desenvolvida pela *Folha*. Sujeitos capazes de ludibriar, de cometer crimes e promover a ruptura da ordem "natural" das coisas, seriam, a partir dessa perspectiva, pouco confiáveis. Tal suposição parece ser corroborada pela política editorial da maior parte dos grandes veículos de comunicação brasileiros que adotam estratégias para a (não) utilização da "duvidosa" voz do condenado em suas produções noticiosas.

Por meio de entrevistas realizadas com profissionais de imprensa, notou-se uma preocupação constante em relação à cobertura dos fatos que envolvem criminosos ou suspeitos que acabou se materializando numa espécie de política interna para tratamento

de notícias com este perfil. De acordo com os entrevistados¹²⁷, seus veículos informativos optam por não utilizar a entrevista como recurso jornalístico, "exceto quando o caso teve grande repercussão e foi muito polêmico"¹²⁸, fato descrito também por Ramos e Paiva (2007).

Tal gesto se justificaria, nesta perspectiva, pela própria natureza da declaração "delinqüente" que, por princípio, já é condenada: "Para usar a fala de um bandido, tem que apurar muito para saber até que ponto aquilo que está sendo dito tem fundamento. Como dar voz a uma pessoa que está errada?" A partir dessa política midiática, a possibilidade de ouvir o criminoso somente é concedida - de modo semelhante às cerimônias de suplício da soberania - em ocasiões em que se obtenham "informações que possam esclarecer o crime ou compreender as motivações do ato criminoso" (RAMOS e PAIVA, 2007: 57) ou, nas palavras dos profissionais de imprensa, quando "o bandido relata a própria prática do crime, como ele conseguiu fazer algo". Reiterase, no entanto, que no caso pesquisado aqueles que poderiam vir a figurar como personagens de reportagens jornalísticas se encontram em regime fechado cumprindo pena pelos crimes a que foram acusados. Salvo em casos excepcionais, o interesse por esses relatos passa a ser quase nulo.

Dessa forma, seria razoável a interpretação de que os autores do jornal *Em Prol da Liberdade* tornam visível o ônus da responsabilidade, assim como Pierre Rivière o fez ainda no século XIX. O emblemático caso do camponês francês incluiu no processo de punição um novo elemento: o direito à voz. O jovem assassinou sua mãe, irmã e irmão e se tornou alvo das pesquisas de Foucault (2003) por se tratar de um episódio rico em referências da psiquiatria jurídica e por dispor de um memorial, de autoria do réu, solicitado pela própria Justiça a fim de esclarecer a dúvida sobre o possível diagnóstico de loucura. A resposta dos especialistas seria o argumento necessário para condenação à pena capital, por meio da cerimônia do suplício, ou para privação da liberdade com a prisão perpétua, que só se configuraria com a confirmação da insanidade mental de Rivière.

¹²⁷ Trata-se de dois profissionais que trabalham em emissoras de TV distintas e que hoje ocupam o cargo de sub-chefe de reportagem e repórter e que, a pedido, irão permanecer não-identificados.

¹²⁸ Relato do sub-chefe de reportagem.

¹²⁹ Relato do repórter.

¹³⁰ Relato do repórter.

"Disseram-me para pôr todas estas coisas por escrito, e eu o fiz; agora que dei a conhecer toda minha monstruosidade aguardo o destino que me é reservado, conheço o Código Penal referente ao parricídio, eu o aceito para expiação de minhas culpas. (...) Desta forma, aguardo a pena que mereço e o dia que deve por fim a todos os meus remorsos" (RIVIÈRE *apud* FOUCAULT, 2003: 112).

Era o ano de 1835 quando a Justiça reconheceu a importância da voz de um criminoso e, mais do que conceder o direito à fala, solicitou-o a invocação como forma de garantir que este fosse julgado adequadamente. Para Foucault, Rivière foi

"num duplo sentido o autor de tudo isto: autor do crime e autor do texto (...). Executou seu crime no nível de uma certa prática discursiva e do saber que a ele está ligado (...). Ele jogou realmente (...) o jogo da lei, do assassinato e da memória que regulava, nesta época, todo um conjunto de narrativas de crime" (2003: 220)

De forma semelhante, as narrativas jornalísticas auto-referenciais, desenvolvidas pelos sujeitos encarcerados, se encarregam de fazer referência à condição monstruosa, citada também por Rivière. O texto, nessa perspectiva, parece ser a chave para a tentativa de redenção ou, minimamente, teria a função de registro mnemônico da busca pelo desfecho de uma trajetória narrável por meio da cura, conforme se lê no trecho da reportagem: "Perguntados se gostariam de submeter-se a um tratamento psicológico, afirmaram que sim - mesmo que não tenha qualquer redução de pena".

Após apresentar o problema que acometeria os violadores e os sentimentos comuns a esses homens, o autor da reportagem problematiza a questão a partir da proposição de um projeto de lei que pretendia fixar a pena de castração química para condenados por crimes contra os costumes. Dessa forma, o repórter desenvolve seu texto fornecendo dados de uma pesquisa acerca do que seriam alternativas médicas para o desvio:

"A castração química seria realizada com a injeção de uma substância que destruiria as válvulas que controlam a entrada e saída do sangue nos corpos cavernosos do pênis, impedindo sua ereção. (...) Tal método de castração é irreversível, mas o ofensor sexual continuaria a ter os impulsos anormais de forma compulsiva, e, como argumentaram alguns, embora percam a capacidade de ter uma ereção, continuariam tendo dedos, língua, boca — ressaltando que não é só com o emprego do pênis que se molesta alguém".

Bourke identifica, historicamente, os gestos políticos para controle do corpo violador desde o século XIX a partir de procedimentos médicos como a esterilização, a lobotomia e os métodos de castração cirúrgica e química: "Para proporcionar la máxima

felicidad al mayor número de personas, era necesario um sacrificio: la mutilación y el encarcelamiento de los delincuentes sexuales le ganó la partida a cualquier impulso rehabilitador. La política cada vez opera más sobre el cuerpo" (2007:206). Tal premissa utilitária baseia-se na idéia de que o estupro é "el único crimen para el que la *jus talionis* ['ojo por ojo'] es el único castigo apropriado" (PERKINS *apud* BOURKE, 2007: 190). De acordo com artigo *Corporal Punishment for Crime*, do mesmo autor, tal procedimento satisfaria a opinião pública e asseguraria que "el miedo a un castigo de esta naturaleza disudiará a más hombres malévolos que la amenaza de ser quemados em la hoguera, o la de ser torturados eternamente en el fuego del infierno" (*idem*: 191)

A reportagem desenvolvida pelo interno, no entanto, utilizará o "argumento científico" – que segue a lógica de que a ciência deve ser traduzida por profissionais de imprensa para a compreensão do público (OLIVEIRA, 2002: 12) – para apresentar as justificativas especializadas e, portanto, carregadas de saberes sérios e autorizados (ZAMBONI, 2001: 56):

"Após discussões e pesquisas na busca de uma solução para a cessação dos impulsos sexuais compulsivos dos ofensores sexuais, concluiu-se que a remoção cirúrgica dos testículos, que são os responsáveis pela produção de 95% da testosterona, seria viável como solução com a desvantagem de ser irreversível e acarretar inúmeros efeitos colaterais".

Aparentemente, a opção por embasar a reportagem com o discurso científico, baseado num saber legítimo, inviabilizou a incorporação durante todo o "percurso" da matéria de um certo saber humano, baseado na experiência vivida. Ao evitar um possível enfrentamento com o conhecimento acadêmico especializado – que poderia ser efetivado a partir dos mesmos argumentos que justificaram a determinação da referida pauta e sua cobertura por homem que figurava, simultaneamente, como autor e fonte desse trabalho jornalístico – este sujeito pareceu deixar para o leitor a incumbência de determinar qual será o fim desta narrativa jornalística e pessoal.

3.3.3 - CASO 2: "A história de uma evolução criminal"

Antes de iniciar a observação da reportagem intitulada "A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento", cabe registrar um movimento que parece ser coerente com as experimentações dessas narrativas jornalísticas sobre si

no jornal da prisão. Durante o período em que a primeira edição do periódico estava sob apreciação da Secretaria de Administração Penitenciária e que, em parte, coincidiu com o momento em que deixamos de visitar com assiduidade a unidade penal, o interno que desenvolveu a matéria citada não parou de produzir. Ao longo dos meses de espera, este homem escreveu mais de setenta reportagens, gesto oposto à postura da maior parte da equipe que, aparentemente, sentiu-se desestimulada com a morosidade da autorização. Dentre as produções, uma pareceu emblemática para pensarmos a questão da autoreferencialidade. E será esta que observaremos a seguir.

"A palavra crime pode ser substituída por violação da lei penal, delito, desvio de conduta etc... Mas a grande questão é descobrir porque, desde o tempo mais longínquo, o homem se envereda por este caminho tão tortuoso. Seriam apenas as questões de desigualdade social? Seriam pelo bel-prazer da adrenalina? As respostas variam de acordo com a concepção do agente. É a partir deste princípio que eu, ex-agente ativo desta prática, passo a narrar a minha experiência".

A partir da mesma matriz auto-referencial, a referida reportagem desenvolvida para veiculação na segunda edição de *Em Prol da Liberdade*, ao contrário da produção jornalística anterior, se aproxima, mais claramente, do que poderíamos entender como reportagem oficialmente autobiográfica: a trajetória criminosa é, aos poucos, desvendada pelo leitor que acompanha o desenvolvimento da história. É possível perceber, ao longo do texto, o gradativo abandono da postura do *repórter que aborda*, para a incorporação da função de p*ersonagem que compartilha* histórias vividas com o público leitor. A estrutura do já mencionado modelo jornalístico norte-americano, adotado em grande escala no ocidente, é deixada em segundo plano na medida em que o desenvolvimento cronológico dos fatos parece ser privilegiado em detrimento do formato que opera a partir da pirâmide invertida.

"No início, devo confessar, que tremiam-me as pernas, pois não era nada fácil você entrar numa loja de departamento com uma bolsa vazia dentro da sunga e sair com a mesma abarrotada de produtos de primeira qualidade. Depois de algumas investidas aquilo já era tirado de letra, afinal o hábito faz o monge".

Dessa forma, propõe-se que as produções auto-referenciais apreciadas neste estudo são, também, a materialização do próprio processo de apropriação das narrativas sobre si que operaria em duas frentes. A primeira seria diretamente ligada ao ímpeto

reflexivo, muitas vezes visível¹³¹ aos que acompanham esse percurso. O resgate de histórias pessoais e a promessa de publicização dessas trajetórias parece demandar, também, um esforço reflexivo que pretende, inclusive, apontar uma solução ou, minimamente, registrar a possibilidade de correção de desvios passados por meio de exemplos que se contam: "Para mim que sou um 'ex-passageiro da agonia' fica-me a lição: o crime nunca compensará o seu preço. Porque ele é caro demais quando realmente temos que pagá-lo". 132.

Nesse sentido, a segunda frente seria uma espécie de continuação do movimento anterior que operaria a partir do sentimento de retomada de controle do destino. De forma inversa ao processo de retextualização 133 - em que o relato do réu é apropriado e resignificado para constar nos processos penais, recurso empregado em larga escala tanto no momento de instauração do inquérito nas delegacias, quanto durante o desenvolvimento do processo jurídico -, estaríamos diante, pois, de um gesto de recuperação da voz e da possibilidade de narrar.

3.4 A imprensa carcerária e a reinvenção da notícia

"Vencer as desmotivações... A cada dia todos os problemas estão mais estão latentes. Por esta razão um grande conflito está estabelecido em nosso interior: desânimo e paixão".

Repórter do jornal Em Prol da Liberdade

Quando iniciamos o desenvolvimento deste estudo, acreditávamos que seria razoável analisar, em dois anos, três produções jornalísticas distintas desenvolvidas no cárcere. Nossa experiência apontou, no entanto, para o problema de redução das potencialidades de cada um desses jornais que, observados em perspectiva,

106

Durante o desenvolvimento da reportagem sobre a *parafilia* o autor da reportagem pareceu apresentar fisicamente alguns indícios de sofrimento mental, sobretudo no período em que pesquisou sobre os

procedimentos de castração química como "solução" para homens violadores.

132 Trecho da reportagem "A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento".

¹³³ Para aprofundar o assunto consultar: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortês, 2001.

necessariamente precisariam ser submetidos a uma observação comparativa. A escolha do periódico *Em Prol da Liberdade* como foco de pesquisa, nesse sentido, possibilitou o estabelecimento de algumas reflexões acerca do trabalho jornalístico praticado no cárcere sem, no entanto, propor uma redução das demais experiências a partir da adequação às hipóteses propostas nesta dissertação.

Nesta última etapa da pesquisa pretendemos apresentar uma espécie de tipificação das experiências jornalísticas desenvolvidas no universo extramuros sem o comprometimento de esgotar descrições e análises sobre as produções noticiosas desenvolvidas nas prisões. Nossa proposta, nesse sentido, é exercitar uma reflexão a respeito desses gestos midiatizados a partir de uma breve observação de características recorrentes em experiências desenvolvidas nos Estados Unidos, Itália e Brasil.

De acordo com James McGrath Morris, o primeiro jornal desenvolvido por presos norte-americanos foi criado no ano de 1800. Desde então, o historiador identificou cerca de duzentas produções jornalísticas desta natureza ao longo dos anos, ainda que hoje a experiência tenha sido quase erradicada nas casas de detenção daquele país, muito em função do endurecimento da política penitenciária: "In the 1960s and 1970s, however, as the writings of American prisoners began to take a more political and critical tone, U.S. prison officials and judges cracked down on what they saw as a threat to the social order" (Gaucher *apud* Novek, 2005: 5).

A Itália registra atualmente cerca de 60 jornais desenvolvidos por presos com destaque para as produções publicadas na internet como o periódico *Estreito Horizonte*, estudado por Trolese (2006). Ainda assim, ressalta a pesquisadora, a maior parte dos jornais produzidos por presos italianos conta com forte colaboração de pessoas livres que atuam como voluntárias em projetos que unem comunicação e educação.

Nomeado como *jornalismo outsider* por pesquisadores norte-americanos, a prática intramuros é considerada como "a form of alternative media created by groups that are not only overlooked by the mainstream media, but also marginalized and despised by society" (NOVEK, 2005: 4). Ainda assim, uma experiência jornalística desenvolvida numa prisão angolana recebeu, em 1999, o prêmio *George Polk*, concedido a profissionais de imprensa que correm risco durante a apuração jornalística pela Universidade de Long Island, pela reportagem sobre o estupro e violência na unidade penal (*idem*: 5).

Mas uma questão parece ser central em todas as produções jornalísticas mapeadas: a opção pela materialização, na carne do texto, da autoria, sem remorsos, dos textos e da vida: "Outsider journalists often reject conventions of mainstream journalism such as the use of "official sources" and the stance of professional objectivity" (NOVEK, 2005: 7). O que poderia ser interpretado como "contaminação" do relato pelo jornalista, neste cenário, parece ser uma característica fundante da imprensa carcerária. "It privileges the lived experience and authentic expression of its authors' voices over other forms of expression. These periodicals offer their writers identity, a sense of agency in the face of oppression, and connection to a similarly situated audience." (*idem*: 4)

Nesse sentido, os impasses e os constrangimentos a que estão sujeitas as equipes que realizam produções noticiosas em unidades penais parecem ser muito próximos e, aparentemente, independem de localização geográfica. Tal como os repórteres que desenvolvem a chamada grande imprensa e que, por isso, precisam definir os limites éticos para o cumprimento de suas atribuições, de acordo com Morris, cabe ao interno jornalista decidir ""whether to be the inmates' advocate, an independent chronicler, or the administration's mouthpiece and the self-interest that informs that decision often muzzles them." (*apud* NOVEK, 2005: 6)

Ao investigar as estratégias de construção de um certo modo de trabalho jornalístico pela grande imprensa, Fausto Neto observa o gesto de auto-celebração como parte fundante das intervenções noticiosas desta natureza."Os efeitos dessas operações visam destacar a existência do 'jornalismo personagem', cuja chamada de atenção destaca um contemplar sobre si mesmo, enfatizando apenas a enunciação nas quais se engendram suas performances" (2008: 99).

Se for razoável perceber a estratégia observada por Fausto Neto como uma espécie de referência inicial que fornece bases interpretativas para o trabalho realizado pelos internos, estaríamos diante de uma segmentação jornalística que situaria o leitor como autor possível dessas narrativas. Ao contrário do projeto implementado pela grande imprensa em que somente a exposição do processo produtivo para o público seria o elo entre a produção e o consumo dessas obras comunicacionais, a aposta da equipe de *Em Prol da Liberdade* baseia-se numa outra vinculação, certamente menos perene e mais sensível: a identificação com as trajetórias de vida *além cárcere* tanto quanto a identificação com as narrativas jornalisticamente humanas.

A consciência da necessidade (pessoal e editorial) de uma política jornalística que desse conta da complexidade de um público-alvo cujo perfil, a princípio, é heterogêneo, unido somente por certa semelhança entre os gestos criminosos e as conseqüências desta empreitada, baseou-se, também, em outro fator identificado por Fausto Neto como característica do processo da percepção da centralidade da mídia na sociedade contemporânea: a auto-reflexividade jornalística exposta na própria carne do texto baseada num contrato que promoveria a "seleção/interpretação de acontecimentos compatíveis com a noção de um 'leitor presumido', ou seja, o consumidor instaurado pela lógica e os ventos da midiatização" (2008: 99).

Ao observar as matérias citadas sobre ofensores sexuais desenvolvida por um homem condenado por este crime, e sobre a "evolução criminal", é possível notar que estas se estruturam na idéia cronológica de narrativa tradicional com início, meio e fim. Estas etapas, no entanto, não se fundamentam na composição corriqueira das práticas contemporâneas do jornalismo praticado pela grande imprensa. Conforme mencionado anteriormente, a adoção do modelo americano como norte para o trabalho de reportagem se baseou em elementos textuais como *lead* e fórmulas como a *pirâmide invertida*¹³⁴. A utilização destes mecanismos justificaria, nessa perspectiva, a garantia de acesso rápido às informações mínimas para a compreensão do acontecimento narrado. Já no primeiro parágrafo da notícia seria possível obter informações sobre o princípio, o desenvolvimento e o desfecho do caso transformado em pauta pelo trabalho jornalístico.

De forma inversa a essa estrutura, a referida produção auto-referencial, confeccionada pelos repórteres de *Em Prol da Liberdade*, aparentemente se baseia no desenvolvimento cronológico dos fatos. É possível notar a opção pelo abandono das técnicas jornalísticas, citadas acima, para implementação de uma alternativa editorial baseada em critérios pessoais do autor da reportagem, entendendo as "convenções narrativas empregadas pelos jornalistas *[também os encarcerados]* como um artefato cultural, que permite não apenas dar a forma de "histórias" às notícias, como também demarcá-las como o domínio de uma competência específica profissional específica".

De acordo com o Manual da Folha de São Paula trata-se de uma "técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final. É a técnica mais adotada no Ocidente" (2001: 93)

(ALBUQUERQUE, 2000: 12). Tal interpretação pode ser reiterada a partir de uma observação, já mencionada, de um integrante da equipe do jornal que defende que as reportagens devam ser produzidas por repórteres que saibam lidar com o tema abordado ou, em outras palavras, repórteres que saibam o que significa ser pauta deste tipo de produção noticiosa.

Se de um lado a objetividade e o distanciamento crítico parece ser a base para o desenvolvimento de uma prática jornalística séria no universo extramuros, a experiência praticada pelos internos que produzem o periódico *Em Prol da Liberdade* parece apontar para o justo oposto dessa interpretação. A experimentação do sensível - daquilo que inscreve no corpo e na memória os registros de trajetórias individuais - se torna o atributo diferencial tanto para quem escreve, quanto para quem consome o jornal produzido na prisão. Se estes autores não utilizassem a percepção de que será justamente o *know how* que agregará valor ao veículo, não como elemento incriminador que reitera sua condição de "homens puníveis", risco que correriam ao serem retratados em produções tradicionais, mas como elemento de autoridade, certamente estaríamos diante de um pastiche de jornalismo ou, como enfatizou um interno, de um periódico que seria sempre "pior do que os jornais lá de fora na comparação" 135.

"São manifestações e marcas que estão presentes no próprio funcionamento do dispositivo, que não só o estrutura, mas desenvolve modos de dizer sobre suas propriedades enquanto estratégias discursivas voltadas para o leitorado. Ou seja, o dispositivo não só anuncia a sua existência, mas chama atenção para os fundamentos e os efeitos presumidos de sua prática interpretativa" (FAUSTO NETO, 2008:97)

E talvez essa seja a chave para a diferenciação entre o jornalismo praticado no cárcere e as experiências, já pesquisadas por outros autores, de jornalismo comunitário ou de resistência. Paiva defende a necessidade de haver uma sinergia entre a grande mídia e os veículos de comunicação comunitária. De acordo com a pesquisadora, tais instâncias não devem "constituir-se como forças contrárias, mas pólos opostos que dialogam entre si" (2006: 69) a partir da produção de "novos e inclusivos olhares sobre as coletividades" (*idem*). Ainda que a proposta deste estudo não seja simplesmente reforçar antagonismos entre produções desenvolvidas dentro e fora do cárcere,

 $^{^{135}}$ Relato de um interno que desenvolve o jornal $\it Em\ Prol\ da\ Liberdade.$

acreditamos não estarmos diante de uma experiência comunitária, apesar da restrição física que uniria homens encarcerados. O fato do paradigma inicial ser o fazer jornalístico tradicional a partir do já mencionado modelo norte-americano, não garantiria, nesse sentido, a viabilidade dessa relação dialógica sugerida pela autora.

De forma semelhante, crê-se não ser o jornal criado pelos internos do presídio Evaristo de Moraes uma produção baseada nos preceitos do jornalismo de resistência como "um exercício comum de solidariedade e ativismo" (PENA, 2005: 168). Percepção reiterada a partir da observação da lista de procedimentos necessários a ao jornalismo, desenvolvida por Kovach e Resenstiel:

- "•A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade;
 - Sua primeira lealdade é com os cidadãos;
 - Sua essência é a disciplina da checagem;
 - Seus praticantes devem manter independência de quem estão cobrindo;
 - Deve funcionar como um monitor independente do poder;
 - Deve apresentar um fórum para a crítica pública e o compromisso;
 - Deve lutar para transformar o fato significante em interessante e relevante;
 - Deve manter as notícias compreensíveis e equilibradas;
 - Seus "praticantes devem ter liberdade para exercer a consciência pessoal" (PENA, 2005: 169).

Diante desse panorama, propõe-se que assim como o trabalho jornalístico realizado do lado de fora das grades e muros da prisão, em que a sugestões de pauta são feitas a partir do reconhecimento da linha editorial do veículo e de considerações sobre a relevância de determinados temas para seu público-alvo, o jornal confeccionado pelos internos do presídio Evaristo de Moraes apresenta um elemento central nas trajetórias (também textuais) desses sujeitos: a *paixão*.

Esse sentimento, transposto para as páginas do jornal tanto quanto para o ofício de produzir uma obra noticiosa, parece reafirmar a impossibilidade ser diferente do que *já se é*, inclusive em relação ao próprio lugar de fala experimentado por esses sujeitos encarcerados. Quando estes homens descrevem em suas reportagens relatos como o da "'fantástica' experiência de se fazer reféns guardas, gerente e clientes e depois sair ileso com o 'malote'"¹³⁶ como algo "realmente é indescritível"¹³⁷, ou quando a confissão é

¹³⁶ Trecho da reportagem "A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento".

ainda mais reveladora do que o próprio gesto criminoso - pois parece ser inevitável "demonstrar 'amor' pelas instituições bancárias"¹³⁸- ironicamente acreditamos que estarmos próximos de uma cobertura noticiosa mais honesta produzida por sujeitos condenados justamente pelo gesto contrário a essa característica.

"Se querem prosperar, as empresas jornalísticas deverão atender mais de perto a seus públicos e ter um papel mais activo nas suas próprias comunidades (...). Devem trocar na equação informativa passividade por actividade, precedência por participação, precisão por compaixão, o enfado por interesse e sobrecarga por destilação (...) Apenas com paixão podemos compreender a realidade e somente com paixão estaremos habilitados a explicá-la aos nossos semelhantes" (PELTZER, 1996).

Fala-se aqui do humano. Do resgate de traços mais humanos do que uma aparente humanização por meio de atributos autoconferidos em discursos legitimadores que superestimam valores como *pureza* e *veracidade*. Se for possível observar a experiência jornalística no cárcere, estudada nesta dissertação, como um gesto consciente e crítico em relação ao fazer jornalístico hegemônico, será necessário, também, exercitar uma certa coerência nas considerações sobre o leitor das produções noticiosas. Longe de serem ingênuos e simplesmente manipuláveis no interior desses processos, consumidores de mídia, encarcerados ou não, seriam capazes de verificar a impossibilidade de obtenção de relatos puros fornecidos por repórteres "supra-humanos não contamináveis".

¹³⁷ Trecho da reportagem "A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento".

¹³⁸ Trecho da reportagem "A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento".

CONCLUSÃO

Na medida em que instituições tradicionalmente disciplinares, como as prisões, são atravessadas pelas práticas de controle contemporâneas, os meios de comunicação e informação ganham importância como instrumentos prioritários das relações de poder na sociedade. Nos dias de hoje, o conceito de "segurança máxima" nos presídios passa pela apropriação do aparato midiático como mecanismo de controle da população carcerária. "Do outro lado dos muros", crescem, por sua vez, as práticas discursivas de punição e pré-julgamento pela imprensa.

Nesse cenário, internos do maior presídio do estado do Rio de Janeiro, ao desenvolverem uma experiência jornalística no cárcere, buscam estabelecer uma resposta ao "controle midiático" com as mesmas ferramentas. Dessa forma, a constituição de uma experiência jornalística por presos resulta num processo de inversão de uma trajetória que parte de sua criminalização pela imprensa à evidência de um projeto de ressocialização de internos metamorfoseados em jornalistas a partir emergência de uma subjetividade midiática intramuros.

Ao se engajarem numa produção noticiosa que materializa o que chamamos de *experiência panóptica midiatizada*, esses sujeitos, internos (e) repórteres, invertem o direcionamento "natural" dos fatos para se tornarem, também, indivíduos duplamente vigiáveis justamente por conta desse engajamento anterior ao crime e, agora, ao trabalho jornalístico.

Ainda assim, considerar o desenvolvimento deste projeto como um gesto puramente altruísta, praticado por um grupo de pessoas que pretenderia apenas informar a sociedade dos cativos, seria reduzir a potência de uma percepção que precede a entrada desses atores no Sistema Penitenciário. Antes de serem jornalistas do cárcere estes homens são presos e, antes de presos, são consumidores e críticos de produtos midiáticos.

Goffman nos lembra que a integração das esferas da vida do interno, nesse sentido, faz parte de um circuito que pretende envolvê-lo de forma a inviabilizar o *fora* nas instituições totais (2005:40). Por conta dessa percepção, acreditamos estarmos diante de um gesto consciente operado por sujeitos que entendem que somente por meio da auto-exposição será possível minimamente apostar numa previsão dos efeitos do

controle, pois, como reitera Goffman, a movimentação de pessoas em conjunto é mais facilmente supervisionada (2005: 18).

A partir da constatação desse deslocamento do lugar de receptores de conteúdos informativos, os sujeitos desta história, autores de *Em Prol da Liberdade*, rompem a fronteira da audiência para se tornarem, também, produtores ativos de relatos jornalísticos. Nesse sentido, interessou-nos nesta dissertação muito mais a apropriação midiática a partir de uma certa competência comunicativa¹³⁹, exercitada pelos internos do presídio Evaristo de Moraes, do que propriamente o resultado material desta produção. Sobretudo porque, até o presente momento, o jornal dos encarcerados ainda não pode circular entre a comunidade carcerária.

Quando iniciamos o desenvolvimento do projeto de pesquisa que gerou a presente dissertação, uma questão parecia central na delimitação do recorte que propúnhamos para o referido objeto de estudo. A compreensão do fenômeno de apropriação midiática a partir da observação da construção da notícia pareceu ser determinante tanto para pensarmos o trabalho jornalístico na prisão como uma experiência localizada, quanto para propormos uma reflexão inicial a respeito da interpretação do trabalho jornalístico por parte das audiências.

A observação da imprensa carcerária, neste sentido, pode nos trazer evidências concretas a respeito da centralidade dos meios de comunicação na contemporaneidade a partir da materialização do fenômeno da midiatização que, percebido pelas grandes corporações de mídia, é cada vez mais utilizado de forma calculada para atrair e fidelizar consumidores de produtos informativos. A questão que se apresenta, por ora, no entanto, é justamente se esses efeitos do processo de evolução da sociedade dos meios para a sociedade midiatizada (FAUSTO NETO: 2008) poderão ser controlados de forma a inviabilizar a apropriação efetiva do discurso jornalístico por parte de um grupo de presidiários que, pretende, por vias próprias, promover a revisão de determinados preceitos do chamado *ethos jornalístico*.

Dessa forma propomos que mais do que considerar a disciplina como elementochave no contexto de desenvolvimento de *Em Prol da Liberdade*, devemos observar o jornalismo praticado no cárcere não somente como efeito direto da midiatização, mas

¹³⁹ Nos apropriamos aqui do conceito de competência cultural, proposto por Martin-Barbero ao descrever as características complexas dos espaços de mediação entre a Televisão e o seu público, de modo a percebermos diálogos semelhantes entre os jornais e seu público.

como uma extensão deste fenômeno que se materializaria como uma espécie de sociedade midiatizada disciplinar.

Os mais críticos, certamente, afirmarão que qualquer possibilidade de resistência (ou revide) praticada por esses sujeitos que cumprem pena no presídio Evaristo de Moraes será dissipada por conta da própria condição encarcerada em que se encontram. Nesse sentido, devemos reafirmar que nosso interesse em pesquisar uma experiência jornalística desenvolvida do lado de dentro dos muros não se baseou unicamente no desejo de investigar uma situação limite localizada, mas pensar, a partir dela, o jornalismo praticado em larga escala no Brasil.

Nossa aposta baseia-se na idéia de que o jornalismo desenvolvido na prisão é, sim, *atravessado* por características inerentes à trajetória criminosa desses sujeitos. Já que a interpretação hegemônica sugere que o indivíduo que produz a imprensa carcerária é, de antemão, "contaminado" por sua essência criminosa, proposição que reiteraria, inclusive, o argumento para a não legitimação deste trabalho como sendo jornalístico, talvez a reafirmação deste princípio possa ser, de fato, o elemento-chave para definir o que é, afinal, a imprensa carcerária. Ironicamente, talvez dessa forma seja possível vislumbrar que a sagacidade exercitada durante os desvios por esses homens possa ser, também, experimentada na condução do trabalho jornalístico na prisão.

Tal como esta dissertação que foi produzida num contexto disciplinar, propõe-se observar a prática jornalística a partir da introdução da disciplina como característica do próprio exercício profissional nos dias atuais. Se for possível pensar o trabalho jornalístico, desenvolvido nas grandes empresas midiáticas, como uma atividade vigiada por chefes imediatos, tanto quanto por companheiros de profissão (cada "coleguinha" torna-se um vigia); se for razoável propor que esses sujeitos são adestrados de modo a reafirmar as bases constitutivas do que seria o bom jornalismo; se recai sobre estes homens também a política de economia dos corpos que pretende extrair o máximo de produtividade a partir de uma equação temporal, publicamente justificada por um certo fetiche da velocidade da informação, podemos propor então, que antes de observar a imprensa carcerária como uma experiência controlada e censurável, estaríamos diante de um jornalismo hegemonicamente disciplinar praticado na contemporaneidade.



BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Afonso. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. Contracampo (UFF), v. 14: 2006.

_____. A narrativa jornalistica para além dos faitsdivers. In: Lumina (UFJF), v. 3: 2003.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Percursos do olhar: Comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF, 2007.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Claret, 2003.

BECKER, Howard. *Outsiders – Estudos de Sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BÍBLIA Sagrada. Livro de Salmos. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1982.

BOURKE, Joanna. Los violadores: História Del estupro de 1860 a nuestros dias. Madrid: Crítica, 2007.

BOURDIEU, Pierre (et al.). A Miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASILIENSE, Danielle. *As novas bruxas: reatualizações do monstruoso na mídia contemporânea. In*: Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia. 2007.

BUDÓ, Marilia Denardin. *Midia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do Sistema Penal.* UniRevista. Volume 1. n° 3. São Leopoldo, 2006.

_____. O jornalismo e os julgamentos: uma abordagem acerca da possibilidade de influência da mídia em decisões judiciais. Anais do XVIII Intercom, 2005.

CARVALHO, Claudia Monteiro Pato de. *Corpos Minados – um estudo exploratório no espaço interno da cultura prisional*. Oficina do Centro de Estudos Sociais – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2003.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. European Journal of Communication, vol. 11, 1996.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado, São Paulo, Francisco Alves, 1988.

DADOS: Revista de Ciências Sociais. Vol. 50, n°4. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

DARNTON, Robert. *Rede de Intrigas*. Folha de São Paulo, MAIS! P. 4-11, 30 jun. 2000.

_____. Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Análise da manutenção da Identidade evangélica na prisão a partir de uma perspectiva Interacionista: focalizando tensões e ambigüidades. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Vol. 9, No 9 (2007).

_____. A instituição do Regime Disciplinar Diferenciado para o controle da população carcerária: efeitos práticos e simbólicos. Anais do I Simpósio Surveillance in Latin America, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. "Fragmentos de uma 'analítica' da midiatização", Matrizes, Universidade de São Paulo, nº 2, abril de 2008.

FISHMAN, Mark. Manufacturing the News. Austin: University of Texas Press, 1980.

FOLHA DE S. PAULO. Manual da Redação. 4.ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

FONTES, Virgínia. *Quem dita a pauta? Mídia e empresariado no Brasil do século XXI* – *as relações perigosas*. Conferência no Ciclo de Debates "Mídia, Estado e governos: relações perigosas em tempos de globalização", Rio de Janeiro, março de 2007.

FOUCAULT, Michel. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. São Paulo: Graal, 2003.

História da Sexualidade 1 – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições
Graal, 1998.
<i>Microfísica do Poder</i> . Rio de Janeiro, Graal, 1986.
Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes: 1977.
GIL, José. Metamorfoses do Corpo. Lisboa. A Regra do Jogo, 1997.
GOFFMAN, Erving. <i>Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada</i> Rio de Janeiro: LTC, 2008.
Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva: 2005.
GUIMARÃES, Cesar. FRANÇA, Vera (Orgs). Na mídia, na rua: narrativas de cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
HALL, Stuart. <i>A identidade cultural na pós-modernidade</i> . Rio de Janeiro, DP & A 2004.
Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003
HOHLFELDT, Antonio. "Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação"

HOHLFELDT, Antonio. "Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação". In: Antonio Hohlfeldt (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

IASBECK, Luiz Carlos A. Os boatos – Além e aquém da notícia: versões não autorizadas da realidade. In: Lumina, v. 3, n°2. UFJF: 2000.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEHRER, ELI. "Hell Behind Bars: The crime tha Dare not speak its name", National Review, New York: fevereiro de 2001.

MAIA, Rousiley. "Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças". In: *Contracampo* – revista da Pós-Graduação em Comunicação da UFF. Niterói, UFF, n°5, 2000, p. 47-66.

MANUAL de Redação: Folha de S. Paulo. 4ª ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARQUES, Adalton. "Proceder": "o certo pelo certo" no mundo prisional. Monografia de Conclusão do Curso de Sociologia e Política da USP, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jésus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.* São Paulo: Summus, 1988.

MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro, Quartet, 2002.

MORAES, Dênis de. "Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação", in A batalha da mídia: a comunicação dos governos progressistas da América Latina e outros ensaios. Porto Alegre: Pão e Rosas, 2009.

MORRIS, J. M. *Jailhouse journalism. The Fourth Estate behind bars*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers: 2002.

NOVEK, Eleanor M. "Heaven, Hell, and Here": Understanding the Impact of Incarceration through a Prison Newspaper. In: Critical Studies in Media Communication, 2002.

_____. 'The devil's bargain': Censorship, identity and the promise of empowerment in a prison newspaper. Journalism 6. Sage Publications: 2005.

OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002.

PAIVA, Raquel. *Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático)*. In: Revista Famecos (PUC-RS), n°30, Porto Alegre: 2006.

PELTIER, Leonard. *Escrito desde La cárcel*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

PELTZER, Gonzalo, *Jornalismo com Paixão*, Universidad Austral, Faculdad de Ciências de La Información, Buenos Aires: 1996.

PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. São Paulo, Contexto: 2005.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". In: *Revista Estudos Históricos*, 10, 1992.

QUIROGA, Ana Maria. *Presença Religiosa no Sistema Carcerário do Rio de Janeiro: Números e significados*. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, n. 61, p. 13-21, 2005.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RESENDE, Fernando. *O olhar às avessas - a lógica do texto jornalístico. In:* GT Estudos do Jornalismo, Compós, 2004.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 14.

SARLO, Beatriz. "A voz universal que toma partido?", in MORAES, Dênis (org.). Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHUDSON, Michael. "A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão", in: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veiga, 1993.

SEGATO, Rita Laura. *Religião, vida carcerária e direitos humanos*. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, n. 61, p. 40-45, 2005.

SOLOSKI, John. "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico". In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e* "estórias". Lisboa: Vega, 1993.

SOUZA S.B. Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

TARDE, Gabriel. A Opinião e as Massas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TROLESE, Morena. *Ristretti Orizzonti», ampie visioni. Informazione e comunicazione dal carcere di Padova*. Trabalho de Conclusão de Curso. Padova: 2006.

TUCHMAN, Gaye. "A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas". In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VASCONCELOS, Ana Silvia Furtado. *A Saúde sob Custódia: um estudo sobre agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado defendida na ENSP/ CESTEH – FIOCRUZ, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, Thomaz (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 47.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

ZELIZER, Barbie. Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

ANEXOS

REPORTAGEM: A HISTÓRIA DE UMA EVOLUÇÃO CRIMINAL E SEUS MÉTODOS DE APERFEIÇOAMENTO (2ª EDIÇÃO)

A palavra crime pode ser substituída por violação da lei penal, delito, desvio de conduta etc... Mas a grande questão é descobrir porque, desde o tempo mais longínquo, o homem se envereda por este caminho tão tortuoso. Seriam apenas as questões de desigualdade social? Seriam pelo bel-prazer da adrenalina? As respostas variam de acordo com a concepção do agente. É a partir deste princípio que eu, ex-agente ativo desta prática, passo a narrar a minha experiência.

Nascido e criado num bairro ao qual as novidades materiais, vindas do exterior, chegavam em nossas mãos com relativa "facilidade", criou-se em uma boa parcela dos moradores daquela região o hábito de tomar posse daquilo que, na verdade, jamais poderíamos comprar legalmente. Isto foi formando em alguns da minha geração uma distorção do que é legal ou ilegal. E pior, contando involuntariamente com a conivência de nossos pais que na verdade passaram por esse processo hereditário, assim como nós.

Quero ressaltar que em momento algum pretendo transferir minhas transgressões, nem tampouco generalizar a "zona portuária" como um local aonde se impera a criminalidade. Isto seria leviandade de minha parte, até porque em todas as comunidades, sem exceção, sempre haverão pessoas idôneas. Isto é indubitável.

Voltando ao contexto, lembro-me bem como trazia satisfação olhar para os pés e ver aquele All-Star cor mostarda (legítimo), uma chance de mostrar para aquele "mauricinho" da zona sul que eu não devia nada a ele em termos de ostentação. E poderia citar também as camisas Lacoste, o perfume Lancarste, a verdadeira calça "Lee", entre outros produtos importados que na época eram o sonho de consumo de minha geração.

Só que aí começa a se desenrolar um outro processo. Quando as "racionalidades" acima citadas foram se esvairindo, até chegarem ao ponto de se esgotarem totalmente. Atônito e com receio de perder o "status" social adquirido, tive que colocar a "mão na massa" literalmente. No início, devo confessar, que tremiam-me as pernas, pois não era nada

fácil você entrar numa loja de departamento com uma bolsa vazia dentro da sunga e sair com a mesma abarrotada de produtos de primeira qualidade. Depois de algumas investidas aquilo já era tirado de letra, afinal o hábito faz o monge.

O crime, assim, a medida que você vai se aperfeiçoando, maiores são os convites. Logo surgem oportunidades mais tentadoras tipo: pequenos assaltos com armas de brinquedo, furto de toca-fitas (pll rio de janeiro e Pioneer eram os mais rentáveis) até aí, tudo normal. É quando os mais experientes no ramo da marginalidade, observando o teu empenho e desenvoltura, e se rendendo a tua capacidade te chama para lhe oferecer a "grande chance" da tua vida como criminoso: o primeiro assalto com emprego de arma de fogo. Que adrenalina!

A princípio você é designado para a ingrata função de ser o guardião da quadrilha, ou seja, ficar atento a tudo ao seu redor enquanto os outros subtraem os pertences das vitimas. E, diga-se de passagem, para um iniciante a responsabilidade de vigiar as costas dos "parceiros" é visto como a "prova de fogo". Se falhar, estará pondo em risco sua integridade física.

Passado o "batismo", cumpre-se outra a etapa da "evolução" que começa quando você, já começando impor respeito pelos "serviços" prestados ao "crime" é chamado para algo um mais "promissor": a manjada "saidinha de banco". Aí então, após demonstrar "amor" pelas instituições bancárias alguém surge com a magnífica idéia de que "pancada forte é que mata o boi". Daí, pegando informações com os "profissionais" mais antigos, parte-se para o ápice: "o renomado" assalto a banco.

A "fantástica" experiência de se fazer reféns guardas, gerente e clientes e depois sair ileso com o "malote" realmente é indescritível. Depois do "trabalho, é lógico que viria o lazer. Por a "massa que faz o pão vale a luz do seu suor". Em raras exceções, a parte que cabe a cada um, ou seja, a divisão, sempre gerou tensão entre o grupo devido naquele momento alguém poder querer arrumar um pretexto e dizer que entre um de nós do bando, alguém teria que ficar com a menor parte. Na vida do crime é assim, nem todas as partes são iguais. Se você não se impor, vira "comédia", ou seja, teu "trabalho" corre o risco de ser desvalorizado. Dava graças a Deus quando minha porção, fruto do meu "trabalho", estava somente em meu poder. Aí era só correr pro abraço.

Mas mesmo com esses possíveis conflitos internos, posso dizer que nosso grupo era fechado e solidário. Porque se por um infortúnio alguém saísse de circulação, havia um compromisso do grupo em ajudar aquele que caíra nas malhas da justiça bem como seus familiares. E não ficava por aí. Quando o companheiro de "trabalho" retornava ao seio da sociedade, tínhamos a obrigação de ampará-lo para que tivesse todo aparato e ficasse pronto para reiniciarmos juntos, numa mesma "comunhão" a prática delinqüente. Deixo bem claro que quem fugisse a esta regra era excluído da equipe.

Outro fator importante que quero mencionar é que não tenho visto esta conduta de companheirismo ser utilizada pelos grupos atuais. Em outras palavras, na minha visão o crime perdeu o seu "glamour" porque a solidariedade era um dos principais fatores para que algumas práticas ilícitas dessem certo. Afinal, em toda sociedade, seja qual for o seu propósito, a união deve ser o seu "sustentáculo". Para mim, que sou um "expassageiro da agonia", fica-me a lição: o crime nunca compensará o seu preço porque ele é caro demais quando realmente temos que pagá-lo.

REPORTAGEM SEM TÍTULO. PAUTA: PARAFILIA (2ª EDIÇÃO)

Dentro da nossa proposta de trazer à tona as realidades do dia-a-dia no cárcere, nesta oportunidade vamos abordar um tema pouco conhecido da população carcerária e de seus familiares: a doença mental mais comum que acomete os ofensores sexuais.

O Presídio Evaristo d Moraes é uma Unidade Prisional de seguro constituída para abrigar essas pessoas e, para tanto, conta com profissionais diferenciados, capazes para tratá-los de uma maneira mais correta.

As estatísticas apontam, inclusive, o grande número de reincidência na ficha criminal de tais ofensores. O que estaria acontecendo então? As pessoas, mesmo humilhadas retornam, estariam elas gostando de tais tratamentos? Por que mesmo com a grande divulgação na mídia e a grande repulsa das autoridades e da população as ofensas continuam acontecendo?

As particularidades que comumente são presentes no crime sexual (exibicionismo, sado-masoquismo, pedofilia, fetichismo) apontam para uma doença classificada como parafilia, este é também um transtorno de controle dos impulsos, talvez por isso a grande reincidência.

Os psiquiatras defendem teses diversas para explicar os impulsos sexuais anormais, dentre essas teses podemos citar:

- problemas na formação de caráter do ofensor, traumas de infância, formas de criação etc;
- problemas relacionados a doenças mentais ou psicopatias parafilia;
- deficiências mentais incontornáveis:
- problema químico devido à quantidade de hormônios masculinos acima do normal no organismo dos ofensores, em especial a testosterona. (neuroquímica);

O fato é que o Estado não tem tratado com seriedade este problema, se preocupa em prender os ofensores, mas não em solucionar o problema, para, assim, garantir de fato a segurança à sociedade.

Muitos magistrados chegam até mesmo a ignorar os laudos de psiquiatria emitidos pelo próprio Estado, seria pelo fato de estes laudos garantirem ao ofensor a redução de 1/3 de pena ao semi-imputável ou a substituição da pena por tratamento psiquiátrico no caso de inimputabilidade e assim não serem vistos como safados, monstros, mas sim como doentes?

R. S.A, 40 anos de idade, reincidente, declara: — Esta é a segunda vez que cometo o mesmo mal, saí da cadeia a primeira vez disposto a não cometer mais este mal, fui abusado no cárcere, apanhei muito, minha família me abandonou, sofri muito, mas na rua não me contive e fiz de novo.

A. V. S., 31 anos, declara: – Sou pedófilo e estou preso pela primeira vez . O meu sofrimento maior é de eu não aceitar este comportamento em mim. No cárcere, agentes penitenciários me obrigaram a fazer sexo oral com outro interno do mesmo artigo que eu, além de introduzirem em mim cassetete e me vestir de mulher para desfilar para os outros presos, ao sair de liberdade voltei a cometer o mesmo crime.

Perguntados se gostariam de submeter-se a um tratamento psicológico, afirmaram que sim - mesmo que não tenha qualquer redução de pena.

Os crimes sexuais, são, de fato, repugnantes, mas não podemos pensar em aplicação de pena apenas em caráter vingativo / retribuitivo. A vontade da população é querer linchar o ofensor; a dos policiais é humilhar, espancar e chutar varias vezes de coturno os órgãos genitais; a dos agentes penitenciários é vestir os internos de mulher e obrigálos a praticar sexo com outra pessoa - de preferência soro positivo para infectá-lo, impondo-lhe desta forma a pena capital, Todas essas atitudes refletem a aversão ao crime cometido pelos ofensores sexuais, acarretando formas de punição inadequadas.

Dentro deste raciocínio e com o constante aumento da pedofilia (particularmente em altos níveis sociais), a impotência do estado em ressocializar os detentos, em 2002, o ilustre Deputado Wigberto Tartuce (PPB-DF) apresentou o Projeto de Lei nº 7.021, de

2002,b propondo a modificação dos arts. 213 e 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro, fixando a pena de castração com recursos químicos para os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, *in verbis*:

Art. 213. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena – castração, através da utilização de recursos químicos."

Art. 214 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

Pena – castração, através da utilização de recursos químicos."

Como justifica para implantação desta nova lei, ele declarou:

-É preciso que se tomem medidas drásticas e urgentes também no Brasil, pois a sociedade não pode mais ficar exposta a essas atrocidades, assistindo à violência sexual cometida contra mulheres, crianças e adolescentes de forma impune-.

A castração química seria realizada com a injeção de uma substância que destruiria as válvulas que controlam a entrada e saída do sangue nos corpos cavernosos do pênis, impedindo sua ereção. Tal método de castração é irreversível, mas o ofensor sexual continuaria a ter os impulsos anormais de forma compulsiva, e, como argumentaram alguns, embora percam a capacidade de ter uma ereção, continuariam tendo dedos, língua, boca – ressaltando que não é só com o emprego do pênis que se molesta alguém.

Assim sendo, após discussões e pesquisas na busca de uma solução para a cessação dos impulsos sexuais compulsivos dos ofensores sexuais, concluiu-se que a remoção cirúrgica dos testículos, que são os responsáveis pela produção de 95% da testosterona, seria viável como solução com a desvantagem de ser irreversível e acarretar inúmeros efeitos colaterais.

Os pesquisadores argumentam que os ofensores de crianças passam o tempo na prisão preparando fantasias sexuais sórdidas que envolvem as crianças. Explicam que essas fantasias tornar-se-ão realidades quando o criminoso voltar a ter contato com crianças fora da prisão. Afirmam ainda que a prisão, simplesmente, produz os criminosos mais

furtivos. Pedófilos não querem ser encarcerados novamente; assim, eles pensam em modos novos para *estuprar* crianças evitando serem descobertos e presos novamente. A prisão aumenta tendências agressivas em pedófilos masculinos, enquanto a castração química se dirige para a raiz da causa do desvio sexual compulsivo.